

FACULDADE DE ARQUITECTURA
UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA



Mutações e Transformações da cidade Balnear em Portugal

Tiago Nuno Carvalho Freitas

(Licenciado)

Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em:

REABILITAÇÃO DA ARQUITECTURA E NÚCLEOS URBANOS

Orientadora científica: Professora Doutora Arqt.^a. Isabel Simões Raposo

Júri:

Presidente: Doutor João Carlos Vassalo Santos Cabral

Vogais:

Doutora Teresa Alves

Doutor Jorge Mangorrinha Martins

Lisboa, Junho 2011

Dedico esta dissertação:

ao meu avô Francisco e a minha tia-avó Maria Albertina.

Resumo

Com o desenvolvimento do fenómeno turístico em Portugal no século XX, o litoral português transformou-se radicalmente sobretudo com o turismo de massas no último quartel do século.

Na década de 60 do século XX Portugal vê nascer a sua vocação para o turismo de massas que já se verificava em Espanha na sua costa mediterrânica. As cidades da costa atlântica mais tardiamente sofrem este processo de transformação mas na década de 70/80 assistem a um boom de crescimento devido a processos de migração, emigração, rurbanização e industrialização difusa. Distinguem-se diferentes fases no desenvolvimento das estâncias balneares marítimas, a que correspondem diferentes modelos e estratégias de planeamento e ordenamento do território.

Para compreender a transformação das cidades balneares em Portugal com uma morfologia urbana assente num tecido urbano pré-existente, focalizo o olhar sobre os casos de estudo de quatro vilas, três no litoral atlântico uma no litoral Sul do País, que se desenvolvem a partir de núcleos piscatórios os quais foram sujeitos a acelerada mutação a partir dos anos 60 do século XX sofrendo forte descaracterização nas décadas seguintes. Os casos de estudo abordados, de Sul a Norte são Armação de Pêra, Sesimbra, Nazaré e Vila Praia de Âncora.

O estudo mais aprofundado das transformações urbanas e arquitectónicas de que são palco estas quatro vilas balneares, numa óptica comparativa, visou permitir entender o impacto do turismo na descaracterização dos pequenos núcleos piscatórios iniciais e na sua conversão em cidades médias.

Palavras-chave: Vilas Piscatórias, Cidades Balneares, Turismo de massas, Transformações urbanas e arquitectónicas, Reabilitação urbana

Abstract

With the development of the tourism phenomenon in Portugal in the twentieth century, the Portuguese coast has become radically different, especially with the mass tourism in the last quarter century.

In the 1960s Portugal assists to the birth of his vocation to the mass tourism that was already growing in Spain and the entire Mediterranean coast.

The cities on the Portugal Atlantic coast suffer later this transformation process, in the decade 1970/80, due to migration processes, emigration, rururbanization and diffuse industrialization. It is possible to distinguish different stages of development of seaside resorts, corresponding to different models and strategies of planning and land management.

To understand the transformation of seaside resort cities in Portugal that result from a pre-existing urban morphology, I will study four villages, three cities on the Atlantic coast and one on the southern coast of the country that are developed from fisherman villages which were object of a strong mutation in the early 1960, and under strong distortion in the following decades. The case studies are Armação de Pêra, Sesimbra, Nazaré and Vila Praia de Ancora.

The further study of urban and architectural transformations that have stage in these four seaside resorts in a comparative perspective, should allow me to understand the impact of tourism on the characterization of small initial pre-existing core, and its conversion into medium-sized cities.

Key-words: Fisherman Villages, Seaside Resorts, Mass tourism, Arquitectonic and urban transformations, Urban requalification

Agradecimentos

Agradeço a todas as pessoas e instituições que directa ou indirectamente contribuíram para a realização desta dissertação.

À minha orientadora Professora Doutora Isabel Raposo por ter acreditado desde o início neste projecto, e pela disponibilidade e sugestões importantes.

Às Câmaras Municipais de Caminha, Nazaré, Sesimbra e Silves pela informação disponibilizada.

Ao Instituto Geográfico Português, pelos Aéreo Fotomapas disponibilizados.

Aos meus Pais.

ÍNDICE

Índice de quadros e gráficos	08
Índice de figuras	09
Introdução.....	18
Parte 1 – Turismo e Urbanização	23
Capítulo 1 – Turismo e transformações urbanas	24
1.1 – Génese do Turismo	24
1.2 – O turismo de massas/turismo fordista	26
1.2.1 Ciclos de transformação de locais turísticos.....	27
1.3–Crise do turismo fordista e o pós-fordismo.....	35
1.4–Rurbanização.....	37
1.5–Reabilitação urbana e sustentabilidade de espaços turísticos massificados	38
Capítulo 2–Turismo e transformações urbanas em Portugal.....	45
2.1–Turismo em Portugal.....	45
2.1.1 Génese e massificação do turismo em Portugal	45
2.1.2 O turismo de massas no Algarve	48
2.1.3 O turismo pós-fordista em Portugal.....	53
2.1.4 O turismo pós-fordista no Algarve	56
2.2–Rurbanização em Portugal.....	58
2.2.1 Quadro geral dos tipos de urbanização em Portugal.....	59
2.2.2 De Vila Piscatória a cidade Balnear	62
2.2.3 Reabilitação urbana e sustentabilidade de espaços turísticos massificados em Portugal	62
Parte 2 – Casos de estudo	67
Capítulo 3 – Armação de Pêra.....	69
3.1–Génese do local.....	69
3.2–Transformação da morfologia urbana	71
3.3–Metamorfoses urbanas e arquitectónicas.....	79
3.4–Proposta de reabilitação	96
Capítulo 4 – Sesimbra	101
4.1–Génese do local.....	101
4.2–Transformação da morfologia urbana	102
4.3–Metamorfoses urbanas e arquitectónicas.....	112
4.4–Proposta de reabilitação	126

Capítulo 5 – Nazaré	133
5.1–Génese do local.....	133
5.2–Transformação da morfologia urbana	134
5.3–Metamorfoses urbanas e arquitectónicas.....	142
5.4–Proposta de reabilitação	151
Capítulo 6 – Vila Praia de Âncora	157
6.1–Génese do local.....	157
6.2–Transformação da morfologia urbana	157
6.3–Metamorfoses urbanas e arquitectónicas.....	166
6.4–Proposta de reabilitação	180
Conclusão.....	184
Bibliografia.....	190

Índice de Quadros e Gráficos

Gráfico 1 – Gráfico das posições psicográficas dos destinos.....	28
Gráfico 2 – Gráfico da evolução do espaço turístico segundo Miossec (1976)	29
Gráfico 3 – Gráfico do ciclo de vida do local turístico segundo Butler (1980)	30
Quadro 1 – Turismo Fordista / Turismo Pós-fordista.....	31
Quadro 2 – Turismo fordista / pós-fordista, formas de organização	32
Quadro 3 – Modelos de evolução do espaço turístico.....	34
Quadro 4 – Evolução de modelo de gestão, urbanismo e planeamento	40
Quadro 5 – Turismo de massas / turismo alternativo	44
Quadro 6 – Ciclo de destino de vida do Algarve	53
Quadro 7 – Fenómenos ligados à mutação de vilas piscatórias em cidades	
balneares	185
Quadro 8 – Padrões de urbanização / transformações arquitectónicas	185
Quadro 9 – Tipos de alojamento	186

Índice de figuras

Figura 1 – Canal em Ampuriabrava, Costa Brava	39
Figura 2 – Benidorm, Espanha	43
Figura 3 – O denominado “estilo algarvio”	50
Figura 4 – Mapa do Algarve.....	52
Figura 5 – Vista aérea da Praia da Rocha	54
Figura 6 – Praia do Carvoeiro	54
Figura 7 – Alporchinhos/Senhora da Rocha – Complexo Pestana Viking	54
Figura 8 – Dois complexos turísticos desenvolvidos na época pós-fordista em Portugal, Quintas de Óbidos e Cocoon eco design lodges.....	55
Figura 9 – Bom Sucesso design resort, Óbidos	55
Figura 10 – Armação de Pêra nos anos 60.....	68
Figura 11 – Armação de Pêra nos anos 90/2000	68
Figura 12 – Núcleo original de Armação de Pêra, década de 1980/90 preenchimento ... e densificação da malha urbana.....	79
Figura 13 – Bairro da Igreja e Igreja, década de 1980/90 preenchimento e e densificação da malha urbana.....	79
Figura 14 – Casa Mascarenhas Gregório, início de século	80
Figura 15 – Casa Mascarenhas Gregório, foto actual	80
Figura 16 – Avenida Marginal com casa Mascarenhas Gregório em fundo	80
Figura 17 – Casa Mascarenhas Gregório e casa do conventinho, década de 40.....	81
Figura 18 – Casa Mascarenhas Gregório e casa do conventinho, década de 1980/90	81
Figura 19 – Foto actual da zona envolvente à casa mascarenhas gregório e Bairro..... da Igreja.....	81
Figura 20 – Núcleo original de Armação de Pêra em volta da Fortaleza amuralhada.. década de 60.....	82
Figura 21 – Praia do Armação de Pêra, zona entre fortaleza amuralhada e casa mascarenhas gregório, década de 40/50	82
Figura 22 – Praia do Armação de Pêra, zona entre fortaleza amuralhada e casa mascarenhas gregório, foto actual.....	82
Figura 23 – Núcleo original em volta da fortaleza amuralhada, princípio de século...	83
Figura 24 – Núcleo original em volta da fortaleza amuralhada, foto actual.....	83
Figura 25 – Capela de Sto. António, década de 20/30.....	83
Figura 26 – Capela de Sto. António, foto actual	83

Figura 27 – Praia de Armação de Pêra, exemplos do avanço da linha de costa sobre o mar.....	84
Figura 28 – Praia de Armação de Pêra, exemplos do avanço da linha de costa sobre o mar.....	84
Figura 29 – Praia de Armação de Pêra, exemplos do avanço da linha de costa sobre o mar.....	84
Figura 30 – Hotel Pestana Levante.....	85
Figura 31 – Aldeamento Vila Senhora da Rocha	85
Figura 32 – Hotel Pestana Viking, praia da senhora da rocha	85
Figura 33 – Vista Nascente de Armação, década de 30	86
Figura 34 – Vista Nascente de Armação, foto actual.....	86
Figura 35 – Herdade dos Salgados, conjunto turístico a nascente de Armação de.... Pêra.....	86
Figura 36 – Herdade dos Salgados, conjunto turístico a nascente de Armação de..... Pêra.....	86
Figura 37 – Avenida marginal, vista em direcção a Poente, década de 50/60	87
Figura 38 – Avenida marginal, década de 40/50 e foto actual.....	87
Figura 39 – Avenida marginal, década de 60	88
Figura 40 – Avenida marginal, foto actual	88
Figura 41 – Aldeamento das Gaivotas, praia de senhora da rocha.....	89
Figura 42 – Exemplos de construção vertical de alta densidade.....	89
Figura 43 – Exemplos de construção vertical de alta densidade.....	89
Figura 44 – Hotel do Garbe, década de 50/60	90
Figura 45 – Hotel do Garbe, década de 90	90
Figura 46 – O alojamento de self-catering oferecido em Armação de Pêra, Torres de apartamentos e aldeamentos turísticos, Torres do Alto da Torre e Baiona Club.....	90
Figura 47 – O alojamento de self-catering oferecido em Armação de Pêra, Torres de apartamentos e aldeamentos turísticos, Torres do Alto da Torre e Baiona Club.....	90
Figura 48 – Vista Nascente de Armação, década de 70/80, o início do boom turístico.....	91
Figura 49 – Vista a partir das arribas a Poente de Armação, década de 70	91
Figura 50 – Vista a partir das arribas a Poente de Armação, foto actual.....	91
Figura 51 – Vista aérea Poente-Nascente, década de 60	92

Figura 52 – Vista aérea Poente-Nascente, década de 80/90	92
Figura 53 – Vista aérea a partir de Norte, foto actual.....	92
Figura 54 – Vista aérea a partir de Norte, foto actual.....	92
Figura 55 – Vista aérea a partir da praia da Senhora da Rocha, década de 70	93
Figura 56 – Vista aérea a partir da praia da Senhora da Rocha, década de 90	93
Figura 57 – Vista aérea Nascente-Poente, década de 70	94
Figura 58 – Vista aérea Nascente-Poente, foto actual	94
Figura 59 – Vista a partir do mar, década de 70	95
Figura 60 – Armação de Pêra vista a partir do mar, foto actual.....	95
Figura 61 – Sesimbra, década de 30/40	100
Figura 62 – Sesimbra, foto actual	100
Figura 63 – Núcleo antigo de Sesimbra, década de 20/30.....	112
Figura 64 – Sesimbra antes da construção da marginal, década de 20/30	112
Figura 65 – Núcleo antigo de Sesimbra, foto actual.....	112
Figura 66 – Largo da Marinha, década de 50/60	113
Figura 67 – Largo da Marinha,foto actual	113
Figura 68 – Vista Poente-Nascente, década de 60	114
Figura 69 – Vista Poente-Nascente, foto actual	114
Figura 70 – Dois exemplos de densificações da 1ª linha de costa em Sesimbra	114
Figura 71 – Dois exemplos de densificações da 1ª linha de costa em Sesimbra	114
Figura 72 – Av. Marginal, década 10/20	115
Figura 73 – Av. Marginal, década 60	115
Figura 73 – Av. Marginal, década 60	115
Figura 74 – Av. Marginal, foto actual	115
Figura 75 – Av. Marginal, década 60/70	116
Figura 76 – Av. Marginal, década 60/70	116
Figura 77 – Praia da Califórnia, década de 30	117
Figura 78 – Praia da Califórnia, fotos actuais.....	117
Figura 79 – Praia da Califórnia, fotos actuais.....	117
Figura 80 – Sesimbra Hotel & Spa construído na década de 90/2000	117
Figura 81 – Av. Marginal, década 10/20	118
Figura 82 – Intervenção de arquitectura mimetizante e intervenções na marginal de.... Sesimbra feitas pelo Programa Pólis.....	118
Figura 83 – Intervenção de arquitectura mimetizante e intervenções na marginal de.... Sesimbra feitas pelo Programa Pólis.....	118

Figura 84 – Local da construção do futuro hotel do mar, década de 40	119
Figura 85 – Hotel do Mar, década de 10	119
Figura 86 – Hotel do Mar, foto actual	119
Figura 87 – Arriba Poente de Sesimbra, década de 20/30	120
Figura 88 – Arriba Poente de Sesimbra, foto actual	120
Figura 89 – Vista a partir do Hotel do Mar para Poente, década de 60	
década de 1990, verticalização da arriba a Poente	120
Figura 90 – Vista a partir do Hotel do Mar para Poente, década de 60	
década de 1990, verticalização da arriba a Poente	120
Figura 91 – Hotel Sana Sesimbra, antigo hotel espadarte, década de 30/40	121
Figura 92 – Hotel Sana Sesimbra, antigo hotel espadarte, foto actual	121
Figura 93 – Edifício construído na década de 70 sobre a arriba Nascente de	
Sesimbra	122
Figura 94 – Exemplo do ambiente suburbano e desqualificado que é presente na	
arriba Nascente Sesimbra	122
Figura 95 – Exemplo do ambiente suburbano e desqualificado que é presente na	
arriba Nascente Sesimbra	122
Figura 96 – Exemplo de edifício de habitação da década de 80 da arriba	
Nascente de Sesimbra	123
Figura 97 – Exemplo de crescimento da década de 70	123
Figura 98 – Vista a partir da arriba Nascente, foto actual	123
Figura 99 – Imagem geral caótica e desordenada dos novos arruamentos em	
ligação com o novo crescimento urbano	124
Figura 100 – Crescimento urbano da década de 80-2000 na arriba Nascente de ...	
Sesimbra	124
Figura 101 – Vista a partir da encosta a Norte	124
Figura 102 – Vista Poente-Nascente, década de 20/30	125
Figura 103 – Vista Poente-Nascente, foto actual	125
Figura 104 – Vista aérea da marginal e da praia, década de 60	126
Figura 105 – Vista aérea da marginal e da praia, foto actual	126
Figura 106 – Nazaré, década de 40/50	132
Figura 107 – Nazaré, foto actual	132
Figura 108 – Praça Sousa Oliveira, década de 50	142
Figura 109 – Praça Sousa Oliveira, década de 60	142
Figura 110 – Praça Sousa Oliveira, foto actual	142

Figura 111 – Praça Sousa Oliveira, década de 60	143
Figura 112 – Praça Sousa Oliveira, foto actual	143
Figura 113 – Rua Mouzinho de Albuquerque, década de 80.....	143
Figura 114 – Rua Mouzinho de Albuquerque,foto actual.....	143
Figura 115 – Vista da praia e arriba a Norte da Nazaré, década de 80.....	144
Figura 116 – Foto de construção actual na zona norte	144
Figura 117 – Vista da praia e arriba a Norte da Nazaré, foto actual	144
Figura 118 – Edifícios de habitação construídos na marginal zona sul.....	145
Figura 119 – Edifícios de habitação construídos na marginal zona sul.....	145
Figura 120 – Edifícios de habitação construídos na marginal zona sul.....	145
Figura 121 – Conjunto de moradias de veraneio da década de 60, marginal zona.... Sul.....	145
Figura 122 – Conjunto de construções piscatórias reconvertidas e prédio de..... Habitação recente, marginal zona Sul.....	145
Figura 123 – Novas zonas de expansão e crescimento a Norte	146
Figura 124 – Edifício torre construído na década de 80	146
Figura 125 – Novas zonas de expansão e crescimento a Norte	146
Figura 126 – Três exemplos do crescimento e densificação da malha pré-existente	147
Figura 127 – Três exemplos do crescimento e densificação da malha pré-existente	147
Figura 128 – Três exemplos do crescimento e densificação da malha pré-existente	147
Figura 129 – Novas zonas de expansão e crescimento a Sul.....	148
Figura 130 – Novas zonas de expansão e crescimento a Sul.....	148
Figura 131 – Novas zonas de expansão e crescimento a Sul.....	148
Figura 132 – Vista aérea de Norte para Sul, década de 60.....	149
Figura 133 – Vista aérea de Norte para Sul,foto actual.....	149
Figura 134 – Vista aérea de Norte para Sul, década de 60.....	150
Figura 135 – Vista aérea de Norte para Sul,foto actual.....	150
Figura 136 – Vista a partir da praia Sul-Norte, década de 80.....	151
Figura 137 – Vista a partir da praia Sul-Norte, foto actual.....	151
Figura 138 – Vila Praia de Âncora, década de 30/40	156
Figura 139 – Vila Praia de Âncora, foto actual	156
Figura 140 – Est. Nac. 13, Norte-Sul, década de 30/40	166
Figura 141 – Est. Nac. 13, Norte-Sul, foto actual	166
Figura 142 – Praça da Republica, década de 30/40	166
Figura 143 – Praça da Republica,década de 30/40	167

Figura 144 – Praça da Republica,foto actual	167
Figura 145 – Praça da Republica,fotos actuais.....	167
Figura 146 – Praça da Republica,fotos actuais.....	167
Figura 147 – Est. Nac. 13, Norte-Sul, década de 30/40	168
Figura 148 – Est. Nac. 13, Norte-Sul,foto actual	168
Figura 149 – Pensão Hotel Meira, década de 40/50	168
Figura 150 – Pensão Hotel Meira,foto actual	168
Figura 151 – Est. Nac. 13, Sul-Norte, década de 50	169
Figura 152 – Est. Nac. 13, Sul-Norte,foto actual	169
Figura 153 – Est.Nac 13, Norte-Sul, década de 40/50 e foto actual, os chalés de..... veraneio foram substituidos por prédios..	169
Figura 154 – Est.Nac 13, Norte-Sul, década de 40/50 e foto actual, os chalés de..... veraneio foram substituidos por prédios..	169
Figura 155 – Est.Nac. 13, Norte-Sul, década de 20/30	170
Figura 156 – Est.Nac. 13, Norte-Sul, foto actual	170
Figura 157 – Edifícios de habitação da década de 90/00, zona Norte.....	170
Figura 158 – Exemplos do crescimento urbano verificado a Norte de Âncora	171
Figura 159 – Exemplos do crescimento urbano verificado a Norte de Âncora	171
Figura 160 – Exemplos do crescimento urbano verificado a Norte de Âncora	171
Figura 161 – Exemplos do crescimento urbano verificado a Norte de Âncora	171
Figura 162 – Três exemplos de influências da casa tipo “maison” trazida pela via do.. emigrante em âncora.....	172
Figura 163 – Três exemplos de influências da casa tipo “maison” trazida pela via do.. emigrante em âncora.....	172
Figura 164 – Três exemplos de influências da casa tipo “maison” trazida pela via do.. emigrante em âncora.....	172
Figura 165 – Exemplos de crescimento urbano na encosta a Nascente de âncora... ainda iminentemente rural.....	173
Figura 166 – Exemplos de crescimento urbano na encosta a Nascente de âncora..... ainda iminentemente rural.....	173
Figura 167 – Exemplos de crescimento urbano na estrada nac.13 em direcção a..... Moledo do Minho e na encosta a Nacente, sobre a forma de conjuntos de moradias em banda.....	173
Figura 168 – Exemplos de crescimento urbano na estrada nac.13 em direcção a..... Moledo do Minho e na encosta a Nacente, sobre a forma de	

conjuntos de moradias em banda.....	173
Figura 169 – Vista da praia para Sul, década de 60/70 e foto actual, o.....	
crescimento urbano a Sul foi limitado pelo rio Âncora.....	174
Figura 170 – Vista da praia para Sul, década de 60/70 e foto actual, o.....	
crescimento urbano a Sul foi limitado pelo rio Âncora.....	174
Figura 171 – Vista da marginal, década de 1930 e foto actual, casas piscatórias.....	
resistem à verticalização da 1ª linha de mar.....	174
Figura 172 – Vista da marginal, década de 30 e foto actual, casas piscatórias.....	
resistem à verticalização da 1ª linha de mar.....	174
Figura 173 – Vista da marginal, década de 30 e foto actual.....	175
Figura 174 – Vista da marginal, década de 30 e foto actual.....	175
Figura 175 – As antigas habitações de pescadores vão sendo substituídas por uma..	
arquitectura corrente e banalizante.....	176
Figura 176 – As antigas habitações de pescadores vão sendo substituídas por uma..	
arquitectura corrente e banalizante.....	176
Figura 177 – Marginal de Vila Praia de Âncora.....	176
Figura 178 – Marginal de Vila Praia de Âncora.....	176
Figura 179 – Praia e marginal, década de 30 e foto actual, preenchimento da.....	
malha pré-existente e densificação da encosta.....	177
Figura 180 – Praia e marginal, década d30 e foto actual, preenchimento da.....	
malha pré-existente e densificação da encosta.....	177
Figura 181 – Marginal, arranjo urbanístico feito ao abrigo do Programa Pólis na.....	
década de 90/00.....	177
Figura 182 – Forte, década de 20/30.....	178
Figura 183 – Forte, foto actual.....	178
Figura 184 – Zona envolvente do Forte e Porto de Mar, década de 20/30 e foto.....	
actual.....	178
Figura 185 – Zona envolvente do Forte e Porto de Mar, década de 20/30 e foto.....	
actual.....	178
Figura 186 – Vista aérea da encosta a Nascente direcção Sul, década de 30 e.....	
foto actual.....	179
Figura 187 – Vista aérea da encosta a Nascente direcção Sul, década de 30 e.....	
foto actual.....	179
Figura 188 – Vista aérea da encosta a Nascente direcção Norte, década de 30 e..	
foto actual.....	179

Figura 189 – Vista aérea da encosta a Nascente direcção Norte, década de 30 e..	
foto actual.....	179
Figura 190 – Vista aérea da encosta a Nascente direcção Sul, década de 20/30 e	
foto actual.....	180
Figura 191 – Vista aérea da encosta a Nascente direcção Sul, década de 20/30 e	
foto actual.....	180

Nota: é indicado nas fotografias a Fonte ou autoria.

Introdução

O turismo baseado no trinómio (sol, praia, mar) deu origem a lugares turísticos, quase justapostos ao povoamento pré-existente ou, em espaços não povoados, a novos lugares, desenvolvendo conurbações litorais e provocando a suburbanização dos interiores próximos e de muitos outros lugares preexistentes cuja fisionomia e funcionalidade são modificados.

“ O turismo, como a indústria, cujo desenvolvimento foi contemporâneo, é uma das actividades humanas que produziu e produz lugares específicos” (Equipe MIT, 2002: 239)

Na origem do turismo “fordista” mais referido como de “massas” terão estado as profundas transformações socioculturais ocorridas na década de 30 e 40 do século XX. Autores como Dumazedier (1962), Cazes (1992), Boyer (1995) e Deprest (1997), analisam a génese deste fenómeno de turismo de massa, que perdura até hoje. Segundo alguns autores Miossec (1976), Plog (1979), Butler (1980) e Gormsen (1981) o fenómeno turístico passa por fases. Estas diferentes fases são descritas como de descoberta, expansão , estagnação e declínio de um lugar turístico.

Pode-se falar actualmente de uma crise do turismo de massas com uma estagnação e declínio destes lugares turísticos e da emergência e desenvolvimento de um novo tipo de turismo mais sustentável, o turismo do pós-fordismo. O pós-fordismo segundo autores como Mc Cannel, (1976), Ruschmann (1987), Krippendorf (1987) e Harvey (1989) surge como resposta à crise da estandardização provocada pela massificação e declínio do turismo fordista. As respostas locais às mudanças na busca de novas formas de produção turísticas abarcam a criação de novos complexos turísticos com uma lógica claramente alternativa aos destinos massificados.

Nos últimos quarenta anos assiste-se ao recuo da ruralidade a favor da consolidação de realidades urbano-terciárias, de industrialização difusa e da urbanização gradual dos espaços rurais. Este processo que alguns autores Bauer e Roux (1976) e Mingione (1987) chamam de “rurbanização” é um conceito chave no processo de transformação das cidades balneares. Segundo Bauer e Roux (1976: 13) a rurbanização caracteriza-se pela disseminação do urbano no espaço rural, adjacente aos centros urbanos, como resultado da procura de condições de alojamento mais acessível. Resulta uma forte transformação do tecido social e espacial rural com a implantação de habitações individuais e colectivas em terrenos agrícolas.

Autores como Gaspar (1987), Gama (1993), Portas, Domingues e Cabral (2004) e Caldeira (1995) abordam este fenómeno em Portugal, resultante da industrialização tardia e da expansão do automóvel e das deslocações entre núcleos urbanos como causas para o rápido crescimento da urbanização. A urbanização caracteriza algumas das vilas ou cidades balneares que constituem objecto de estudo desta dissertação observando-se uma tendência para a transformação de habitações inicialmente destinadas a residência secundária em residência permanente. Os pequenos promotores imobiliários e construtores que intervêm nestes lugares têm como principal objectivo a comercialização rápida do seu produto. O produto oferecido tem geralmente baixa qualidade e caracteriza-se pela uniformização de modelos arquitectónicos estilo “maison”, como estudam as autoras Villanova, Leite e Raposo (1999), os quais marcam a nova paisagem das cidades balneares. Interessa perceber os tipos arquitectónicos que caracterizavam estes lugares e a sua substituição por outros ou o seu mimetismo.

Diversos autores, como Pardo (1991), Katsoulis (1997), Donaire, (1997), Pigram (1997) e Williams, (2004) reflectem sobre a requalificação dos espaços turísticos que surge como linha estratégica nos anos 90 do século XX, apontando para a necessidade de um ordenamento rigoroso do crescimento do número de camas nas zonas saturadas, assim como para a melhoria de qualidade da oferta existente e do seu grau de utilização, para a protecção e recuperação da envolvente turística, rural e urbana e para a implantação de um novo modelo de urbanismo turístico.

A presente dissertação centra-se nas transformações urbanas e arquitectónicas ocorridas nas cidades balneares a partir do boom do turismo de massas verificado em Portugal desde os anos 60 do século XX. A partir de uma breve contextualização histórica do fenómeno turístico mundial e em Portugal desde o início do século XX, analisarei em particular as transformações ocorridas ao nível da morfologia urbana e da tipologia arquitectónica das cidades balneares que têm origem em pequenas vilas piscatórias. Avaliarei também o impacto dos programas e planos recentes das décadas de 90 do século XX e da primeira metade do novo milénio visando a qualificação destas cidades costeiras, descaracterizadas pelo turismo de massas, nomeadamente do programa Polis e o seu impacto, de forma a esboçar princípios para uma reabilitação sustentável. Para compreender a transformação das cidades balneares em Portugal com uma morfologia urbana assente num tecido urbano pré-existente, estudei quatro vilas, uma no litoral Sul Atlântico do país e três no litoral Ocidental Atlântico, que se desenvolvem a partir de núcleos piscatórios, os quais

foram sujeitos a acelerada mutação a partir dos anos 60 do século XX, sofrendo forte descaracterização nas décadas seguinte. No litoral algarvio, escolhi Armação de Pêra exemplo paradigmático do turismo de massas no Algarve, no litoral Atlântico Sul, a vila de Sesimbra, integrada na Área Metropolitana de Lisboa; na zona litoral central do País, a vila da Nazaré, exemplo de vila piscatória que sofre a transformação do turismo de elite para turismo de massa, e, no litoral Norte Vila Praia de Âncora, vila piscatória sujeita a expansão urbana desde a década de 60, devido ao turismo mas também mais recentemente devido ao regresso dos emigrantes.

Três objectivos principais nortearam esta dissertação:

1. Compreender as transformações operadas, a partir da década de 60 do século XX, nas cidades balneares cuja génese são núcleos piscatórios, ao nível da morfologia urbana e da tipologia arquitectónica.
2. Caracterizar o impacto urbanístico e arquitectónico do fenómeno da explosão do turismo de massas nas décadas de 70/80, assente no trinómio sol, praia, mar e baseado no “voo charter”, particularmente expressivo no litoral algarvio, onde o self-catering predomina
3. Conhecer processos recentes de qualificação e reabilitação urbana destas cidades balneares, transformadas e descaracterizadas pela construção associada ao turismo de massas dos anos 70/80 e identificar princípios coerentes de intervenção.

Para responder a estes objectivos formulei as seguintes questões:

- Quais foram os condicionalismos económicos e sociais que estiveram na origem das transformações/mutações das cidades balneares nas décadas 60/70 do século XX e seguintes?
- Qual o papel do parque de campismo e do trinómio mar/sol/praias para todos na expansão deste processo?
- Qual o impacto da emigração e migrações internas em Portugal nestes fenómenos?
- Quem habitava e habitou estes locais e quem os habita actualmente?
- O que determinou e quais as características das transformações operada na morfologia urbana das vilas piscatórias para se converterem em cidades balneares descaracterizadas?

- Qual a origem das mutações arquitectónicas pré-existentes em mimetismos uniformizadores?
- Qual a responsabilidade do turismo na transformação destas vilas piscatórias em cidades balneares de média dimensão com características suburbanas?
- Quais os principais problemas destas localidades?
- Qual o impacto dos programas Pólis e outros planos de ordenamento no reordenamento recente destes locais?
- Quais os princípios que devem orientar o reordenamento e reabilitação sustentável destes locais?

Notas metodológicas

A dissertação assenta numa abordagem teórica e empírica, tendo sido seleccionados quatro casos de estudo de cidades balneares em Portugal. Pretendi analisar *in loco* as transformações urbanas e arquitectónicas concretas ocorridas em cada caso de estudo concretizando-as nos processos de transformação urbana ocorridos em Portugal, associados ao turismo de massa e à rurbanização. A análise histórica, análise de plantas e de fotografias permitiu-me documentar e compreender as transformações e mutações ocorridas em cada caso de estudo.

A selecção dos casos de estudo teve como princípio orientador a escolha de cidades balneares tendo como génese vilas piscatórias e que sofreram a partir da década de 60 do século XX uma transformação associada ao turismo de massas e a processos de rurbanização. O estudo das transformações urbanas e arquitectónicas de que são palco estas quatro vilas balneares, numa óptica comparativa, visou entender o impacto do turismo na descaracterização dos pequenos núcleos piscatórios iniciais e na sua conversão em cidades médias. Seguiram-se os seguintes passos metodológicos:

- Recolha e análise de documentação sobre o tema de forma a identificar o contexto histórico e aprofundar os conceitos e paradigmas teóricos subjacentes às transformações das cidades balneares;

- identificação das cidades balneares em Portugal e selecção dos casos de estudo;
- recolha e análise de mapas, plantas e planos relativos aos quatro casos de estudo;
- levantamento e análise in loco das cidades balneares escolhidas ao nível da morfologia urbana e da tipologia arquitectónica;
- análise e comparação da génese e transformação das morfologias urbanas pré-existentes e actuais;
- identificação das dificuldades e problemáticas existentes nas cidades balneares e elaboração do seu diagnóstico;
- avaliação dos programas e planos recentes que visam a qualificação das cidades estudadas e definição de princípios de reabilitação para cada caso de estudo.

A dissertação está estruturada em duas partes num total de 6 capítulos. Na primeira parte abordam-se conceitos teóricos sobre o fenómeno do turismo, as transformações urbanas e a reabilitação de locais turísticos massificados, trabalhados no primeiro capítulo e incidindo no segundo capítulo sobre a situação em Portugal e no mundo. Na segunda parte é feita uma abordagem e análise de cada caso de estudo, em quatro capítulos. Por final apresentaremos uma conclusão com a súmula dos aspectos a ter em conta na reabilitação possível do turismo em Portugal e dos casos de estudo.

1ª Parte – Turismo e urbanização

Capítulo 1 - Turismo e transformações urbanas

1.1 Génese do Turismo

A história do turismo moderno é curta, quando vista no quadro da história da humanidade, remonta ao século XVIII, seja pelo Grand Tour (motivado sobretudo pelo património histórico e monumental, essencialmente urbano), de interesse cultural, ou pela valorização das virtudes termais ou do iodo das praias, frequentado sobretudo pelas elites aristocráticas, que estão na base das deslocações periódicas para espaços periféricos, não obstante a morosidade e o desconforto das viagens. As quintas eram também locais para onde a aristocracia se retirava em tempos de férias, num período a que se pode chamar de pré-turismo. O turismo tem, pois, apenas dois séculos de história e “não é uma prática individual mas social” (Equipe MIT, 2002:166). Pode com efeito afirmar-se que nem sempre existiu o fenómeno turístico, não obstante terem integrado algumas características de fenómenos que o precederam. Práticas como o termalismo, as peregrinações ou vilegiatura implicavam migrações não lucrativas mas não são segundo Boyer (2003: 251-270) antecipações do turismo de elite do século XIX ou do turismo de massas do século XX. As férias começam a ser praticadas por uma elite inglesa a partir do século XVIII. A aristocracia começa a agrupar-se em locais de férias em vez de ir simplesmente para as suas propriedades rurais. Nasce assim as estâncias termais e mais tarde a cidade balnear com os banhos de mar e a cidade de inverno para desfrutar de um clima favorável durante o Inverno como o exemplo de Nice em França. O Grand Tour que está na origem da palavra turismo, era um tipo de viagem praticada antes do século XVIII pelos aristocratas ingleses com intuito de descobrir e de aperfeiçoar a sua educação. Nos dois séculos que precederam o aparecimento do turismo de massa, é a elite que institui as estâncias de férias.

Associar o turismo de massa, à revolução dos transportes é limitado. Foi preciso que a economia capitalista libertasse os seus trabalhadores durante um período largo de tempo, para que estes pudessem gozar um período de férias fora da sua residência habitual. Também foi necessário que as classes populares incorporassem o ritual de deslocação turística. Como defende Viard (1984: 72) “ tudo se passa de 1918 a 1936 como se as férias fossem uma preocupação do pessoal de

enquadramento social, um projecto educativo em relação às massas, o projecto daqueles que têm férias para aqueles que não têm”. O turismo de massa corresponde a uma mudança da natureza do turismo. Alguns autores defendem que o turismo de massa se desenvolve com o consumo, se instala em locais saturados, e amontoados e que se contrapõe à ideia de turismo de elite que pratica o chamado turismo “verde” ou ecoturismo, um turismo marginal.

Contudo todas estas formas de turismo são rapidamente postas no mercado de consumo e por isso podem a vir ser usufruídas por massas de indivíduos. A elite por mais cultural que seja não escapa às redes do consumo. Segundo Deprest (1997: 21) “se existe uma ruptura, é entre a prática aristocrática e a prática burguesa. Aliás, é tão fundamental que a invenção da palavra turismo decorre dela. Esta história é a passagem das práticas de deslocação e recreio, do tempo do ócio para os tempos livres modernos, isto é, definida numa relação com o trabalho. Assim, desde a sua origem, o turismo é chamado a tornar-se de massa, porque na sociedade industrial, são as massas que trabalham”. As actividades turísticas tornaram-se por isso importantes para muitos países do mundo, tornando-os concorrenciais e visíveis perante os restantes. O lazer e os negócios constituem hoje os principais motivos de viagens. Os meios de transporte passaram a ser uma comodidade acrescida e com custos reduzidos, o que facilitou as deslocações e proporcionou a democratização das viagens e, em particular do turismo.

Como salientam Hora e Cavalcanti (2003: 216) os turistas quando se deslocam procuram encontrar o extraordinário. Os mesmos autores salientam que a preservação da identidade dos lugares é uma das solicitações do turismo internacional. Por seu turno, a pressão dos mercados mundiais e o referido interesse do turista pelo extraordinário vai obrigar vezes à criação de bens culturais muitas vezes recorrendo a artifícios. Neste processo, cria-se, recria-se, inventa-se, reinventa-se, produzem-se imagens.

Existem produtos turísticos dominantes, como os que estão associados à procura de “sol, mar e praia”, ou seja, correspondentes a actividades balneares que se desenvolvem em zonas do litoral. Constata-se com frequência, que os destinos turísticos balneares, sobretudo aqueles que pelas condições favoráveis, se tornam destinos privilegiados, registam pela intensidade da procura uma carga excessiva sobre o meio ambiente. Esta questão assume hoje uma importância muito significativa. Os efeitos que a sociedade e o homem vai provocar nestes locais, no que respeita à capacidade de carga exercida sobre o meio e o número de pessoas que este pode

suportar pode ter consequências negativas manifestas. Hora e Cavalcanti (2003: 218) salientam que se existem interesses predominantes, como no caso do turismo baseado no modelo “sol, mar e praia”, também os comportamentos dos turistas, são considerados numa dada área geográfica e cultural, padronizados. Na Europa, o Mediterrâneo é o destino turístico procurado por metade dos europeus que viajam ao estrangeiro para férias. Os destinos mais procurados estão associados normalmente ao turismo de “sol, mar e praia” e estes apresentam ainda elevados níveis de procura, muitas das vezes sem serem introduzidas mudanças e melhorias significativas nos meios de acolhimento.

Dolfus (1998: 218) considera que a globalização tem favorecido as localidades. Por força da pressão externa, os mercados locais tendem a alargar-se e tendem para uma segmentação. Hora e Cavalcanti (2003: 218), enunciam que, em contraposição ao incremento da globalização e ao turismo de massas, surge um novo turismo, que não estraga o ambiente nem os locais onde se implanta antes o preserva e valoriza.

1.2 O turismo de massas / turismo fordista

Na origem do turismo “fordista” mais referido como de “massas” terão estado as profundas transformações sociais e económicas ocorridas na década de 30 e 40 do século XX. O desenvolvimento económico do pós-guerra, consolidam a prática das férias. Dumazedier (1962: 129-130), F.Cribier (1969: 48) consideram 1936 a data charneira a partir da qual seria legítimo falar de turismo de massa em França, porque instaura uma “ruptura” entre o turismo de “elite” e o turismo dito “popular”, com práticas diferentes do “turismo de massa”.

O turismo de “sol, mar e praia” é considerado um turismo de massa. Diz-se de um fenómeno de massa quando envolve uma grande parte da sociedade. O conceito de massa está associado à ideia de uma multidão de indivíduos, geográfica e socialmente separados que se podem juntar e constituir um fenómeno de massa, mas a massa não é a multidão, porque não é a presença tangível dos indivíduos em conjuntos que a define. (Deprest, 1997: 8)

O crescimento do turismo de massa favorece a democratização das viagens que se intensifica no século XX com o carro e o avião. O conceito de “turismo de massa” surge entre 1950 e 1979. A frequência de certos destinos aumentava de ano para ano. Palma de Maiorca, o primeiro destino mediterrânico regista 1 milhão de

turistas em 1961 e 12 milhões em 1992 (UIOOT-OMT, 1974). Este crescimento sem precedentes do volume das deslocações turísticas generalizou-se a todos os destinos da bacia do Mediterrâneo (UIOOT-OMT, 1974).

A partir dos anos 1950, as férias convertem-se em fenómeno de massa. (G. Cazes, 1992: 33). Expandem-se os *resorts* da classe baixa, símbolos do turismo de massas, lugares desclassificados vulgares e comuns. A partir de 1960 generalizou-se a imagem eufórica de “toda gente de férias” segundo M.Boyer, (1995: 25), era difundida pela comunicação social. O crescimento dos lugares turísticos à beira mar foi inevitável dado o espaço disponível observou-se uma rápida urbanização de pequenas cidades costeiras cujas dimensões cresce aceleradamente, transfigurando-se, perdendo o seu espaço público aumentando a segregação sócio-espacial.

A França e a Espanha tornam-se destinos turísticos com os seus *resorts* mediterrâneos ricos em sol, praia e mar, impondo-se a moda de ficar bronzado. O conceito do trinómio de Sol, Praia e Mar alastra-se pela bacia do Mediterrâneo, Grécia, Portugal, Jugoslávia e Itália e a África do Norte. Os *resorts* à beira mar vulgarizam-se graças ao pacote turístico dos anos 60 e 70 do século XX, alguns dos locais que sofreram deste surto turístico, passaram a ser vistos hoje como locais nostálgicos e com uma atracção pós-moderna. Benidorm, na costa mediterrânica espanhola é um exemplo disso. O fenómeno de turismo de massa perdurou falando-se hoje de crise deste tipo de turismo.

1.2.1 Ciclos de transformação de locais turísticos

O fenómeno turístico passa por fases. Quando o local é descoberto, o seu acesso não é fácil e a sua economia é marcada por formas de subdesenvolvimento. É o período do “pré-turismo” (Miossec, 1976: 59-60) durante o qual chegam os primeiros turistas. Os pioneiros descobridores do filão acabam por aceitar condições de conforto rudimentares. O impacto nas condições locais é reduzido. Quando uma estação turística nasce, a sua actividade mantêm-se em geral marginal para a produção local (Miossec, 1976: 59-60), (Butler, 1980: 8). Domina a iniciativa exterior, por vezes com a participação das elites locais (Butler, 1980: 8).

O aumento do número de visitantes, está geralmente ligado à acessibilidade e corresponde à existência de transporte de massa. Os modos de alojamento tendem a diversificar-se. Assiste-se à criação de emprego para a população local com a chegada de grandes operadores, de cadeias hoteleiras e investidores. Quando todo

um espaço regional é implicado com a actividade do turismo, assiste-se a uma multiplicação das estâncias, depois à sua especificação e hierarquização (Miossec, 1976: 59-60). Para Butler (1980: 8) o desenvolvimento do turismo corresponde a um período de importantes transformações e “mudanças da aparência física do local” mas como refere o autor “nem todas são bem acolhidas e aprovadas pelo conjunto da população local”.

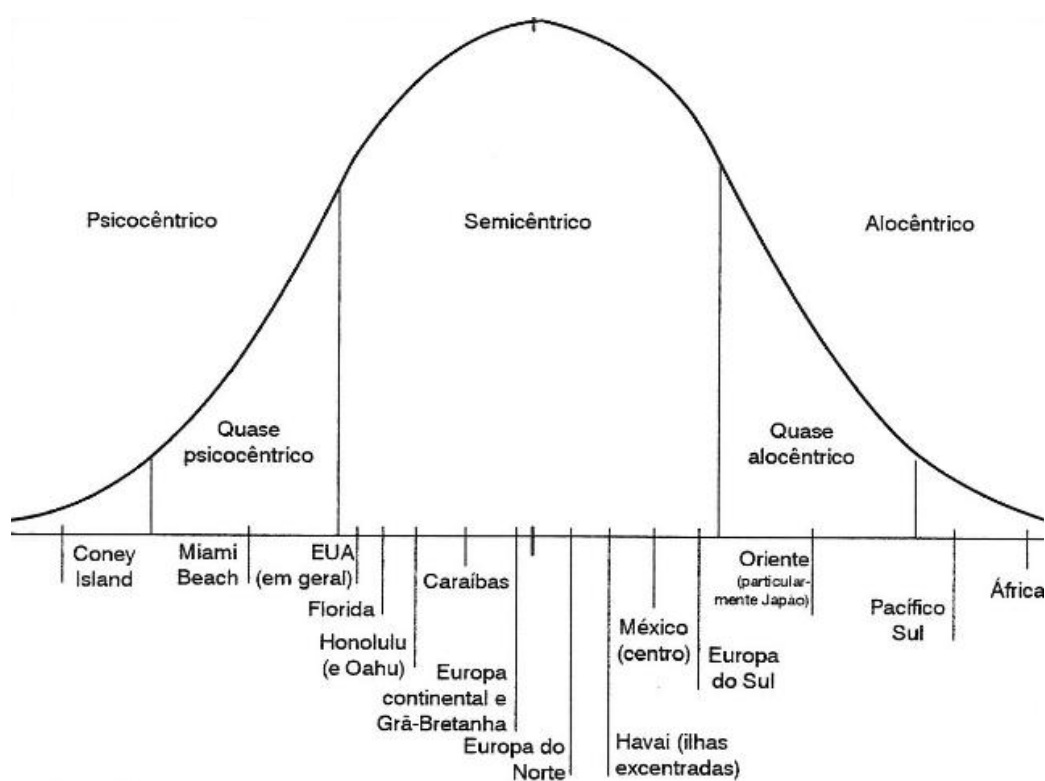


Gráfico1: Gráfico das posições psicográficas dos destinos

Fonte: Cooper, 2001: 205

Com o aparecimento do turismo de massa emergem problemas para o local. As mudanças urbanas operadas com os investimentos turísticos e a massa de turistas danificam o local, degrada-se a qualidade do ar e das praias, a qualidade ambiental e urbanística e surgem conflitos com a população local. Neste cenário a atracção do

lugar declina passando a interessar apenas turistas que só tem acesso a destinos turísticos mais económicos e de maior acessibilidade (Plog, 1979) citado por (Deprest, 1997: 37). A actividade turística processa-se por ciclos de exploração de locais turísticos, esgotado um filão, passa-se à descoberta de outro filão adormecido.

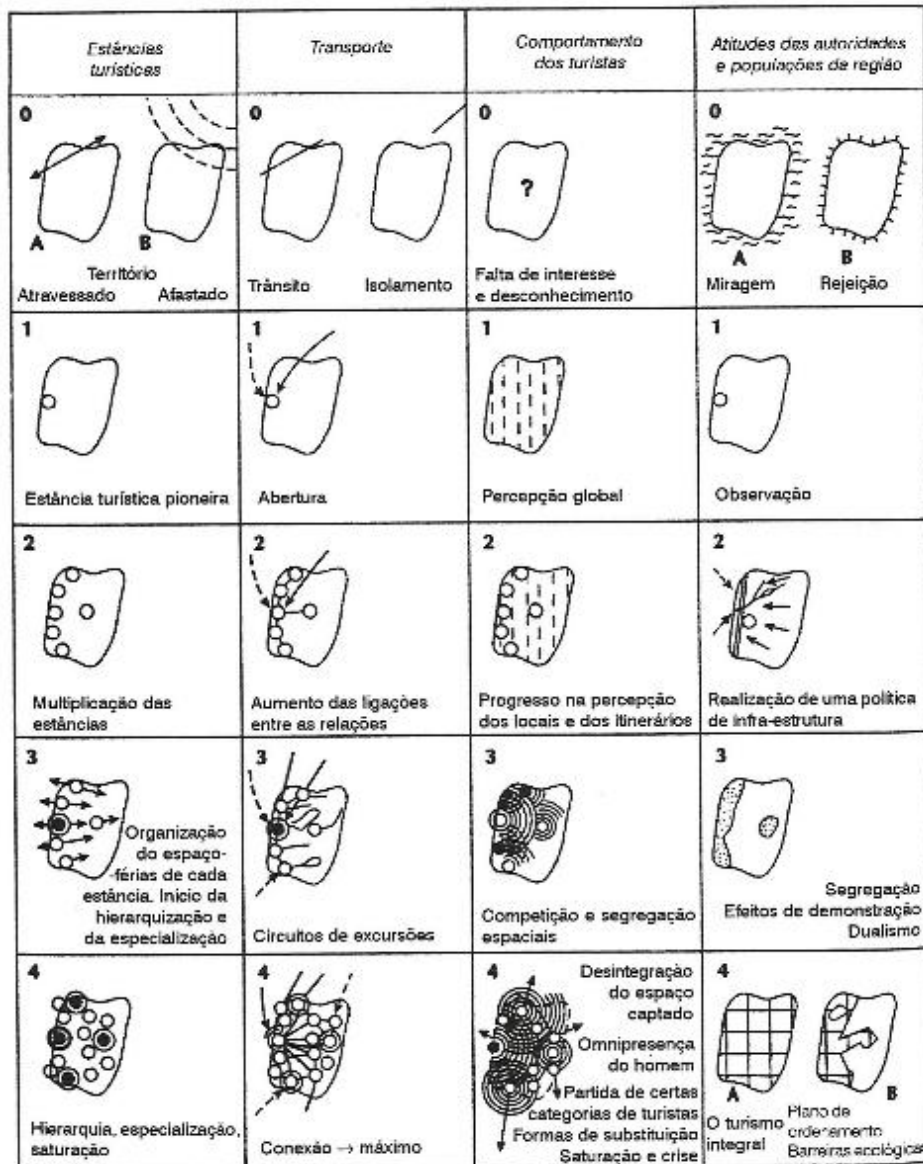


Gráfico 2: Gráfico da evolução do espaço turístico segundo Miossec (1976)

Fonte: Deprest, 1997: 38

O número de turistas é um dos factores para a definição do ciclo de vida de um local turístico. Existem duas fases principais segundo Butler (1980: 6) : estagnação e declínio. A Costa Brava actualmente é tida como exemplo da fase de estagnação e Miami Beach como fase de declínio. Subjacente está a noção de população-limite ou de capacidade de carga, (tradução literal do inglês *carrying capacity*): se o local apresenta problemas é porque há turistas em excesso, se há turistas em excesso é porque se ultrapassou a capacidade de carga do local. Quando se atinge o limite inicia o declínio do destino turístico, com um decréscimo de visitantes e uma crise do local. Para se evitar este fim do destino turístico não se pode ultrapassar a sua capacidade de carga.

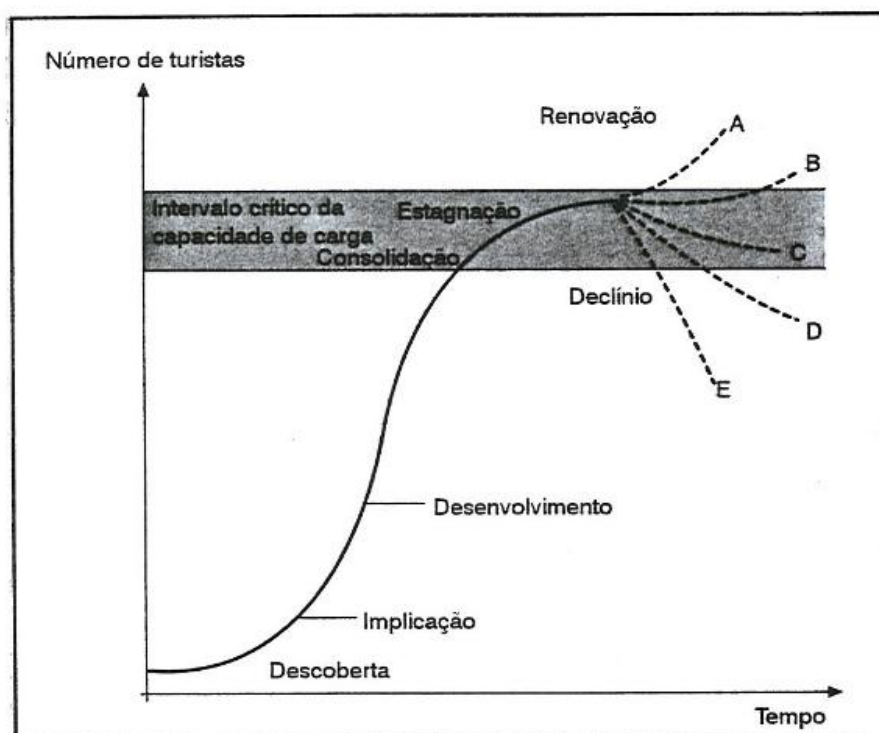


Gráfico 3 : Gráfico do ciclo de vida do local turístico segundo Butler (1980)

Fonte: Deprest, 1997: 40

Quadro 1 : Turismo fordista / Turismo pós-fordista

Turismo fordista	Turismo pós-fordista
<p>Consumidores/Procura</p> <p>Viajantes inexperientes/Consumo de massa/Nova prosperidade/Procura de sol, mar e praia/Mercado Indiferenciado</p>	<p>Viajantes experimentados/Alteração nos estilos de vida/Alterações demográficas/Maior flexibilidade/Independentes/Motivações complexas/Grande exigência/segmentação complexa</p>
<p>Tecnologia</p> <p>Revolução Industrial-produção em massa dos produtos estandardizados/automóvel, avião de reactores, computadores, telemóvel, telex/sistemas de reservas limitadas/sistema de contabilidade/tecnologias que permitem redução de custos</p>	<p>Sistemas de informação/difusão rápida/capacidade de adaptação elevada/tecnologias intercomunicantes, e integradas (high tech) /novas tecnologias de produção flexíveis, políticas de gama e informatização das relações</p>
<p>Produção/Oferta</p> <p>Preços do petróleo baixos/Construção intensiva de hotéis/voos charter/pacotes turísticos/oligopólios das companhias aéreas/cadeias hoteleiras multinacionais/recursos humanos vistos como custos de produção/ questões ambientais irrelevantes</p>	<p>Integração horizontal das empresas turísticas/produção flexível/integração do marketing e desenvolvimento do produto/ inovação da orientação para o consumidor/recursos humanos-chave da qualidade</p>
<p>Gestão</p> <p>Serviços estandardizados/reserva antecipada de hotéis e férias/marketing de massas/cartão de crédito/preços promocionais/competição baseada no preço/economias de escala (permitem gestão optimizadora das quantidades e dos preços) /venda do que se produz/maximização da capacidade</p>	<p>Possibilidade dos produtores fornecem numa escala de massa/bens que correspondem a necessidades específicas/atenção personalizada/gestão do território/segmentação de mercados/competição pela inovação/ produtos concebidos para responder às exigências dos consumidores/gestão da capacidade</p>
<p>Envolvente externa</p> <p>Regulamentação do transporte aéreo/crescimento económico/paz e prosperidade/promoção governamental do governo/incentivos para atrair hotéis para os países em desenvolvimento/férias pagas</p>	<p>Desregulamentação aérea/flexibilidade das férias/desencanto dos países receptores com os benefícios do turismo de massas/pressões sobre o meio ambiente/reestruturação/protecção do consumidor/internacionalização (globalização dos mercados) e difusão espacial/exigências de sustentabilidade ambiental/competitividade pela qualidade</p>
<p>Turismo Antigo Modelo, dos 3S (Sea, Sun and Sand)</p> <p>massificação do produto sol, mar e praia/estandardização e pacotes turísticos rígidos</p>	<p>Novo Turismo dos 4 E(<i>Evenement, Equipament, Environment, Encadement</i>)</p> <p>massificação diferenciada ou “desmassificada” (associada às exigências de pacotes de qualidade) diversificação dos produtos/qualidade</p>

Fonte: Cuvelier (1994)

Quadro 2: Modelo tradicional e pós fordista, formas de organização

Modelo Tradicional		Modelo pós-fordista
Saturação dos equipamentos turísticos na faixa litoral	Novos modelos de organização política e social do trabalho	Especialização das áreas de destino, que conduz à capitalização dos recursos locais e ao acentuar das identidades
Crescimento urbanístico expansivo (marcado por um contexto especulativo e de tolerância administrativa)	Melhoria nos transportes e redes de comunicação	Democratização dos espaços culturais
Oferta complementar despersonalizada e concentração da procura, associada a poucos mercados emissores	Expansão da economia e dos serviços	Nova museologia Espaço histórico como dinâmico e aberto
	Aumento dos tempos livres dos trabalhadores	Concentração dos esforços do Turismo em segmentos específicos
	Fomento da ideologia das férias	
	Globalização do Turismo	

Fonte: Fainstein e Dennis, (1999); Fortuna (1995); Mundet et al.; Urry (1990)

A rápida consolidação do turismo fordista está baseada no avance tecnológico dos transportes e das comunicações. A generalização do automóvel, a construção de estradas na Europa melhora substancialmente, assim como os voos charters que dão acesso e mobilidade a uma classe média europeia ávida de lazer. Contudo a oferta turística fordista, não foi capaz de ser adaptar à procura e às necessidades. O baixo nível de profissionalização do sector turístico, e a escassa intervenção da investigação no sector turístico fizeram com que o produto se esgotasse depressa.

A procura turística inicia a partir dos anos 80 do século XX um processo de evidente diferenciação e segmentação que se traduz em novas exigências por parte dos consumidores. A procura de uma oferta singular traduz-se na primeira crise do turismo fordista baseado numa oferta rígida e homogénea. Os consumidores, reagem contra uma oferta homogénea (fala-se em crise da massificação) e emerge o domínio da cultura visual, sobre o conhecimento que conduz à “espectacularização” da sociedade “pós-moderna”. (Fortuna, 1995: 19-23). A procura dos turistas acelera-se ao longo dos últimos anos: a década de 1980, é marcada pelo declínio da procura de destinos “sol, mar e praia” tradicionais, e na década 90 do século XX, emerge um crescente interesse pelo ambiente, pelas férias desportivas e pelas actividades culturais. Contudo, e apesar do que se apelidou de sociedade pós-moderna e dos comportamentos do “novo turista”, prevê-se que os destinos “sol, mar e praia” continuem a predominar nas opções das férias, recorrendo-se a uma oferta de

atrações complementares e outras formas de recreio, com vista a renovar locais já conhecidos, mas também ajudar a “vender” destinos emergentes.

Quadro 3: Síntese e Comparação dos modelos de evolução do espaço turístico

E. Gormsen	S. C. Plog	J.M. Miossec	R.W. Butler
Referências espaciais em relação a um centro emissor, Europa e Nova Iorque	Referências espaciais em relação a um centro emissor, Nova Iorque	Fase Pré-Turismo	Fase de Exploração sem impacto económico e ambiental, Ártico canadiano, América Latina
Periferia IV Iniciativa exterior dominante, elite local, hotéis, África ocidental, Caraíbas, oceano Pacífico, oceano Índico, Ásia do sudeste, América do sul	Fase Pioneira Turistas “alocêntricos” África, Pacífico sul, oriente (Japão)	Fase pioneira estância pioneira, relações população local/turistas marginais	Fase de Implicação Progressão lenta de número de turistas, implicação da sociedade local, Caraíbas, algumas ilhas do Pacífico
Periferia III-II Aumento da iniciativa local, diversificação social da participação, aumento da capacidade de acolhimento, diversificação dos modos de alojamento, África do norte, Baleares, Ilhas Caraíbas, litoral mediterrânico europeu	Fase de Desenvolvimento Turistas “semicêntricos” Europa, Havai, Caraíbas, Florida, Honolulu	Fase de Desenvolvimento Aumento do número de turistas, multiplicação do número de estâncias, criação de empregos para a sociedade local	Fase de Desenvolvimento Progressão rápida do número de turistas, número de turistas – população permanente, desenvolvimento dos investimentos externos, presença de operadores de viagens África do norte e oeste
		Fase de Organização Especialização e hierarquização das estâncias, segregação espacial do turismo	Fase de Consolidação Progressão numérica dos turistas, abrandamento da taxa de crescimento
Periferia I Iniciativa local e regional, toda a sociedade local é envolvida, abrandamento do crescimento da capacidade de acolhimento, diversificação dos alojamentos baratos litoral da mancha, litoral báltico			Fase de Estagnação Estagnação do número de turistas Costa Brava, algumas ilhas das Caraíbas, costa mediterrânica norte
	Fase de Declínio Turistas “psicocêntricos” EUA, Miami Beach, Coney Island	Fase de Saturação Monoactividade turística, degradação do recurso, fuga dos turistas Costa Brava, Côte d’Azur, Florida	Fase de Declínio Saturação, poluição, ressentimento da população local

Fonte : Deprest (1997: 34)

1.3 Crise do Turismo fordista e o pós-fordismo

Para entender melhor a crise do turismo de massas e a possível reabilitação dos locais por ela atingidos aonde se incluem os casos de estudo aqui apresentados, importa perceber o porquê da crise do turismo fordista e a sua passagem à fase do turismo pós-fordista actual.

O turismo de massas que, como o caracteriza (Ruchmann, 1997: 110) envolve “...grande volume de pessoas que viajam em grupos ou individualmente para os mesmos lugares, geralmente nas mesmas épocas do anos, (que) vem sendo considerado o maior agressor dos espaços naturais. O excesso de turistas conduz ao superdimensionamento dos equipamentos destinados a alojamento, alimentação, transporte e entretenimento, que impreterivelmente ocupam grandes espaços, agredindo paisagens e destruindo ecossistemas. Além disso, a falta de “cultura turística” dos visitantes faz com que se comportem de forma alienada em relação ao meio que vistam, acreditam que não têm nenhuma responsabilidade na preservação da natureza e na originalidade dos destinos. Entendem que o seu tempo livre é sagrado, que têm direito a uso daquilo que pagaram e que, além disso, permanecem pouco tempo, tempo insuficiente, no seu entender, para agredir o meio natural”.

Ruschmann (1997: 111) considera ainda que o desenvolvimento desorganizado do turismo “pode causar perdas irreparáveis para as populações receptoras e para os ambientes físicos e culturais”, salientando que o meio ambiente é a base económica da alguma actividade turística e apresenta oportunidades e limitações. O carácter limitado da qualidade dos recursos em ambientes naturais e a análise dos custos e benefícios do desenvolvimento turístico para as populações e seu meio trazem à tona uma série de conflitos que necessitam de ser resolvidos.

O turismo surge como actividade económica capaz de dinamizar economias locais desfavorecidas, mas mal gerido pode tornar-se um factor de intensificação dos desequilíbrios. A Organização Mundial de Turismo (Aguilló, 1996: 45-67) revelou, que os principais países receptores de turistas nos fins dos anos 1990, eram os mesmos em posição hegemónica nos anos 60 e 70 do século XX. O Mediterrâneo continua a ser o local que mais turistas concentra. As diversas fases de descoberta, início e consolidação dos destinos clássicos entraram na fase crítica de estancamento onde aparecem os sinais de saturação destes destinos. De acordo com a lógica do modelo Butler (1980),

a fase crítica pode resolver-se através da capacidade de rejuvenescimento e revalorização do produto turístico. Os destinos de massas devem assim adaptar a sua oferta turística às novas exigências da demanda pós-fordista. Apesar do turismo continuar a ter uma grande incidência territorial nos espaços litorais, a tendência é para o alastramento das actividades do lazer aos espaços, rurais e urbanos, associado a uma crescente diversificação da procura e da oferta.

Como refere Krippendorf (1987: 200) “enquanto permaneceram as condições fundamentais que caracterizam o desenrolar das férias e enquanto as viagens mantiverem o aspecto de êxodo periódicos de massas, será tão necessário quanto desejável criar universos artificiais sob a forma de grandes centros de férias”. As deslocações de milhões de pessoas no período das férias criou novas necessidades de massa que não podem ser satisfeitas no quadro de soluções de reduzida escala. As estações de acolhimento – as metrópoles das férias – permitem garantir a cada um a possibilidade de partir em férias (Krippendorf, 1987: 200).

No contexto de mudança, reestruturação e instabilidade, o modelo turístico tradicional fordista é lentamente substituído por um modelo pós-fordista. Podemos identificar uma série de conceitos chave para esta crise:

- A crise da standardização; a intromissão do turismo noutras esferas sociais; a redefinição da autenticidade do turismo; a renovação tecnológica; a universalização do turismo.

A crise da standardização, é o passo mais significativo para o corte com o sistema fordista. Existe um evidente desajuste entre os primeiros sintomas de crise de massificação e as respostas iniciais tanto da administração pública como do sector privado. A difícil reconversão destes espaços, resultam da difícil adequação entre pré-existências, muitas vezes obsoletas e as novas necessidades.

A produção em série e a standardização, são substituídas pela procura da singularidade e da especificidade. Os produtos turísticos massivos, dirigidos a colectivos não diferenciados, são substituídos por produtos específicos, para que tentem satisfazer as necessidades individuais de segmentos concretos da população, como conjuntos turísticos para determinados nichos e não para massas uniformes de população. O turismo pós-fordista pode considerar-se como uma reivindicação da imagem romântica da viagem, anterior ao fordismo. (Harvey , 1989 citado por Donaire, 1996: 58)

Como sublinha Umberto Eco (1985) citado por Donaire (1996: 59), impõem-se os cenários hiper-realistas, fantasiosos que se assumem como estruturas transcendentais à própria realidade como o castelo de Randolph, ou os hotéis de Madonna Inn, ou Las Vegas. Estes espaços tornam-se verdadeiras alternativas à geografia “autêntica”..A outra face do pós-modernismo é o interesse pela autenticidade e identidade local, pelo passado, pelo vernáculo pelo património local e nacional. O turismo contemporâneo abre-se à especificidade dos destinos.

A inovação tecnológica permite uma gestão pessoal do turismo a partir de casa e do indivíduo dando resposta à procura de destinos singulares, à rejeição do modelo fordista e do pacote de férias.

O turismo fordista tem como principal característica a concentração da oferta num espaço muito reduzido, enquanto que com o turismo contemporâneo se assiste a um processo de globalização e localização do consumo de espaços turísticos diferenciados. A geografia do turismo passa a incorporar novos cenários alternativos aos destinos saturados tradicionais. O processo de globalização do turismo faz com que todos os locais passam a ser possíveis potenciadores de espaços turísticos (Urry, 1990, citado por Donaire, 1996: 60).

1.4 Rurbanização

As cidades conhecem uma profunda transformação, como consequência do peso crescente das áreas suburbanas e sub-metropolitanas e das transformações económicas resultantes da desindustrialização, a realocação das actividades económicas centrais, do conflito entre público e privado. A industrialização difusa desenvolve-se nos interstícios do modelo fordista em crise. As zonas que não estão dominadas pela racionalização e normalização da grande indústria que domina os grandes centros, conservam o potencial humano e as infra-estruturas e são locais favoráveis à criação da industrialização difusa como resposta evidente à modernização necessária da pequena indústria.(Pecquerd e Silva, 1989: 427)

Um outro fenómeno que teve repercussões na transformação das vilas piscatórias em cidades de média dimensão é a rurbanização que resulta da disseminação do urbano no espaço rural na proximidade de grandes centros urbanos com o afluxo de população do interior rural para as grandes metrópoles, assiste-se a

uma forte pressão construtiva de casas individuais em novos e extensos loteamentos. (Bauer e Roux, 1976: 13).

Este fenómeno generalizou-se em países da Europa ocidental com a difusão da indústria e o desenvolvimento das grandes metrópoles. A residência secundária para veraneio e fins-de-semana expande-se mas tendem a converter-se em residência permanente fruto da proximidade dos grandes centros urbanos. (até 40km).

Por outro lado a população da cidade procura cada vez mais os modelos rústicos e assiste-se a uma folclorização das culturas locais, uma encenação teatral, a arquitectura das suas casas sobre o efeito dos modelos urbanos domésticos. Os modelos e normas arquitectónicas passam a ser importadas da cidade, os promotores são urbanos, a especulação imobiliária comanda a produção das novas vilas. Configurando um novo conceito de vila que se estende em territórios vazios que são ocupados pelas residências secundárias. (Rambaud, 1969: 9-32)

As populações locais aculturam-se dos novos modelos importados da cidade. Inicialmente ocorre uma melhoria das habitações rurais, por osmose com as habitações secundárias, que se constroem no seu entorno, gerando transformações, arquitectónicas e a nível da organização espacial das casas. As “casas de sonho” (Villanova, Leite, Raposo, 1994) construídas pelos emigrantes são influenciadas e influenciam a linguagem arquitectónica e a organização do espaço doméstico destas vilas/cidades.

As habitações secundárias inscrevem-se também no fenómeno do turismo de massas. Como resultado das migrações sazonais para férias, o desenvolvimento dos transportes e da redução do tempo de deslocações graças ao automóvel e a procura do ambiente natural. O efeito do turismo nas vilas traduz-se por uma transformação da morfologia urbana e da arquitectura assim como em novas funções habitacionais e de serviços.

1.5 Reabilitação urbana e sustentabilidade de espaços turísticos massificados

As respostas locais a novas formas de produção turísticas abarcam a criação de novos complexos turísticos com uma lógica claramente alternativa aos destinos

massificados, direccionando-os para a valorização do património ou para a criação de espaços irreais, oferecendo uma diversidade de registos e de cenários.

A reconversão turística das áreas industriais em espaços turísticos consolidados, transformando estes espaços em espaços temáticos hiper-realistas são uma das tentativas de tornar estes locais sustentáveis turisticamente. A recuperação destes espaços passa por uma estratégia de comercialização, que incorpora uma estética de desenho claramente visual e hiper realista, onde a nova concepção destes espaços passa por uma cenografia teatral assumida. (Pardo, 1996, citado por Donaire, 1996: 62) de que é exemplo o complexo de Ampurias na Costa Brava.



Fig.1 Canal em Ampuriabrava, Costa Brava Fonte: <http://www.vacaciones-viajes.es/vacaciones-espana/ampuriabrava.html>

A retracção do turismo de massas levou à procura de singularidade do produto turístico e à definição da especificidade de cada município. As linhas estratégicas nos anos 90 do século XX, apontavam para o ordenamento rigoroso do crescimento do número de camas nas zonas saturadas, assim como a melhoria de qualidade da oferta existente e o seu grau de utilização, a protecção e recuperação da envolvente turística, rural e urbana e a implantação de um novo modelo de urbanismo turístico. A criação de planos estratégicos é um dos instrumentos de planificação que emergem neste processo (Donaire, 1997: 55-66), para definição das estratégias básicas de dinamização do Turismo. Esta transição para o modelo pós-fordista não é fácil pois as características de oferta e do comportamento da procura dificultam a definição do novo

modelo a seguir. A cidade histórica surge como alternativa para a satisfação da sociedade dita pós-industrial.

O saudosismo do passado é uma das manifestações mais significativas da sociedade actual, sobretudo devido às rápidas mutações que esta atravessa. O turismo cada vez mais diversificado, já não oferece apenas descanso e o trinómio “sol, mar e praia”, abrindo-se também à Cultura e ambiente dos lugares e à descoberta da sua história.

Quadro 4: Evolução do modelo de gestão, urbanismo e planeamento

Modelo Tradicional	Novo Modelo
Crescimento ininterrupto da procura e da oferta, oferta monótona e estandardizada – sol e praia são o centro da actividade turística, estão na origem de uma expansão turística associada a padrões especulativos e a permissividade administrativa	Aparecimento de estratégias, normalmente de âmbito local, que procuram estimular o aparecimento de novos produtos turísticos
Cidades vistas como um espaço privilegiando de mercantilização, em que a organização territorial é determinada pelo consumo	Gestão turística dos recursos culturais/integração dos recursos culturais na oferta turística local
Estrutura urbana afectada por estes procedimentos, assim como, outros elementos do processo turístico, a concentração espacial, a direcção e intensidade dos fluxos, as características da oferta e o papel dos diversos níveis de administração	Revalorização do território /os recursos culturais são potenciados como uma oferta que permite singularizar os espaços locais e ao mesmo tempo, recuperar o território como atractivo essencial do litoral
Concentração territorial / os equipamentos turísticos concentram-se de forma exclusiva na linha costeira não se distribuindo de forma simétrica nessa faixa litoral	Criação de novos cenários e celebração do “não-autêntico” /não tanta reivindicação de espaços autênticos, mas celebração e aceitação da falta de autenticidade, através da capacidade de novos espaços turísticos criarem ambientes “falsos” parques temáticos
Urbanismo “laissez faire” /legalização a posteriori de uma realidade urbanística já existente, áreas do solo urbano crescerem de forma rápida e espectacular, o urbanismo “fordista”desencadeou, numa procura pela modernidade, a transformação do núcleo urbano pré-existente, acompanhada de crescente valorização do passeio marítimo	Planeamento urbanístico procura perpetuar os traços arquitectónicos tradicionais, controlo das alturas, melhor integração dos edifícios novos com tipologia urbana tradicional, maior preocupação em definir os limites dos núcleos urbanos, criação de passeios marítimos, integração das zonas urbanísticas mais próximas, como o tecido urbano da cidade, articulação do território com a sua função turística-recuperação de espaços urbanos para o ócio, diminuição das densidades urbanísticas e atracção de um turismo de maior qualidade
Ausência de planificação turística e crescimento anárquico e descontrolo em alguns locais	

Fonte : Urry (1990) , Fortuna (1995) e Donaire (1997)

A urgência de desenvolver um turismo que contribua para o desenvolvimento sustentável das comunidades e localidades, em vez de produzir impactes negativos

sobre os ambientes urbanos, tem sido reconhecida internacionalmente. Defende-se o envolvimento da comunidade local na regeneração do seu património tendo em conta que cada local é único, tem as suas especificidades, não se pode aplicar uma solução tipo e requerendo-se atender aos seus desafios e oportunidades. A sustentabilidade a nível urbano pressupõe estratégias de reabilitação urbana integradas, que entendam a cidade como um todo em constante mutação. Para isso a reabilitação arquitectónica requer uma abordagem integrada, perspectivando as condições socioeconómicas e culturais das populações residentes. (Aguiar, 1997: 63). A reabilitação é entendida por alguns como a “terceira via” para a expansão e qualificações da cidade.

Os últimos anos, tem-se apostado no turismo sustentável procurando difícil equilíbrio entre fruição do ambiente e a sua preservação, insistindo na valorização do ambiente natural como atracção turística. São exemplo disso as ilhas Medas na Costa Brava, a ilha de Cabrera e os grandes parques americanos como Yellowstone e Yosemite. (Donaire, 1998: 63)

A OMT (1996) recomenda também um conjunto de normas, iniciativas e acções que podem e devem ser postas em prática pela Indústria turística, em especial os resorts e hotéis para minimizar os efeitos negativos da sua actividade no ambiente natural. O conceito de turismo sustentável anda associado ao de competitividade com outros destinos estrangeiros e também no contexto do espaço nacional. A saturação de um destino turístico por razões ambientais e por excesso de procura, pode-se traduzir numa ameaça para esse destino embora constitua uma oportunidade para outros. Segundos (Curtin e Busby, 2004) e (Pigram, 1997) citados por (Baptista, 1997: 71)” as novas direcções na gestão da capacidade de carga exigem a manutenção de um guia de apoio às formas de turismo sustentável e enfatizam”:

- um desenvolvimento que reflecta carácter arquitectónico e estilo compatíveis com a herança cultural e o ambiente locais
- preservação, protecção e recuperação da qualidade dos recursos locais
- desenvolvimento de serviços aos visitantes que destaquem as tradições locais os recursos ambientais
- crescimento económico que melhore a qualidade de vida da comunidade local.

O desenvolvimento sustentável requer que se evitem: o excesso de turistas, a utilização anárquica, a saturação, a degradação, a artificialização do meio, a

banalização das paisagens, a aculturação das comunidades locais, os desequilíbrios ambientais, os conflitos sociais, as perdas de qualidade dos serviços, bem como, as perdas de identidades e autenticidades, de forma a evitar a fuga dos turistas para outros locais.

A atenção aos limiares de saturação, à capacidade de carga, e capacidade de acolhimento, pode não ser suficiente para impedir situações comprometedoras para o futuro destes locais. Para Butler citado por (Deprest 1997: 69) “as atracções turísticas não são infinitas e eternas, mas devem ser consideradas e tratadas como recursos finitos e não renováveis” como seriam as paisagens”.

Outros autores defendem que os locais turísticos tem a capacidade de acolherem sempre mais turistas e não tem a sua morte anunciada. Por sua vez Deprest (1997: 282), tentou mostrar como “ a duração do sucesso dum lugar deriva da sua capacidade de adaptação às mudanças nas práticas turísticas” à democratização do turismo e do acesso aos lugares turísticos.

Haris Katsoúlis (1997: 12) chama a atenção para além da agressão da actividade turística, para o problema da “monocultura do turismo”, considerando que a concentração nas actividades turísticas uma fragilidade social. Todos os sistemas sociais se tornam mais frágeis quando não privilegiam a diversidade, o que permite aumentar a flexibilidade e a capacidade de resposta aos problemas emergentes ao nível dos seus ambientes internos e externos. Tal como acontece com a agricultura intensiva, também o turismo massificado e de monocultura afecta os recursos naturais do local. A utilização desadequada dos recursos provoca a saturação do turismo. Katsoúlis (1997: 12) apresenta um conjunto de exemplos que ilustram as possíveis consequências da prática turística “pesada”, como as grandes construções em betão nas zonas costeiras, a perturbação dos ecossistemas, ou a urbanização caótica, entre outros.



Fig.2 Benidorm, Espanha Fonte: <http://livingviajes.com/vacaciones-de-verano-en-benidorm/>

Não basta apenas denunciar as situações de destruição do meio ambiente natural e cultural. Importa encontrar as estratégias mais adequadas de resposta. Katsoúlis (1997: 12) considera que a melhor solução se encontra na preservação. Além disso entende que está subjacente uma questão de mentalidade e de valores que permitam controlar e agir. O conceito de turismo alternativo surge, em contraposição ao conceito de turismo de massas. Weaver e Oppermann (2000: 367) estabelecem as principais diferenças entre o turismo massificado e o turismo alternativo no quadro seguinte. A principal ideia subjacente é que o turismo alternativo atrai grupos de turistas que procuram ambientes onde a cultura assim como o meio ambiente são valorizados e que o grupo de turistas psicocêntricos procura cenários mais familiares e com um nível elevado de estruturas turísticas disponíveis e convencionais.

Quadro 5: Turismo de Massas / Turismo alternativo

	Turismo de Massas Não Sustentável	Turismo Intencionalmente Alternativo
Mercados		
Segmento	Psicocêntricos-mediocêntrico	Alocêntrico-mediocêntrico
Volume	Elevado, viagens “packages”	Baixo, carácter individual
Sazonalidade	Estações altas e baixas distintas	Sem distinção de sazonalidade
Origens	Alguns mercados dominantes	Sem mercados dominantes
Atrações		
Ênfase	Acentuada comercialização	Moderadamente comercial
Carácter	Genérico “planeado”	Área específica “autêntico”
Orientação	Só turistas ou principalmente	Turistas e residentes
Adaptação		
Tamanho	Larga escala	Pequena escala
Padrão espacial	Concentrado na área turística	Disperso através da área
Densidade	Elevada densidade	Baixa densidade
Arquitectura	Estilo “internacional”, não-moderado, não solidário	Estilo vernacular, modera do, complementaridade
	Não-local, grandes associações	Local, pequenos negócios
Estatuto económico		
Papel do turismo	Domínio da economia local	Complementa as actividades existentes
Ligação	Principalmente externas	Principalmente internas
Saídas	Extensivas	Mínimas
Efeito multiplicador	Baixo	Alto
Regulação		
Controlo	Sector privado não-local	“Comunidade” local
Volume	Mínimo, facilita o sector privado	Extensivo, minimiza os impactes negativos
Ideologia	Forças de mercado livre	Intervenção pública
Ênfase	Crescimento económico, lucros, sector-específico	Estabilidade na comunidade e bem-estar, integrado, holístico
Quadro principal	Curto prazo	Longo prazo

Fonte : Weaver, 1998 (adaptado de Butler, 1992) e Weaver (1993)

Capítulo 2 - Turismo e transformações urbanas em Portugal

2.1 Turismo em Portugal

2.1.1 Génese e massificação do Turismo em Portugal

Como assinala António Barreto (1997: 45-49) a emigração para a Europa desde meados do anos 1950, a urbanização acelerada, a desruralização, a abertura económica aos países ocidentais, o investimento externo, a crescente escolarização a introdução da televisão e o turismo, são fenómenos anteriores à revolução de 1974, que influenciaram e moldaram a sociedade portuguesa que se encontrava já nessa altura em processo de mudança. Como refere o autor a institucionalização da democracia, a partir de 1974, o regresso de mais de 500.000 retornados em 1975/76 e a integração europeia, completam e consolidam a viagem urbana, modernizadora do país secularmente rural e conservador. As novas formas de urbanização, em que se incluem loteamentos ilegais de construção clandestina que desenharam as periferias urbanas dos grandes centros e sobretudo das áreas metropolitanas, nos anos 60/70 do século XX, o caótico crescimento das cidades médias dos anos 80/90 do século XX, são expressões do desordenamento urbano que marcou a passagem do Portugal rural a urbano, (Barreto 1997: 45-49).

O turismo abriu novas frentes de urbanização no litoral, promoveu a construção de grandes vias de circulação, aumentou a capilaridade da rede de circulação em muitas turísticas, especialmente nas zonas balneares. A inflexão de Portugal rural, dos anos 30/50 do século XX, para o Portugal urbano, dos anos 80/90 do século XX, começa a tomar forma nos finais dos anos 50 inícios dos anos 60 do século XX.

Nos anos 30 do século XX, o Estado Novo assenta a valorização de Portugal no seu património histórico e cultural. Duarte Pacheco estabelece em 1934 o diploma que obriga a realização de Planos de Urbanização, de todas as sedes de concelho e dos centros urbanos com interesse turístico, recreativo, climático, terapêutico, espiritual, histórico ou artístico a designar pelo governo. Das dezenas de iniciativas de planeamento que esse diploma desencadeará, os quatro primeiros planos submetidos em 1936 a parecer do Conselho Superior de Obras Públicas, reabrem-se as zonas balneares o plano da Praia da Rocha, de Mira, de Monte Gordo e de Moledo. O

primeiro plano a ser homologado pela mesma entidade é o de Moledo do Minho em 1943, e o segundo é o das termas de Monte Real em 1944. O turismo aparecia em primeira linha nas ambições de transformação urbanística do País. Exemplo desta actividade urbanística é o plano de Cassiano Branco para a Praia Atlântico da Costa da Caparica. O lazer marca o plano, edifícios de grande escala, torres e blocos virados sobre a marginal. Antevisão da urbanização algarvia e das estâncias de veraneio que explode nos anos 60. (Matos, 2000: 28)

Durante a segunda grande guerra Portugal, torna-se um destino estável para muitos refugiados. Nos anos 50 do século XX, quando a Europa emerge dos escombros da Guerra, o fenómeno turístico irrompe em Portugal, um turismo de elite repousante sem restrições na época e duração associado a um selectivo conjunto de estâncias tradicionais onde se construíram hotéis e pensões, se edificaram residências secundárias, para famílias aristocratas e burguesas. Nos anos 70 do século XX Marcello Caetano, promove um turismo mais popular, um pré-turismo de massa, um turismo desportivo, um turismo sazonal e breve, generalizando-se a vários locais onde o sol o mar e a praia estão presentes. Para além de estâncias hoteleiras alugava-se casas e quartos à população local residente, nalguns casos comunidades de pescadores.

Do exterior os pólos de actividade turística são, o Algarve, a Madeira, Fátima e Lisboa, sendo de acrescentar posteriormente o Porto. Em Portugal o nascimento de uma prática de planeamento urbanístico está associado à promoção do turismo.

Com a afirmação de novas práticas de recreio e de lazer verificou-se uma procura por sítios à beira-mar entre as classes médias e uma burguesia instalada, que constrói casas, hotéis e equipamentos em estâncias de férias. A década de 50 do século XX abre-se á expressão da arquitectura moderna em Portugal. A burguesia esclarecida procura actualizar o seu status e modo de vida. O fenómeno das casas de férias expande-se a partir da década de 50. (Tostões, 2000: 11)

A instituição do ócio e das férias em contacto com a Natureza, passa a ser um fenómeno moralmente recomendado, assim como o contacto com o mar. Até aí reservadas a um sector da população muito restritos, passam a democratizar-se progressivamente a uma classe média em ascensão. O culto do lazer e particularmente a instituição de um conceito alargado de férias, com particular incidência na vida de praia baseada no novo culto do corpo, domina o ambiente a partir dos anos 50 do século XX. As populações urbanas procuram descanso e evasão

no usufruto do mar e da praia, instalando-se com a sua família em colónias estivais. Diferentes lugares como as praias de S.Martinho do Porto, São Pedro de Moel, Moledo do Minho Esposende, Ofir, Pedrógão, Figueira da Foz, Costa Nova, Ílhavo, constituem exemplos desta emergente transformação do território que só mais tarde vai atingir o Sul e particularmente a costa algarvia. (Tostões, 2000: 11)

A avalanche de turistas chega a Portugal nos anos 60 do século XX, obrigando o Governo à montagem de dispositivos institucionais capazes de responder às solicitações da galopante procura turística e, ao mesmo tempo de permitir arrecadar os dividendos desta procura. Implementa-se uma política de apoio ao turismo (créditos, benefícios fiscais, formação profissional, promoção turística) que passa a ser encarado como um motor de desenvolvimento económico. Em 1964, ano mágico em que é atingido o primeiro milhão de entradas de estrangeiros no País, tem honras de debate na Assembleia Nacional, sendo pela primeira vez incluído no Plano de Fomento Intercalar, vigente entre 1965 e 1967. Marcello Caetano ao contrário de Salazar entendeu o turismo como um filão. Baptista (1965: 167). Foi dado neste período preferência ao turismo de luxo e não ao turismo de massa que já se começava a afirmar em outros países. O turismo de luxo favoreceu a competitividade do Algarve nesses anos perante outros cenários mediterrânicos como Espanha, Grécia, ex-Jugoslávia. A abertura do aeroporto de Faro em 1965 favorece o crescimento do turismo algarvio, (Cavaco 2005: 416)

A crise energética de 1973 provoca forte recessão no turismo, com grandes quebras na entrada de estrangeiros nos dois anos subsequentes ao 25 de Abril. Sem capacidade de se auto-financiar, perante a vigorosa subida das taxas de juro e sem planos de incentivo, a Indústria hoteleira estagna, só ganhando novo folgo a partir de 1980 degradando-se o parque hoteleiro e os preços junto dos operadores turísticos. Assiste-se a uma progressiva perda de qualidade de procura.

O campismo nasceu como movimento e actividade cívica, nas décadas de 30/40, e a sua expressão responde a dois factores: revindicação do fim-de-semana e das férias pagas e elevação do poder de compra. Muitos trabalhadores são atraídos pelo ar livre, com salários insuficientes, são coagidos ao campismo. Este granjeou grande popularidade junto das classes menos favorecidas, que nele encontram uma alternativa ao gozo das suas férias estivais. O desenvolvimento do caravanismo de lar itinerante, facilitado pelo progresso do mundo motorizado, vai engrossar substancialmente o caudal de visitantes do parque de campismo que se desenha como uma cidade instantânea sazonal da indústria turística, ao mesmo tempo que

consagra a cultura nómada, assumida como descontínua em relação ao poder instituído. A roulotte torna-se a casa sobre rodas, no prazer doméstico transportado para qualquer parte do território. Ao contrário da tenda, a roulotte desloca consigo um modelo de habitar com elementos rígidos, uma unidade de habitação predefinida. Muitas delas sofrem um processo contrário à sua natureza ambulatória original, tornando-se fixas a um dado local. Esta prática tornou-se comum a partir dos anos 60 do século XX em Portugal marcando muitas das vilas balneares de Portugal, cujos parques de campismo são em geral grande parte ocupados por roulettes fixas e fornecendo custos reduzidos de subsistência e evasão ao comum cenário residencial. (Lopes 2000: 13-14)

Há ainda a registar, como novidade, a expansão do sistema *time-sharing*, surgido na esteira dos títulos de férias que o grupo hoteleiro Torralta consagrado em Tróia e no Alvor, na viragem dos anos 60 do século XX. Este aliciante esquema importado dos EUA, onde teve início a partir dos anos 70.

Perante o avolumar dos fluxos turísticos, a banalização das férias por toda a Europa ocidental e a pressão dos grandes operadores, a oferta tendeu a dilatar-se por hotéis de nível médio (três estrelas) e outros meios de alojamento, como os hotéis apartamentos, aldeamentos e apartamentos turísticos que conduziram ao aumento e à diminuição do nível económico médio dos turistas. Este processo acentuou-se a partir de 1974 com o turismo interno, a democratização das férias e as novas aspirações consumistas. Esta nova procura dirigia-se a pensões, hotéis de três estrelas, casas de familiares e residências secundárias, parques de campismo e quartos e casas alugadas à população residente. A repartição espacial dos meios de alojamento turístico, hoteleiros e complementares vão se repartir em Portugal por uma litoralização crescente do turismo fortemente concentrado ao longo da costa algarvia e na região de Lisboa e num conjunto de núcleos da faixa litoral atlântica de Setúbal ao Minho. Esta tendência acentuou-se nos anos 1980/90, na matriz da oferta dos produtos turísticos continua a sobressair os de natureza balnear, sol, mar e praia, (Cavaco 2005: 416).

2.1.2 O turismo de massas no Algarve

O Algarve teve um despertar tardio para o turismo. A sua pobreza em nascentes termais, e o seu afastamento das áreas mais densamente povoadas e urbanizadas do país, fizeram com que não tivesse conhecido um turismo termal activo e com projecção social. Os acessos eram limitados, a linha de caminho de ferro só

chega ao Algarve em 1989 e uma modesta rodovia em 1933. Na primeira metade do século XX as praias do Algarve mantiveram-se essencialmente como pequenas estâncias frequentadas pela população da província e do Alentejo. A única praia que conhecia algum movimento turístico era a Praia da Rocha. As praias acessíveis através de caminho-de-ferro ou por barco ganharam maior clientela alentejana, como Albufeira e Monte Gordo. As outras continuaram a ser frequentadas apenas por classes modestas e população rural, como Quarteira, Manta Rota, Carvoeiro e Luz de Lagos.

Nos anos 20/30 do século XX instalam-se várias famílias britânicas no Algarve, que aumentam nos anos que se seguem, constituindo uma comunidade estrangeira que se fixa na Praia da Rocha, o primeiro campo de golfe é construído em 1927 por influência desta comunidade. Entre 1936 e 1945, o Algarve estagna e declina com as guerras civis espanholas e a segunda guerra mundial.

Na segunda metade do século, instalada a paz e retomado o crescimento económico, o boom turístico gerado a partir dos países europeus mais prósperos, mas carentes de sol, obriga os operadores internacionais à busca de novas estâncias balneares ao longo da bacia mediterrânica no Sul da Europa chegando ao Algarve. Com o melhoramento dos transportes terrestres e do transporte aéreo de passageiros, o Algarve, torna-se zona de desenvolvimento turístico prioritário. Desde então, multiplicam-se os hotéis e pensões, aldeamentos, equipamentos complementares, mas também novas áreas urbanas, adjacentes ou independentes dos velhos centros, quase sempre partindo de antigas aldeias do litoral, ligadas tradicionalmente ao mar. A abertura do aeroporto internacional de Faro em 1965 com voos fretados abre a região ao boom turístico que já estava a emergir.

O Algarve deveria ter sido reservado ao turismo de qualidade, afirmava o governo de então. O arquitecto Keil do Amaral defendeu a necessidade de classificar as praias, destinando-se algumas, como Monte Gordo, Albufeira, Praia da Rocha, ao turismo de massas e proibindo-se a construção em lugares envolvendo praias de grande valor ambiental e paisagístico. São realizados alguns projectos que primaram pela qualidade urbanística e arquitectónica: a urbanização do centro de Vilamoura de Keil do Amaral, o Hotel do Garbe de Jorge Chaves e Frederico Santana, o Hotel da Balaia de Conceição e Silva, (Duarte 2000: 2-15).

Todavia, a partir dos anos 60 do século XX, o boom turístico algarvio foi marcado pela baixa qualidade. Os proprietários de terrenos agrícolas de fraco

rendimento do litoral algarvio vendiam as suas propriedades, que eram urbanizadas por técnicos pouco qualificados, por vezes improvisando ateliers em cafés, conseguindo rápidas aprovações das câmaras. As construções eram vendidas por três ou quatro vezes o preço de custo. Alguns investidores nacionais e estrangeiros promoviam urbanizações fantasiosas para valorizar os terrenos. Urbanizações e aldeamentos turísticos (impulsionados pelo trabalho irresponsável de Juntas de Turismo e Câmaras) irrompiam por todo o litoral e davam lugar a uma nova paisagem urbanizada. De entre os empreendimentos mais importantes destaca-se o plano de Vilamoura, abrangendo uma área de 1.500 hectares. O modelo de arquitectura que se difunde é o de mimetismo da arquitectura, passa a ser de uma genuína arquitectura regional de inspiração mediterrânica; coberturas em telha de canudo, chaminés rendilhadas industriais, muros e paredes brancas, esquinas boleadas, muros ondulados, pavimentos cerâmicos, aberturas pequenas mas frequentes, um receituário arquitectónico de fácil apreensão e aceitação que se nos anos 60/70 do século XX e que se prolongou até aos nossos dias. (Duarte 2000: 2-15).



Fig. 3: O denominado “estilo algarvio” Fonte: <http://algarve-holidays-portugal.blogspot.com/2009/04/algarve-villa.html>

A partir da década de 60 em que se inicia o boom turístico do Algarve e a sua projecção nacional e internacional, Albufeira e outras cidades do litoral algarvio seguem o percurso de tantos núcleos urbanos do litoral Europeu, que se expandiram com base no turismo do sol, mar e praia e se transformando-se profunda e rapidamente, tanto nos aspectos físicos e urbanísticos, como no seu perfil funcional, sociodemográfico e económico. O Algarve converteu-se nas últimas três décadas, 1960/70/80 do século XX no símbolo do imaginário dos Portugueses, uma espécie de

terra prometida, de terra de sonhos. Do mito do pré Marrocos passou-se ao mito da Califórnia Portuguesa. O fenómeno turístico gera dois Algarves, o do Inverno e o do Verão que adiciona meio milhão de habitantes em cada mês aos 324 000 residentes permanentes, ao Algarve do Inverno. O turismo e actividades conexas proporcionam às populações algarvias um melhor nível de rendimentos afirmando-se como economicamente preponderantes, absorvendo grande parte dos recursos regionais (mão-de-obra, capitais, terrenos). Associados ao fenómeno desenvolveram-se vários ramos de actividades: construção civil, a hotelaria, o comércio e os serviços. Estas actividades favoreceram a expansão demográfica da Região. As freguesias costeiras mais valorizadas pelo recreio e pela economia observam um rejuvenescimento da população e uma especialização em determinadas áreas profissionais.

Sendo o turismo moderno do Algarve essencialmente balnear, os equipamentos receptivos que o apoiam situam-se quase todos junto ao litoral. Apenas alguns aldeamentos se localizam no interior, mas sempre a escassos quilómetros do mar, como a Aldeia das Açoteias, a Quinta da Balaia e alguns núcleos de Vilamoura. São também raras as unidades hoteleiras com posições não costeiras, de que são exemplo o Penina, a pousada de S.Brás e o motel Tavira.

A distribuição espacial dos equipamentos não é homogénea. A maior concentração de conjuntos turísticos encontra-se entre Lagos e Vale do Lobo, nos núcleos antigos ou nas suas periferias, exemplo de Lagos, Praia da Rocha, Portimão, Armação de Pêra, Albufeira, Quarteira ou em núcleos novos como Vilamoura, Alvor, Quinta do Paraíso, Vilalara, Quinta da Saudade, Montechoro, Quinta da Balaia e lugares isolados como os hotéis da Meia Praia, Penina, Balaia-penta e Alfamar. A oeste apenas aparecem unidades na zona de Sagres, enquanto a leste aparecem conjuntos na zona de Tavira, como o Eurotel Tavira, Motel Quinta das Oliveiras, Pedras d'el Rei e Pedras da Rainha, o Eurotel Altura, e o equipamento de Monte Gordo e alguns aldeamentos próximos da Praia Verde e da Aldeia Nova.



Fig. 4: Mapa do Algarve Fonte: <http://www.asalgarve.info/pt/quemsomos.asp>

A partir de uma análise da construção de alojamento turístico, verifica-se que, nos primeiros dez anos predominou o aparecimento de unidades de alojamento de 4 e 5 estrelas (sobretudo hotéis), mas também aldeamentos de luxo. (Gonçalves e Águas, 1997; Marques, 1999; Pina, 1999) citados por Gonçalves (2003: 261). A partir do momento que a procura regista um crescimento mais acentuado, aumenta a pressão sobre o local, à qual a oferta responde pela duplicação do número de camas, surgem um outro tipo de unidades de alojamento em número bastante elevado, e de menor qualidade, o caso dos apartamentos e dos aldeamentos. Assiste-se então ao fenómeno designado por “massificação” do Turismo no Algarve. O produto pretendido pelos turistas que chegam cada vez em maior número é o produto “sol e praia” a oferta é caracterizada por uma falta de ordenamento e planeamento de infra-estruturas, bem como, pela ausência de preocupação em desenvolver outros produtos. (Gonçalves e Águas, 1997; Marques, 1999; Pina, 1999) citados por Gonçalves (2003: 261).

Quadro 6: Ciclo de destino de vida do Algarve

Algarve	Anos	Descrição
Exploração	1920 a 1960	Acessibilidades e meios de transportes precários, quase ausência de infra-estruturas e equipamentos de suporte à indústria turística, Construção dos primeiros grandes hotéis, Principais mercados: Espanhóis, Britânicos, Bom Clima e Boa Praia
Envolvimento	1960 a 1970	Início do investimento turístico, 1965, construção aeroporto de Faro, Construções de hotéis de luxo, 4 e 5 estrelas, 1966- projecto desenvolvimento de Vilamoura, Estação Alta : Verão
Desenvolvimento	1970 a 1985/90	1972 a 1975- aparecimento de hotéis e pensões de menor categoria, três e duas estrelas, para responder a procura turística de charter, surgem áreas turísticas como Albufeira, Tem lugar os primeiros investimentos estrangeiros no Algarve, evidenciam-se investimentos em restaurantes, pequenas companhias imobiliárias, surgem mais tarde as multinacionais, fortes taxas de crescimento de turistas, desenvolvimento de atracções turísticas, Marina de Vilamoura, Aldeia das Açoteias, Campos de Golfe, Aumento dos “packages”
Consolidação	A partir de 1985/90	Crescimento mais moderado do número de visitantes e das dormidas, acentuar da sazonalidade. Desenvolvimento de novos mercados e atenuação da sazonalidade definidos como objectivos prioritários. Turismo assume-se como actividade principal

Fonte : a partir de Gonçalves e Águas, 1997. in Gonçalves (2003: 262)

2.1.3 O turismo pós-fordista em Portugal

O turismo de massas tem provocado desequilíbrios densificado e fragmentado os territórios desordenando-os e secundarizado dos espaços de lazer com infra-estruturas e equipamentos turísticos obsoletos e o envelhecimento de núcleos antigos. O desacerto entre a pressão construtiva do modelo intensivo expansivo e os instrumentos reguladores e o desajustamento entre os municípios e o estado central são os responsáveis pelo forte crescimento das conurbações, sem infra-estruturas e saneamento e destruindo sistemas biofísicos e descaracterizando a paisagem.

Os excessos do turismo litoral português massificado, deteriorou espaços como os casos de estudo à frente apresentados, Armação de Pêra, Sesimbra, Nazaré e Vila Praia de Âncora. Estes antigos aglomerados piscatórios transfiguram a fisionomia do

antigo aglomerado e expandiram o seu perímetro com loteamentos urbano-túristicos baseados na residência secundária em moradias ou torres em espaços livres próximos da costa, no interstício entre diferentes aglomerados, são exemplos os eixos como Alvor/Praia da Rocha, Portimão, Praia da Rocha, Carvoeiro/Benagil, Senhora da Rocha/Alporchinhos/Armação de Pêra, Areias de São João/Olhos de Água. São exemplos de loteamentos urbano-turísticos que se desenvolvem de forma isolada, criando novos lugares, Vale da Telha em Aljezur, Altura, só habitados no período de veraneio.



Fig. 5: à esquerda Vista aérea da Praia da Rocha Fonte: http://apartsol.fr/12_praia_2006.ht

Fig. 6: à direita Praia do Carvoeiro Fonte: http://www.portugalvirtual.pt/_lodging/algarve/rocha.brava/pt/index.html



Fig. 7: Alporchinhos/Senhora da Rocha, Complexo Pestana Viking

Fonte: <http://directrooms.com/portugal/hotels/pestana-viking-resort-armacao-de-pera-8554.htm>

Estes desequilíbrios requerem reorientações políticas, reconversão de sectores degradados, reconversão hoteleira, busca de qualidade geral e ambiental, nova imagem e novas apostas em ecoturismo, turismo envolvendo economias da água, energias renováveis etc. Note-se que existem vários projectos turísticos do tipo fordista e massificado que agridem a paisagem, tanto na forma de grandes resorts ou no adensamento de uma localidade ou estância.

Os grandes resorts que estão projectados para a zona de Óbidos, Óbidos, Bom Sucesso Design resort ou Quintas de Óbidos e Alentejo interior (Alqueva) e litoral, são exemplo do modelo de um turismo massificado no período pós-fordista envolto numa capa eco-sustentável e supostamente preocupada com novos nichos de mercado.

Por outro lado também começam a surgir bons exemplos de complexos turísticos eco-sustentáveis, com preocupações ambientais, de onde sobressai um bom exemplo na Comporta, os *Cocoon eco design Lodges*.



Fig.8: Dois exemplos de complexos turísticos desenvolvidos na época pós-fordista em Portugal, Quintas de Óbidos e Cocoon eco design lodges Fonte: http://www.golfhomes.ie/portugal_property121.html / <http://imoveis-alcacer-sal.com/>



Fig. 9: Bom Sucesso Design Resort, Óbidos Fonte: <http://aeiou.expresso.pt/bom-sucesso-design-resort-obidos-proibe-entradas-no-empreendimento=f537567>

2.1.4 O turismo pós-fordista no Algarve

O Algarve é a região portuguesa que sofreu, nos últimos quarenta anos, as maiores alterações na sua estrutura, económica, social e territorial. O desenvolvimento do turismo na costa algarvia fez-se de uma forma linear acompanhando a linha da costa, com pólos relativamente autónomos do ponto de vista funcional, alternando agrupamentos de povoamento compacto (núcleos urbanos principais), com manchas expandidas (sobretudo povoamentos parcialmente agrícolas) e aldeamentos turísticos.

A região entrou neste novo milénio vocacionada para o desenvolvimento de uma economia baseada nas valências do turismo, residencial e de lazer. A construção civil ganha importância, principalmente no domínio do emprego criado a que se juntam diversos serviços, prestados às famílias e às empresas. A organização espacial do litoral algarvio subordina-se, no seu conjunto, à lógica do turismo e do lazer, a qual deixará marcas profundas no território, nalguns casos dilacerantes, de difícil reabilitação ou de impossível requalificação.

Até 1997, não existem indícios de rejuvenescimento do Algarve nem de declínio do seu produto turístico, embora alguns se revelem fora de moda, e se registe um decréscimo das taxas de ocupação resultantes de uma oferta excessiva face à procura. Em alguns casos, observa-se um “divórcio” entre a imagem do local e o ambiente envolvente, mas o limite de capacidade de carga ainda não foi alcançado.

O ambiente natural (Sol, Mar e Praia) constituiu o factor de maior atractividade do litoral algarvio, apresentando-se como a motivação de maior importância para visitar a região, mas este modelo tradicional de turismo tende a esgotar-se (Cuvelier, 1994) citado por (Gonçalves, 2003: 263).

Devido à especialização produtiva de que o Algarve foi alvo nas últimas décadas, houve um grande investimento na melhoria dos acessos rodoviários(auto-estrada) e ferroviários ao Algarve bem como da rede viária interna(Via do Infante), o que constitui um factor de dinamização adicional do mercado imobiliário, designadamente ao nível da aquisição de segunda residência ou da procura de alojamento destinado ao arrendamento sazonal.

A pressão a que o parque imobiliário algarvio tem estado submetido foi reforçada nos últimos anos pela procura por parte da população da Área Metropolitana de Lisboa, de segundas residências, antes localizadas nas localidades próximas e que

foram sendo substituídas gradualmente pelo Alentejo e pelo Algarve devido aos fáceis acessos.

A população total algarvia tem crescido a um ritmo anual superior ao verificado no conjunto das outras regiões portuguesas. Nos anos 90 do século XX, esse crescimento superou, aliás, todas as estimativas tendo se verificado um crescimento na ordem dos 16%, resultante da migração de dois grupos de população activa que procura mercado de trabalho, e de idosos que procuram boas condições de vida após a aposentação. Este último estrato social, maioritariamente constituído por cidadãos não portugueses, que aproveitam as facilidades associadas à criação do espaço de livre circulação da União Europeia.

O desenvolvimento da vocação do turismo e do lazer leva à urbanização do território com novos aldeamentos, loteamentos, construções dispersas, torres, vivendas, num processo desarticulado da estrutura urbana tradicional. Não só no que respeita aos aspectos relacionados com a construção (volume, arquitectura...), como também no que se refere à sua funcionalidade (circulação viária, espaços públicos, ...) e, ainda, ao convívio com equipamentos industriais, entretanto absorvidos pela expansão da malha urbana e tornados obsoletos.

O padrão de áreas urbanas alterna entre espaços urbanos e rurais, a produção de território urbano vai-se fazendo à custa da destruição do património construído, substituindo moradias por torres, pervertendo o padrão arquitectónico e recorrendo abundantemente a modelos urbanísticos agressivos. Bruno Soares adverte, para a necessidade de evitar a pulverização desordenada de subúrbios sub-equipados, admitindo que o modelo de cidade tradicional compacta já não corresponde à realidade urbana fragmentada, diversificada e descontínua das cidades actuais, (Soares 2002: 123-129).

O litoral algarvio é caracterizado por um modelo polinucleado. A expansão urbana que teve lugar no espaço compreendido entre Lagos e Tavira fez-se segundo um padrão de “mancha de óleo”, integrando progressivamente os diversos núcleos urbanos, com funções complementares, ou, nalguns domínios, concorrentes, mas sem que algum deles se afirme como pólo organizador desta grande área urbana. As migrações pendulares tendem a antever a tendência acelerada de integração urbana que afecta o conjunto dos núcleos/cidades do litoral algarvio.

2.2 Rurbanização em Portugal

A partir dos anos 70/80 do século XX a procura de segunda residência tem vindo a aumentar quer no litoral quer no interior rural e nos subúrbios metropolitanos, contribuindo para a transformação dos territórios e o fenómeno de urbanização difusa. As residências secundárias são um símbolo de prestígio social correspondendo a uma possibilidade económica de investimento e a um estereótipo de ocupação e usufruto dos tempos livres e do lazer que tem repercussões no mercado de habitação e no boom imobiliário. A expansão deste fenómeno e transformação da segunda residência em primeira residência anda associada à expansão do fenómeno da suburbanização, e à configuração dos padrões urbanos difusos. Este modelo habitacional, a residência, implica grande dispêndio de solo, o que se reflecte na pressão sobre o uso do solo e no alargamento e descontinuidade, na extensão dos subúrbios, dos espaços periurbanos e rurbanos moldando a paisagem. Esta situação é agravada pelo proliferar de loteamentos, desenvolvidos sem planeamento urbano e de forma ilegal, casos dos loteamentos clandestinos dos anos 60 a 80 do século XX ou dos novos loteamentos clandestinos de Palmela.

A pressão exercida por estas áreas de residências secundárias entra em conflito com as áreas verdes, florestais e agrícolas cujo valor paisagístico é uma das principais razões da especulação imobiliária crescente. As áreas urbanas e suburbanas com residências secundárias e primeiras residências acolheram grande parte dos emigrantes regressados desde os anos 70 do século XX, assim como os retornados das ex-colónias (num total de cerca de 600.000 pessoas) no pós 25 Abril. Distinguem-se, dois períodos fortemente influenciados por “pressões externas”, a emigração e a guerra colonial e, em seguida, o retorno dos emigrantes com a integração crescente de Portugal na economia mundial e na divisão internacional do trabalho, com a consequente reestruturação da economia.

As migrações internas para os subúrbios dos principais centros urbanos atingiram a sua intensidade máxima durante o período de 1960-1973. O Algarve passa a ser um ponto receptor a partir da década de 60 do século XX, como pólo gerador de emprego na construção e nos serviços provenientes da explosão do turismo de massas, assim como um local de acolhimento para a população das ex-colónias, na segunda metade dos anos 70 do século XX, com uma capacidade de atrair quadros profissionais liberais e reformados, reproduzindo, tardiamente e a escala reduzida, tendências de desurbanização associadas a deslocações em busca do Sul e do Sol.

Após 1960, o desenvolvimento urbano de Portugal é marcado por um forte crescimento metropolitano, e pela transformação de pequenas e médias cidades. Surge um tipo de povoamento que tem sido designado por rurbanização e que se caracteriza pela deslocação de cidadãos para as áreas rurais.

Enquanto a primeira fase de urbanização se caracterizou por uma expansão das Áreas Metropolitanas de Porto e Lisboa, criando nas periferias próximas dos centros urbanos um extenso espaço urbano-industrial fortemente polarizado (Faria, 1981) citado por (Gama, 1993: 448), uma segunda fase, iniciada na década de 70 do século XX, ao mesmo tempo que se assiste a um crescimento mais moderado das áreas metropolitanas, os centros de pequena e média dimensão, com relevo para as cidades médias, apresentam-se com um maior dinamismo e generaliza-se uma urbanização difusa não metropolitana com grande importância nas regiões litorais. Estas formas de habitat difuso, que são designados por periurbanos são particularmente relevantes nas regiões do litoral Norte e Centro (Gama, 1987) citado por (Gama, 1993: 450). O processo de urbanização difusa não metropolitana apresenta diferenças regionais marcantes. Em algumas regiões evidencia características mistas, nem claramente rurais nem urbanas, expressando a dificuldade referida por Mingione (1987) citado por Gama (1993: 451) em “delimitar algumas áreas difusas entre o urbano e o rural”.

Ao referir-se à diferenciação espacial da urbanização, J. Gaspar considera que fora as áreas metropolitanas, é cada vez mais nítida a diferenciação “entre duas normas de urbanização, umas mais extensiva mas também mais difusa que se efectua ao longo da faixa litoral e outra nitidamente concentrada apesar do número elevado de centros urbanos cuja importância é mais definitiva no interior norte e sul do território” (Gaspar, 1987) citado por (Gama, 1993: 451).

2.2.1 Quadro geral de tipos de urbanização em Portugal

Vários autores (Portas, Domingues, Cabral, 2004) (Gaspar, 1987) (Gama, 1993) apontam três tipos principais de urbanização em Portugal: urbanização metropolitana de Porto e Lisboa; urbanização difusa das regiões Norte e Centro Litoral e Algarve; urbanização por concentração nas regiões interiores. As áreas metropolitanas aparecem fortemente polarizadas e diferenciadas entre um centro

coordenador, caracterizado pela concentração terciária, e uma periferia fragmentada, residencial ou industrial, combinando núcleos urbanos e áreas de peri-urbanização.

Foi a indústria, sobretudo a pequena e média indústria factor principal de urbanização difusa dos distritos litorais, enquanto no Algarve foi o turismo. O desenvolvimento das infra-estruturas e das comunicações na década de 80/90 do século XX, incentivos regionais aos investimentos, existência de solos disponíveis forneceram no caso do turismo, a valorização destas zonas juntos de praias e conjuntos monumentais. O habitat disperso fortemente articulado com a produção agrícola e as características do acesso à habitação, em que predominam as formas de auto-construção aliadas à presença de patrimónios fundiários como reserva de solos para construção. A estrutura cadastral de pequena propriedade parece ter sido uma das razões que estão na origem destes processos de urbanização difusa de tipo peri-urbano. A partir dos anos 70 do século XX, dá-se uma inversão dinâmica destas regiões intermédias, traduzida por um forte crescimento populacional e uma multiplicação das iniciativas empresariais. A população, por sua vez, vai-se urbanizando e urbaniza o espaço, transformando os meios rurais. J.Gaspar assinala a importância deste processo de urbanização *in situ*, que define como processo pelo qual as populações “mudam de ramo de actividade, modificam os seus consumos, as suas maneiras de viver, a sua utilização do tempo, permanecendo no lugar ou na aldeia que anteriormente constituía a base da economia agrícola de seus pais e de si próprio” (Gaspar, 1987) citado por (Gama, 1993: 455)

Este crescimento peri-urbano em torno de pequenos e médios centros foi acompanhado pela difusão da indústria associada a bacias de emprego assim como o crescimento de actividades ligadas ao terciário. A urbanização difusa emergente assenta na densificação de médias cidades, abrange numerosos e pequenos núcleos rurais e preenche os espaços entre os principais núcleos, constituindo um novo povoamento de características urbanas que não perde as suas raízes rurais. Esta forma híbrida que vários autores designam por peri-urbano ou conurbações de génese metropolitana (Gaspar, 1987) (Portas, Domingues, Cabral, 2004), alastra em mancha de óleo sobre papel ou em forma de ponteados dispersos e regulares, resultante do crescimento dos núcleos rurais e dos burgos mais importantes, nomeadamente aqueles favorecidos pela proximidade das vias de comunicação mais importantes.

Portas, Domingues e Cabral falam de metropolização litoral em torno dos núcleos urbanos e dos seus eixos ou corredores, entre Viana do Castelo e Sines e a faixa Litoral Algarvia. (Portas, Domingues e Cabral, 2004: 25).

“A realidade mostra que a urbanização dispersa ou difusa que povoa as conurbações é muito variável, desde grandes “monoculturas” residenciais (permanentes ou sazonais) às múltiplas situações em que a especificidade da base económica distribui, mistura e localiza funções residenciais e não residenciais ao longo de um território diverso e desigualmente dotado de infra-estrutura.” (Portas, Domingues, Cabral, 2004: 44) Segundo os mesmos autores, “nas formas extensivas de urbanização, os espaços não construídos não são apenas espaços “verdes”, “livres” ou “residuais”. A oposição urbana/rural, substitui-se por um modelo híbrido para o qual é necessário encontrar uma identificação positiva que é diferente da paisagem urbana convencional”. (Portas, Domingues e Cabral, 2004: 50)

A faixa litoral algarvia, não depende tanto da cidade capital do distrito, Faro. A presença forte do sector terciário e da actividade turística, usa o território de uma forma extensiva, criando oportunidades de emprego e de fixação demográfica fora do núcleo urbano. Predominam: o modelo de vivenda em lote próprio e os grandes loteamentos de residência em banda ou bloco, sempre de forma extensiva e em descontinuidade ou ruptura volumétrica face às malhas pré-existentes. Aparece assim uma grande desigualdade entre as malhas pré-existentes e as novas expansões territoriais. O défice de desenho e de qualidade urbana resulta num desajustamento nos traçados previstos nos planos e noutros instrumentos de regulação urbanística.

As frentes marítimas constituem áreas de forte sensibilidade ambiental de grande conflito de usos, sobretudo porque a maior parte da construção se fez sem qualquer regra e com um suporte infra-estrutural muito precário. A ocupação destes territórios por construções de carácter sazonal, residências secundárias, parques de campismo e actividade relacionadas com o turismo, muitas das vezes de génese ilegal, foi sendo substituída pela residência fixa, pela construção recente em condomínio ou em loteamento e por uma pressão continua sobre a orla marítima. Esta conurbação tem sempre uma forte pressão e dirige-se muitas vezes ao mercado imobiliário de médio e alto rendimento. Isto resultou rapidamente numa delapidação crescente da faixa litoral, com má qualidade de traçados viários e de tecidos urbanos construídos, destruição do sistema paisagístico e físico, destruição das dunas primárias e arribas com construção clandestina e não só, degradação das praias, estacionamento anárquico, etc.

2.2.2 De vila piscatória a cidade balnear

As vilas piscatórias eram, na primeira metade do século XX, centros de pouca importância regional, vivendo da agricultura e, sobretudo, da pesca artesanal e da indústria conserveira. Nos anos de 70 e 80 do século XX, as vilas piscatórias foram sendo absorvidas pelo crescimento urbano transformando-se, progressivamente, em centros comerciais e de animação da cidade turística e na memória histórica e pitoresca dos antigos burgos de pescadores. Ao longo das quatro a cinco décadas de desenvolvimento turístico, as vilas piscatórias foram-se primeiro estendendo ao longo da frente litoral, de forma desestruturada, depois em torno do núcleo urbano existente e da vila, depois em geral para nascente nas zonas de mata, onde se implantaram hotéis e aldeamentos turísticos e mais recentemente, para poente com predomínio da ocupação de residências extensivas. (Soares, 2003: 16)

As suas infra-estruturas são insuficientes e obsoletas, os espaços públicos estão subdimensionados e de má qualidade, existe incompatibilidade entre as áreas edificadas e a estrutura biofísica, e uma imagem caótica dos espaços edificados e do território em geral. As áreas urbanas em voltas dos locais de veraneio são actualmente um grande subúrbio turístico à semelhança dos subúrbios habitacionais das grandes cidades, desqualificado e sujeito a processos de desqualificação social. No caso dos territórios turísticos, isso significa a mudança do tipo de turistas face às alternativas proporcionadas por outros destinos mais qualificados e mais baratos que se tornam mais competitivos (Soares, 2003: 17).

2.3 Reabilitação urbana e sustentabilidade de espaços turísticos massificados em Portugal

Nos últimos anos multiplica-se pelo País a criação de equipamentos culturais, arranjos de espaços públicos, espaços socioeconómicos, recuperação de frentes ribeirinhas e marítimas, melhorias de circulação, renovação urbana e valorização do território. Todas estas intervenções são feitas com fundos comunitários. Os contributos positivos do desenvolvimento do património cultural para a região estão associados, à criação de melhores condições de vida para a população residente, ao aumento de capacidade atractiva do território e à requalificação da oferta turística, contribuindo-se desta maneira, para uma população mais consciente e informada e mais crítica e

exigente com a actividade do turismo. Segundo Barbosa (2007:127) Estão subjacentes os seguintes objectivos:

- Garantir que os valores naturais e paisagísticos confirmem aos territórios procura em termos de recreio, lazer e segunda residência.
- Promover a articulação entre o equilíbrio dos ecossistemas e as expectativas de qualidade de vida e de bem-estar.
- Repensar a gestão de serviços municipais de água e saneamento básico de modo a dar uma resposta às necessidades da população local e flutuante.
- Promover a contenção da urbanização difusa e associar padrões de qualidade ao edificado.
- Criar e valorizar equipamentos de carácter lúdico e de infra-estruturas urbanas e de lazer.
- Definir estratégias para a consolidação dos aglomerados pré-existentes e promover a qualificação do espaço público.
- Apostar na orientação e organização do investimento no imobiliário, de modo a desmotivar a expectativa face ao desejo de propriedade imobiliária e à especulação.
- Valorizar formas de expressão cultural tradicionais em domínios como o artesanato, os valores etnográficos, o património arqueológico e artístico que contribuem para a integração social e cultural das populações assim como para o reforço da identidade e das especificidades locais.

Esta estratégia passa por uma protecção do meio natural com controlo rigoroso dos usos e cargas territoriais, garantindo o aproveitamento de potencialidades ainda não utilizadas para o turismo ligado à natureza, privilegiando o ordenamento dos usos turísticos e balneares compatibilizados com a sensibilidade da linha costeira.

Os programas pólis, surgem como oportunidade de inversão das tendências de desqualificação urbana e ambiental das cidades balneares, oportunidades que se ajustam às exigências do turismo na medida em que a qualificação da procura depende em grande parte da qualificação da oferta. O Plano Estratégico do Pólis, recorre à animação como principal complemento ao produto sol, mar e praia.

Foram sempre feitos diagnósticos do espaço urbano e a formulação de objectivos e de estratégias de intervenção, face aos quais foram avaliados os diversos projectos e redefinidos, em alguns casos, os seus conteúdos e prioridades. As estratégias tiveram em vista, não só as intervenções de curto/médio prazo concentradas nas frentes de mar e núcleos antigos, mas também o enquadramento do desenvolvimento urbano a mais longo prazo, atendendo a que a requalificação proporcionada pelos investimentos do programa terão também um objectivo de requalificar o território mais alargado. Essas intenções implicam, para além da melhoria dos espaços públicos existentes, da requalificação funcional dos centros antigos e da valorização da frente de mar, o reordenamento do litoral do concelho, com a alteração dos critérios e práticas de gestão urbanística até agora adoptados.

Entre as medidas adoptadas, destacam-se:

- Tratamento dos espaços públicos tendentes para a sua pedonalização e condicionamento ou interdição automóvel
- Revitalização das actividades comerciais e dinamização da animação urbana
- instalação de equipamentos públicos e privados de carácter lúdico ou cultural
- Marcação da imagem urbana com objectos de arte, mobiliário urbano, iluminação e projectos emblemáticos de arquitectura
- Valorização das frentes de água

Pode dizer-se que a questão central da requalificação do centro através deste programa assenta na relação das pessoas e do espaço público como espaço de encontro e de lazer, o que implica também a resolução da compatibilidade com o acesso automóvel. Contudo muitas das vezes estas “boas práticas” foram apenas modelos niveladores e uniformizadores dos locais não atendendo à sua especificidade nem aos seus condicionalismos. O Programa Pólis foi sobretudo um instrumento de embelezamento, (Soares, 2003: 19).

O sector turístico neste momento concentra uma deficiente estruturação da oferta e da sua requalificação, com carências em equipamentos e actividades de animação, no principal produto, sol, mar e praia. A oferta continua a ser orientada sobretudo para procura massificada, competindo nalguns casos, com base sobretudo no preço, (Soares, 2003: 19).

A massificação da oferta é uma realidade que requer uma intervenção, sendo determinante o investimento público neste domínio. O desenvolvimento da cooperação entre os sectores público e privado, de forma a potenciar as sinergias e a garantir as acções complementares. A concentração da oferta de alojamento incide sobretudo no Algarve, Lisboa e Madeira. É necessário uma actuar sobre os factores críticos do sector do turismo, de modo a garantir a sua sustentabilidade.

Tem-se defendido a potenciação dos recursos turísticos primários diferenciadores da oferta nacional, face às perspectivas internacionais de globalização e de concorrência acrescida, num quadro de respeito pelos limiares de utilização do património natural e cultural, o qual constitui factor decisivo para o desenvolvimento do turismo, devendo como tal ser preservado e valorizado. A melhoria do enquadramento da oferta turística, tendo em vista a qualidade global, implica o reforço de práticas de planeamento integrado, de modo a assegurar a compatibilização dos equipamentos turísticos com a envolvente, o ambiente, o ordenamento do território, a rede de comunicações, os serviços de apoio, etc., e a consciência de responsabilidade dos diversos agentes, (Estado, Autarquias, Empresas e respectivas associações de consumidores e comunidades de acolhimento), apontam-se como objectivos prioritários:

- Consolidar os grandes centros de produção turística, ordenando e qualificando o espaço, de forma a diferencia-los pela qualidade e complementaridade, no quadro da competitividade internacional.
- Valorizar genericamente a oferta turística existente, através da modernização e requalificação do produto, dos activos e da gama de serviços.
- Criar novos produtos turísticos, baseados em potencialidades existentes e contribuindo para o reforço da coesão regional, através da exploração e valorização de áreas turísticas.
- Desenvolver de actividades emergentes no sector do turismo, da natureza e da animação turística
- Fomentar a competência e qualificação dos recursos humanos
- Promover da internacionalização de Portugal como destino turístico, com base nos actuais produtos e mercados nucleares do turismo, complementando-se com um esforço de penetração de novos produtos em novos e actuais mercados.

- Reforçar a imagem de marca e notoriedade do País como destino com elevado grau de segurança.
- Dinamizar do sector empresarial, através do reforço da capacidade de festão estratégica, do acréscimo da produtividade e do fomento da inovação tecnológica.
- Melhorar o funcionamento do mercado turístico através do enquadramento adequado de ordem administrativa, legal e financeira e modernização da eficácia das infra-estruturas ligadas ao turismo.
- Promover a existência de estruturas de coordenação do turismo, a nível nacional, regional e local, para em associação com a iniciativa privada, estimularem o planeamento integrado e defenderem, por esta via, a qualidade da oferta turística.

2ª Parte – Casos de Estudo



Fig. 10: Armação de Pêra nos anos 60 Fonte: <http://adefesadefaro.blogspot.com/2010/04/algarve-anos-5060.html>



Fig. 11: Armação de Pêra nos anos 90 Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/>

Capítulo 3 - Armação de Pêra

3.1 Génese do Lugar

Armação de Pêra conta actualmente com 3770 hab (censos 2001), com 412 hab/km2 e está situada no litoral do concelho de Silves, na freguesia ainda subsistem algumas zonas de exploração agrícola de citrinos, figueiras e vinhas assim como a pesca tradicional, que subsiste como uma “folclorização” da primitiva Armação.

Nascida da vila vizinha de Pêra, Armação deriva o seu nome do aparelho de pesca que os pescadores do lugar ali montavam e do qual viviam. A Fortaleza, a pequena igreja do século XVII e a praia onde paravam as embarcações e os apetrechos dos pescadores são os pontos a partir dos quais cresceu a vila. A fortaleza e amuralhamento da costa, datam do ano de 1661 ou 1667, data inscrita na Pedra de Armas que encima o arco de entrada na referida fortaleza de Armação de Pêra, Santo António das Areias, Santo António de Pêra, ou ainda Pêra de Baixo (<http://www.portugalvirtual.pt/tourism/algarve/silves/ptindex.html>)

Nessa época havia algumas casas de madeira, cobertas por colmo, para abrigo dos pescadores. Só se encontram mais registos históricos relativos a este povoado, por volta do ano 1720, em que é referida a construção dentro da fortaleza da Capela de Santo António, em invocação ao padroeiro do forte. (Lemos, 2006 in <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=430259>)

A aldeia de pescadores cresceu a nascente do Forte. O núcleo balnear formaliza-se a poente da aldeia dos pescadores, muito lentamente, no século XIX, e com uma estrutura linear, ao longo da via acesso a Armação. Por volta de 1900 aparece a primeira residência de prestígio, a casa Mascarenhas Gregório.

Em 1923, na sequência de um Decreto-Lei aprovado dois anos antes, o turismo nasce oficialmente no Algarve, com a criação da Comissão de Iniciativa e Turismo de Armação de Pêra, mais tarde transformada em Junta de Turismo de Armação de Pêra.

A Freguesia de Armação de Pêra é criada em 1933. O antigo casino, de arquitectura revivalista é mandado construir por iniciativa da Junta de Turismo nos anos 50 do século XX, na falésia sobranceira à praia. A construção do novo casino, excêntrico em

relação à aldeia, vai atrair para poente a construção de um novo conjunto de moradias unifamiliares.

Segue-se a construção da igreja e do seu pequeno bairro em meados de 50, com pequenos prédios. As décadas de 50 e 60 do século XX vão ser épocas de grande construção e do ordenamento do território em Portugal. Fazem-se vários planos urbanísticos, e projectos, gera-se um clima de experimentalismo onde o modernismo abre portas à edificação dos novos pólos turísticos e equipamentos, como os casinos de segunda geração, os grandes hotéis, as piscinas, etc.

São cedidos a preço simbólico, terrenos para a construção do Hotel do Garbe, em 1962 o maior e mais moderno na época. A construção deste hotel e do Cine Teatro ao ar livre, puxam a urbanização de Armação de Pêra para Poente em direcção a Alporchinhos. No final dos anos 60 do século XX aparecem os primeiros blocos de apartamentos. A vida turística centrava-se na esplanada, casino, hotel do Garbe e numa discoteca.

Em 1966, novos pólos de desenvolvimento, ampliam a aldeia e melhoraram a acessibilidade viária. São programadas as urbanizações dos pólos da Senhora da Rocha, Vila Lara, hotéis, a urbanização da praia da Galé assim como uma proposta de ampliação da aldeia para nascente, onde é proposta a construção de uma marina e urbanização adjacente. O turismo e a sua intensa actividade vai transformar a freguesia a partir de meados dos anos 70 do século XX.

A Junta do Turismo de Armação de Pêra virá a ser extinta em 1970 com a criação da Região de Turismo do Algarve (RTA). Até 25 de Abril de 1974, o crescimento urbanístico era pequeno, apostando-se em critérios de qualidade e embelezamento; toda a avenida Beira-Mar, era ladeada por chalés de veraneio. A preocupação principal da Junta de Turismo, era o embelezamento da praia e seus acessos assim como balneários e vestiários de apoio aos banhistas.

Em 1975, com o fortalecimento e autonomia do poder autárquico a Região de Turismo do Algarve, perde as suas competências anteriores e passa a ter uma função eminentemente promocional. Com a desagregação do triângulo autarquias-RTA-Governo perde-se o controlo do turismo algarvio.

Para os municípios, desenvolvimento turístico e crescimento urbanístico tornam-se sinónimos. Armação de Pêra, é assolada pela construção civil, tornando-se a maior fonte de receitas directas para a câmara de Silves. A construção em massa e desordenada, desenvolve-se nos anos 80 do século XX. Armação de Pêra é um caso

típico da transformação que ocorreu desde a década de 80 e se agudizou na década de 90 do século XX, seguindo a lógica do turismo de massas.

3.2 Transformação da morfologia urbana em Armação de Pêra

O modelo de crescimento fordista marca o crescimento de Armação de Pêra, a partir deste período com a produção de destinos turísticos estandardizados, a baixo preço e com notável rigidez de oferta, segundo o modelo de ocupação vertical na primeira linha de costa e uma extensão horizontal na traseira imediata. O turismo fordista baseou-se na especialização sectorial do turismo, sendo o trinómio sol, praia e mar, a única oferta. Esta especialização é traduzida numa ausência de critérios de segmentação, de singularidade do produto, concebendo uma massa uniforme. O destino turístico de Armação de Pêra apenas se vai diferenciar pela capacidade de oferta de alojamento, e por isso mesmo se torna vulnerável.

O crescimento turístico de Armação de Pêra dá-se a grande escala e de forma ininterrupta, respondendo à pressão da procura, resultando uma expansão urbanística associada a planeamentos marcadamente especulativos e a uma administração local permissiva.

Em Armação de Pêra, o modelo de crescimento fordista oferece os primeiros sintomas de esgotamento nos finais de 80 início de 90 do século XX, é neste período que se percebem as debilidades estruturais do sistema.

A rápida consolidação do turismo fordista está baseada no avanço tecnológico dos transportes e das comunicações. A democratização dos voos charters com a construção do aeroporto de Faro, em 1965, permitiu o acesso fácil a Armação de Pêra. O principal objectivo do turismo fordista, era o de maximização do número de visitantes. O objectivo de conseguir um maior número de ocupantes foi o principal responsável pela degradação ambiental da maior parte dos destinos turísticos de massa. A forte pressão construtiva sobre Armação de Pêra, com a verticalização da primeira linha de costa, rapidamente esgotou a capacidade de carga deste território. Será ainda possível evitar este declínio?

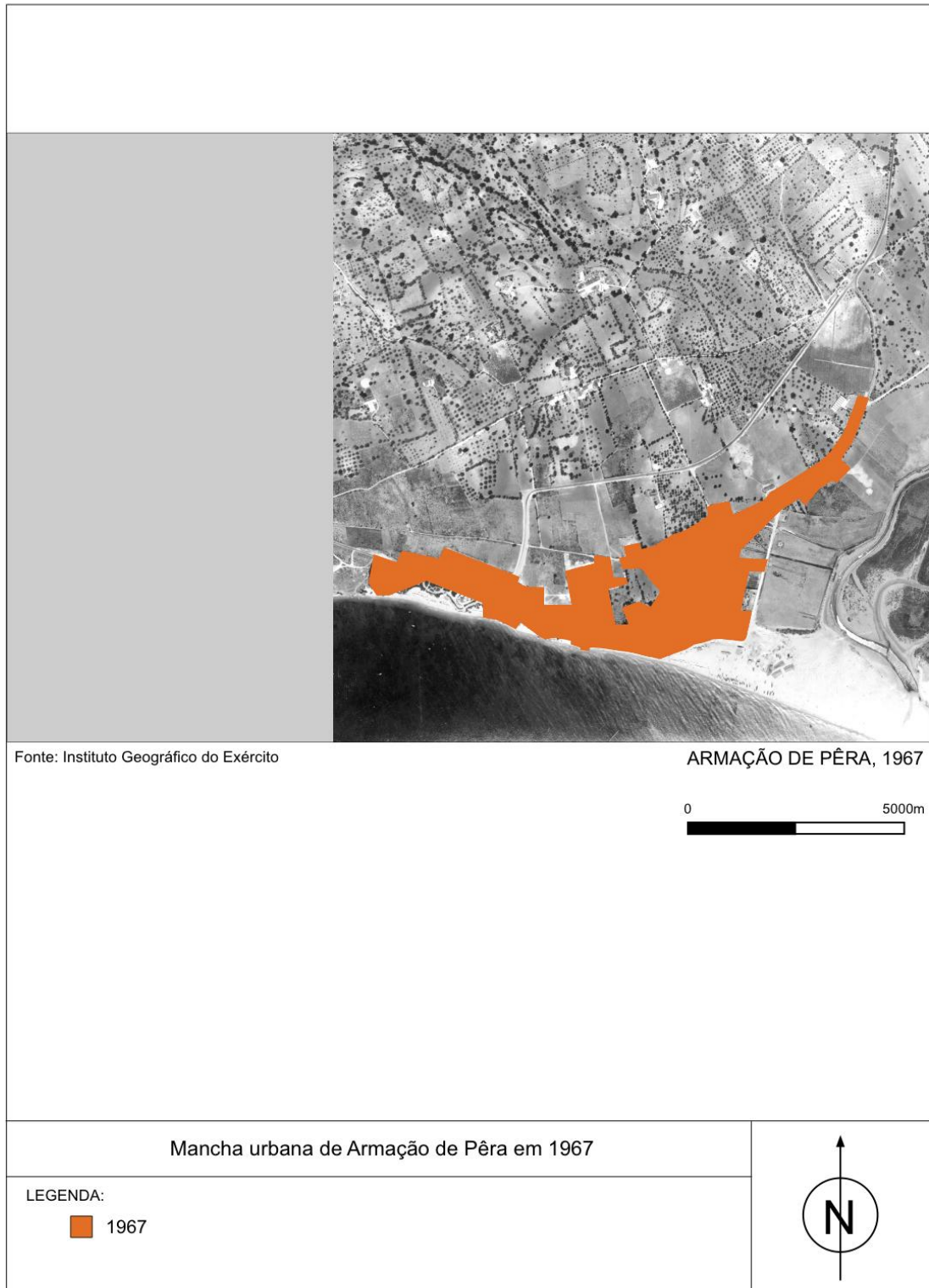
Geograficamente, o modelo fordista caracteriza-se por uma extrema concentração da oferta turística num espaço muito reduzido, em torno do elemento de atracção, linha de costa/mar/praias, assim o efeito de distância nos espaços turísticos

fordistas é muito acentuado e a organização espacial é caracterizada por uma saturação em torno do espaço de atracção e de débil penetração na envolvente. Os espaços turísticos não formam regiões turísticas devido à forte separação litoral-interior. O desequilíbrio territorial do território cria tensões no espaço receptivo e empobrece a oferta turística resultante. (Donaire, 1998: 57-58)

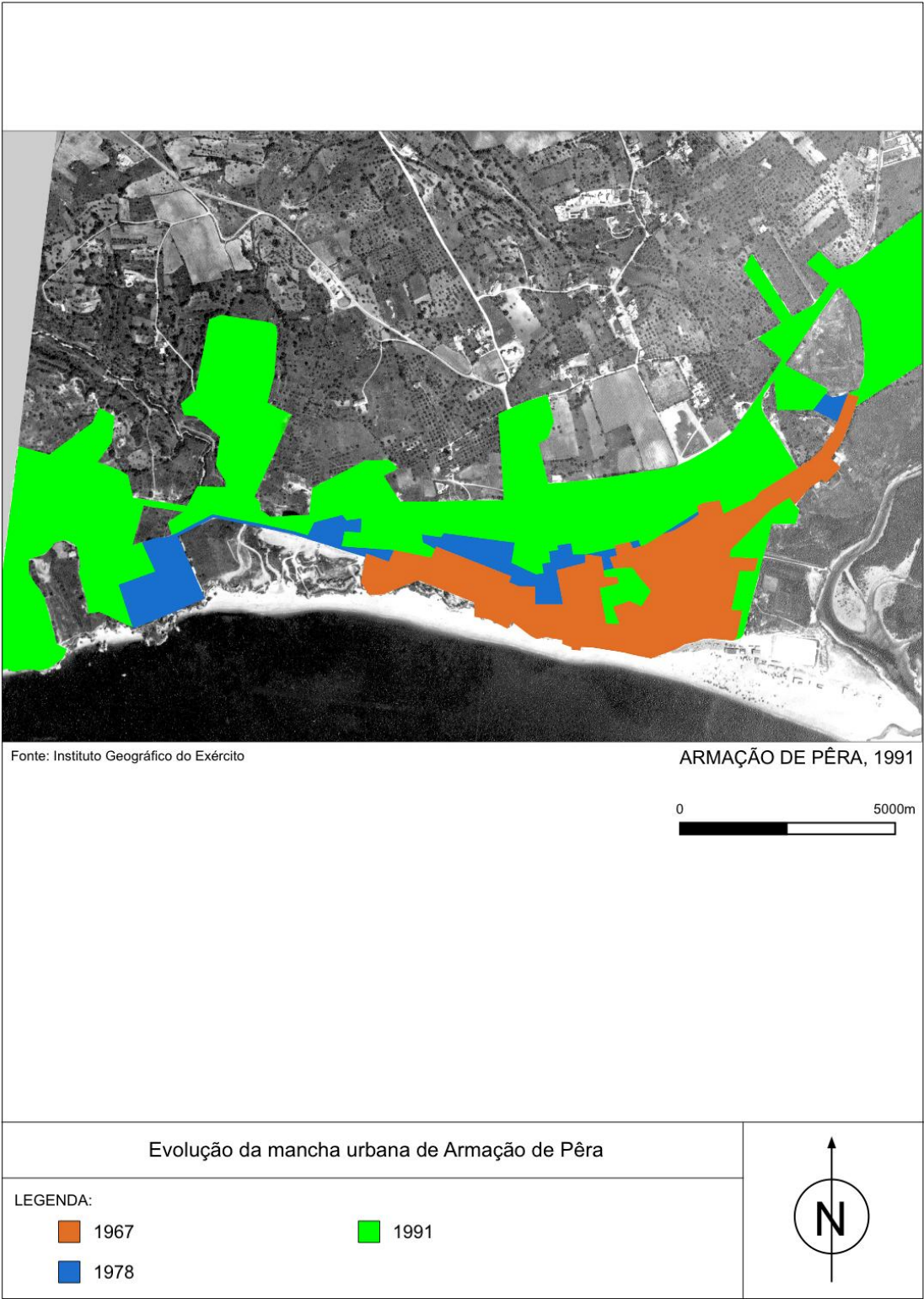
Em Armação de Pêra, as avenidas que precedem à linha de costa e formam uma bolsa que se estende em direcção a nascente, dispersando-se quando chegam ao interior, não criando ligações eficazes entre o interior ainda iminentemente rural, (exemplo disso é a Vila de Pêra) e a zona litoral. Na zona a poente do aglomerado primitivo verifica-se uma expansão do modelo de urbanização tipo aldeamento com características de luxo, diminuindo a pressão de verticalização. É de notar ainda, a deficiente ligação entre artérias de carácter rural com as novas rotundas de Armação de Pêra.

O modelo turístico fordista caracterizou-se igualmente por uma tensão entre hóspedes e anfitriões. Mc Cannel (1976) citado por (Donaire, 1998: 58), constata que o conflito entre a intromissão do turista e a vontade de preservar um espaço de relações por partes da população local dão lugar a uma autenticidade teatral por vezes apenas sugerida e uma banalização da cultura e identidade local. Esta versão estereotipada dos destinos turísticos parece que entrou em crise, tal como constata (Donaire: 1998: 58).

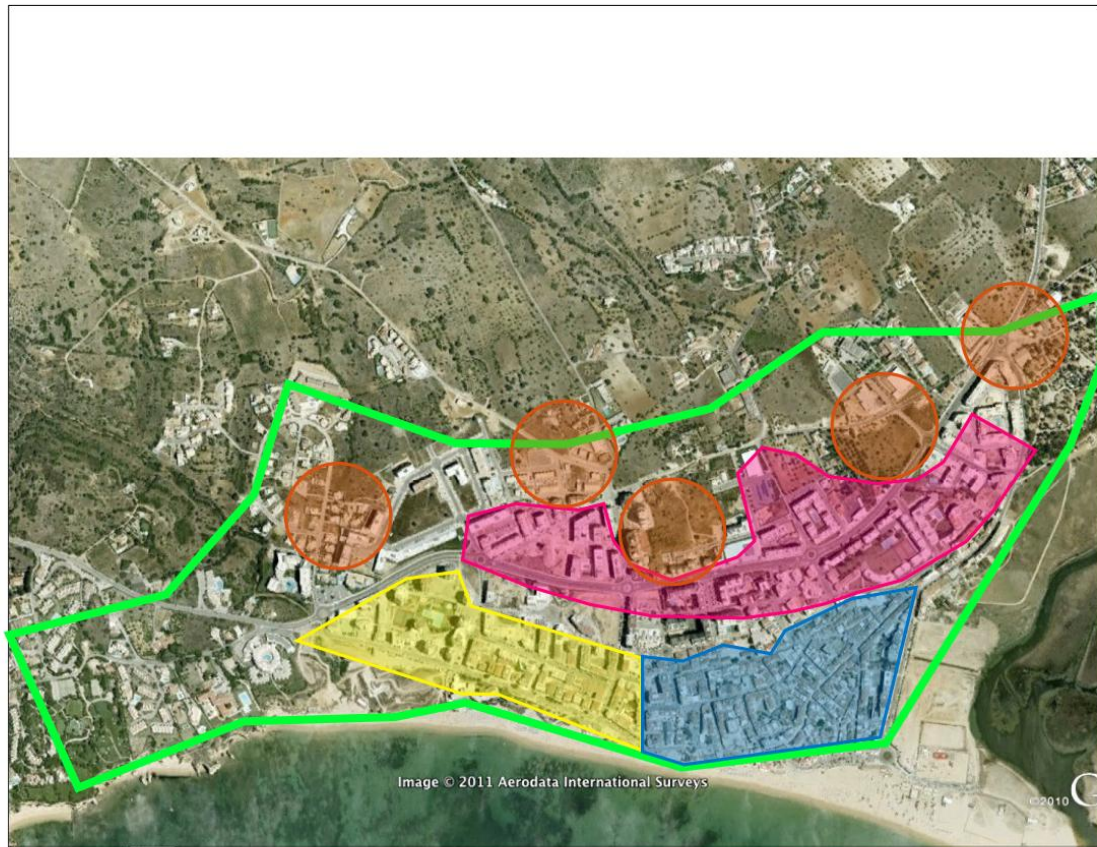
Em Armação de Pêra, é visível a banalização de restaurantes típicos assim como da arquitectura comercial pontuada por motivos decorativos miméticos, colunas, arcos, chaminés industriais rendilhadas num receituário do “estilo algarvio”. Armação de Pêra tornou-se exemplo da densificação do Algarve Litoral, descaracterizador da vila piscatória inicial que lhe deu origem.











Fonte: Instituto Geográfico do Exército

ARMAÇÃO DE PÊRA, ACTUALIDADE

0 5000m

Transformações da morfologia urbana e arquitectónica em Armação de Pêra

LEGENDA:

- | | |
|---|--|
|  Verticalização da 1ª linha de costa |  Descontinuidade com malha pré-existente |
|  Débil penetração interior |  Atracção em torno de um espaço reduzido, costa |
|  Preenchimento/densificação da malha pré-existente | |



3.3 Metamorfoses urbanas e arquitectónicas



Fig.12 Núcleo original de Armação de Pêra, década de 80/90, preenchimento e densificação da malha urbana Fonte: <http://www.dapfoto.com/detalhe.asp?id=25582&oformato=0>



Fig.13 Bairro da Igreja e Igreja, década de 80/90, preenchimento e densificação da malha urbana

Fonte: armacaodepera.com

Nestas duas fotografias, localizadas no núcleo original de armação de pêra é visível a densificação urbana da malha pré-existente com o preenchimento de vazios e a substituição de antigas casas de pescadores por prédios de térceas mais elevadas.

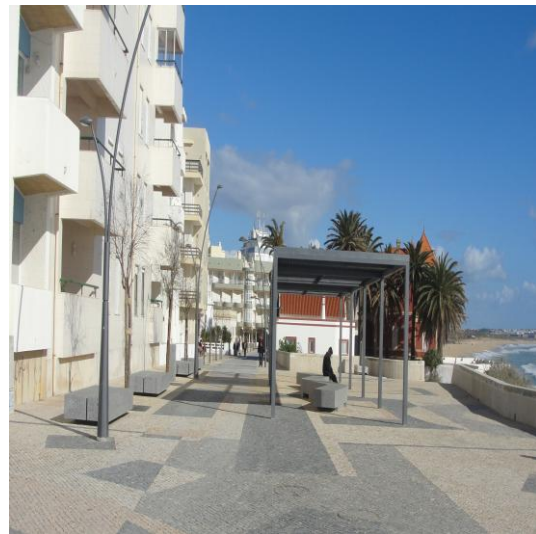
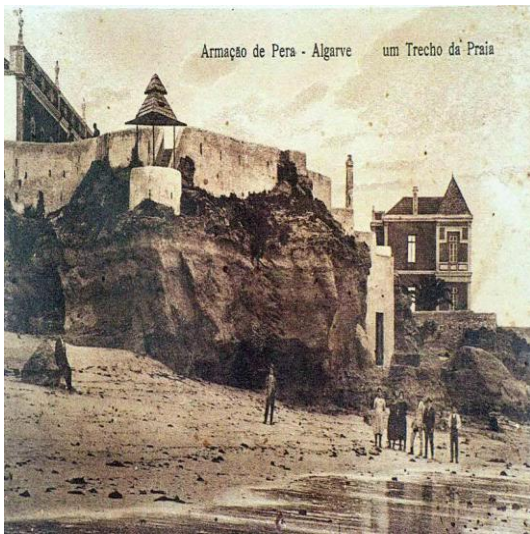


Fig.14 e 15 Casa Mascarenhas Gregório, início de século e foto actual

Fonte: <http://armacaodepera.blogspot.com/2009/08/pequena-monografia-de-armacao-de-pera.html>



Fig.16 Avenida marginal com casa Mascarenhas Gregório (A) em fundo.

Na Figura 14 e 15 é perfeitamente visível o avanço da malha urbana sobre a praia. Existiu um aterro que proporcionou uma marginal pedonal (B) sobre a falésia assim como a construção de edifícios na primeira linha de costa. Na década de 90 e seguinte verificou-se um processo de uniformização (embelezamento) da marginal de Armação de Pêra sobre tutela do Programa Polis, como mostram as figuras 15 e 16.

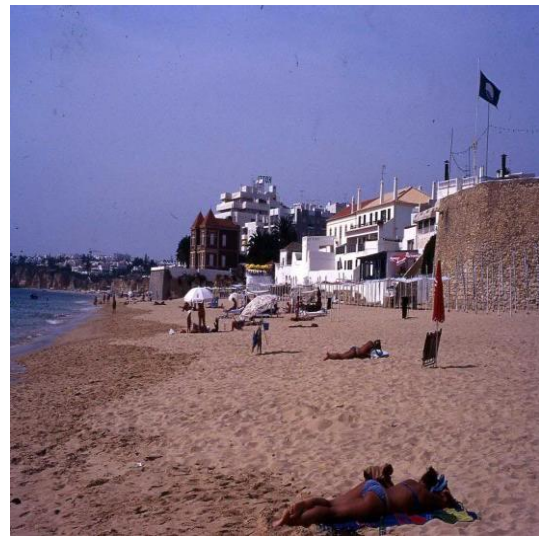
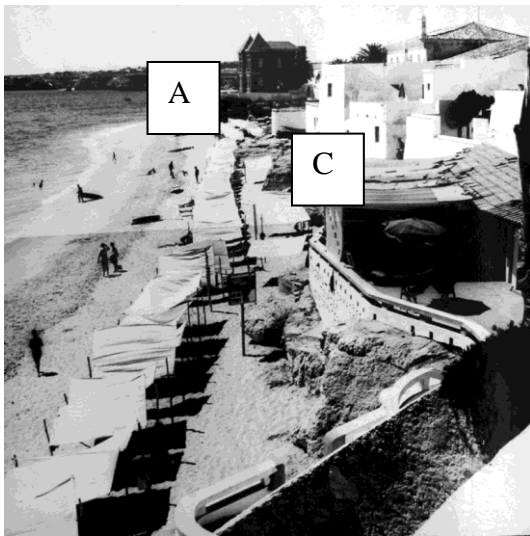


Fig.17 e 18 Casa Mascarenhas Gregório (A) e Casa do Conventinho (C), década de 40 e década de 80/90

Fonte: skyscrapercity.com



Fig.19 Foto actual da zona envolvente à casa Mascarenhas Gregório (A) e Bairro da Igreja

Fonte: <http://portugalfotografiaaerea.blogspot.com/2009/04/fotografia-aerea-armacao-de-pera.html>

Estas antigas residências de veraneio da classe burguesa foram rodeadas de construções em altura (edifícios de habitação colectiva) tanto na sua traseira imediata como na 1ª linha de costa aproveitando vazios interstícios e substituindo a antiga malha urbana de casas de pescadores.



Fig.20 Núcleo original de Armação de Pêra em volta da Fortaleza amuralhada (D), década de 60 Fonte: skyscrapercity.com

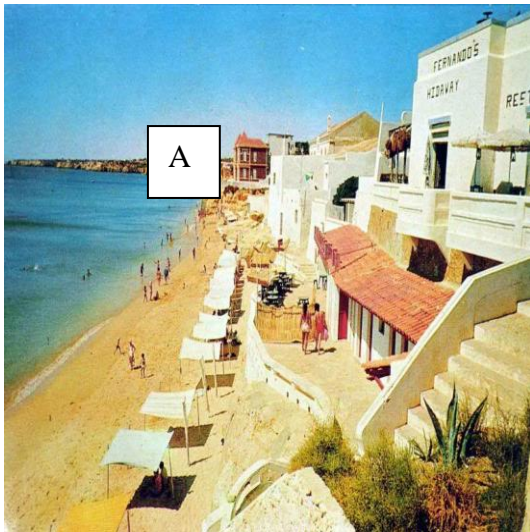


Fig.21 e 22 Praia de Armação de Pêra, zona entre fortaleza amuralhada (D) e casa Mascarenhas Gregório (A), década de 40/50 e foto actual Fonte: skyscrapercity.com

O núcleo original de Armação de Pêra manteve algumas das suas características primitivas. Verificou-se o preenchimento da malha urbana com construções de cêrceas mais elevadas assim como o crescimento das construções primitivas com acrescentos à sua volumetria original (muitas das vezes devido à instalação de comércio/restaurantes e bares em edifícios destinados a habitação) assim como elementos descaracterizadores e mimetizantes do vocabulário arquitectónico original.

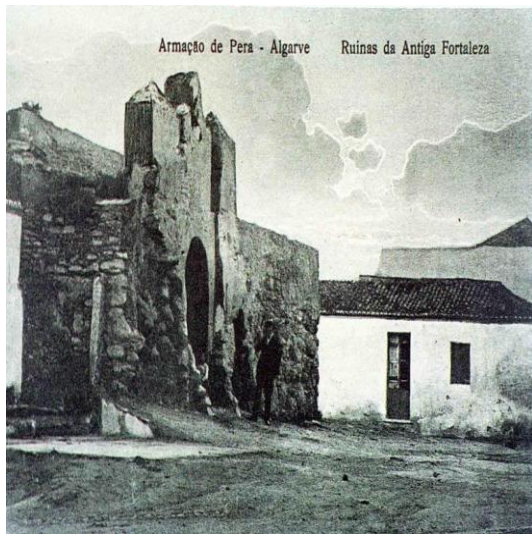


Fig.23 e 24 Núcleo Piscatório em volta da Fortaleza Amuralhada, princípio de século e foto actual

Fonte : <http://armacao-de-pera.blogspot.com/2009/08/pequena-monografia-de-armacao-de-pera.html>

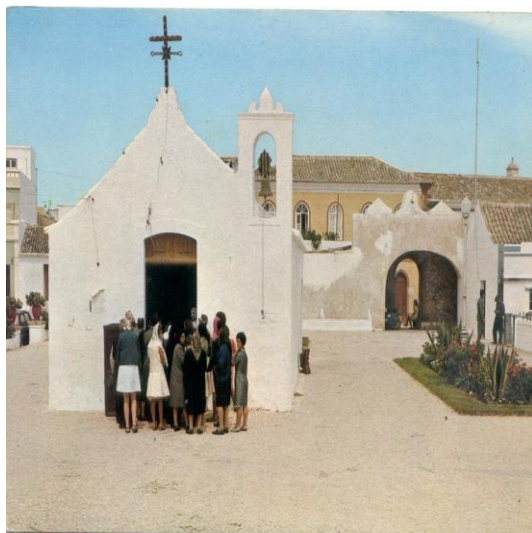


Fig.25 e 26 Capela de Sto António, década de 20/30 e foto actual Fonte: skyscrapercity.com

Na figura 23 a 26, relativas ao núcleo original de armação de pêra, a capela de sto. António e a fortaleza amuralhada sobressai a densificação/substituição das habitações pré-existentes por blocos de habitação, na década de 70/80. A densificação é feita sem qualquer critério arquitectónico e urbanístico recorrendo-se a modelos banais e que proporcionem lucro imediato.



Fig.27



Fig.28

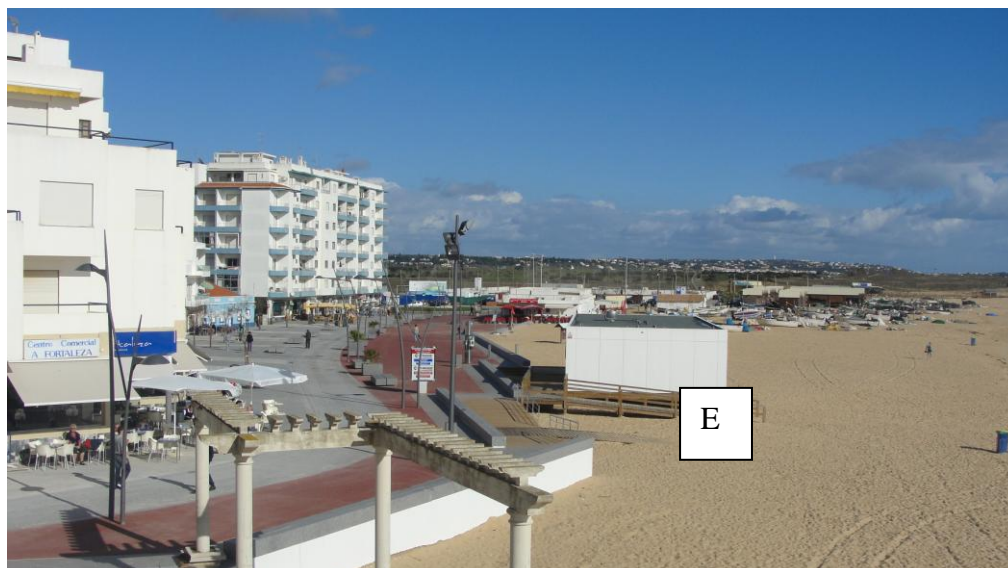


Fig.27, 28 e 29 Praia de Armação de Pêra, exemplos do avanço da linha de costa sobre o mar.

Fonte: skyscrapercity.com

A figura 27 mostra como era a avenida marginal na década de 50/60 que progressivamente foi sendo artificializada. A construção de apoios de praia (restaurantes e cafés) (E) sobre a praia, assim como estacionamento de forma anárquica (F) e avenidas pedonais foi uma das causas associadas à destruição das arribas instáveis da costa Algarvia e do progressivo avanço do mar sobre a linha de costa.



Fig.30 Hotel Pestana Levante

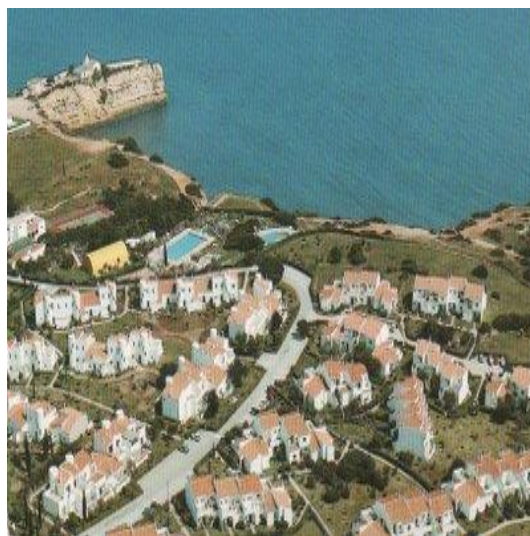


Fig.31 Aldeamento Vila Senhora da Rocha

Fonte: http://www.booked.net/pt/hotel/7080/Pestana-Levante-Armacao-de-Pera_overview.html

Fonte : http://omeumundoempostais.blogspot.com/2008/07/armao-de-pra_14.html



Fig.32 Hotel Pestana Viking, praia da senhora da rocha

Fonte: <http://uk.octopustravel.com/hotels/9/portugal/armacao-de-pera/pestana-viking-resort/armcpes1/>

Outros exemplos de construções sobre a linha de costa (zona poente)

O crescimento de núcleos habitacionais sobre a forma de aldeamentos extensivos e conjuntos hoteleiros (Hotel Pestana Levante, Villa Senhora da Rocha, Hotel Pestana Viking entre outros conjuntos Vilalara, Baiona Club) sobre as arribas instáveis a poente de Armção de Pêra, com grandes áreas de lazer impermeabilizadas e zonas ajardinadas de uma forma artificial é uma das causas para a erosão da costa e consequentemente das arribas.

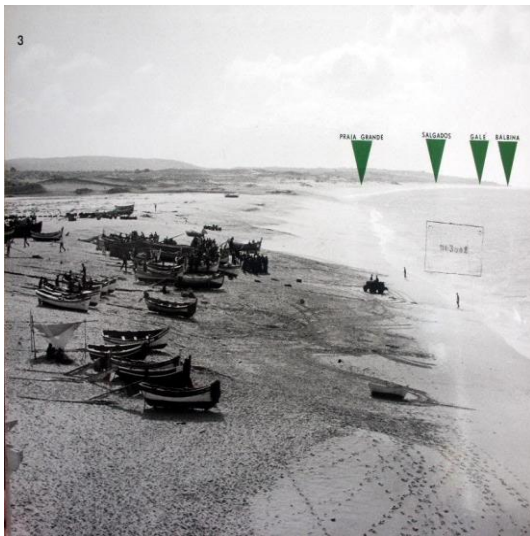


Fig.33 e 34 Vista Nascente de Armação, década de 30 e foto actual

Fonte: <http://www.portugalvirtual.pt/algarve/vilamoura/beaches.php>:

Fonte: <http://armacaodepera.blogspot.com/2009/08/pequena-monografia-de-armacao-de-pera.html>



Fig.35 e 36 Herdade dos Salgados, conjunto turístico a nascente de Armação de Pêra

Fonte: <http://www.localpropertyindex.com/Search/ForSale/Townhouse/Portugal/1000000/1500000/0>

Fonte: <http://www.sonangil.pt/portfolio/detalhes.php?id=76&idSec=6&l=>

Na figura 33 e 34 é visível o crescimento urbano verificado para Nascente de Armação, nas localidades da Galé e dos Salgados. Aqui nestas localidades o alastramento urbano é feito sobre a forma de aldeamentos de luxo extensivos m (cidades fantasma), actualmente já com alguns critérios de sustentabilidade tendo em conta a capacidade de carga e o distanciamento da costa. Contudo grandes áreas de terreno são artificializadas para uso de campos de golfe e zonas de lazer (Herdade dos Salgados, figura 35 e 36).



Fig.37 Avenida Marginal, vista em direcção a Poente, década de 50/60

Fonte: skyscrapercity.com



Fig.38 Av. Marginal, década de 40/50 e foto actual

Fonte: skyscrapercity.com

A avenida marginal de Armação era um local onde pontuava apenas o Hotel Garbe (F), o casino e o edifício do turismo (G) de inspiração nacionalista. Estes equipamentos pontuavam a marginal sobre a praia. As moradias de veraneio eram chalés de grandes dimensões voltados sobre a marginal.

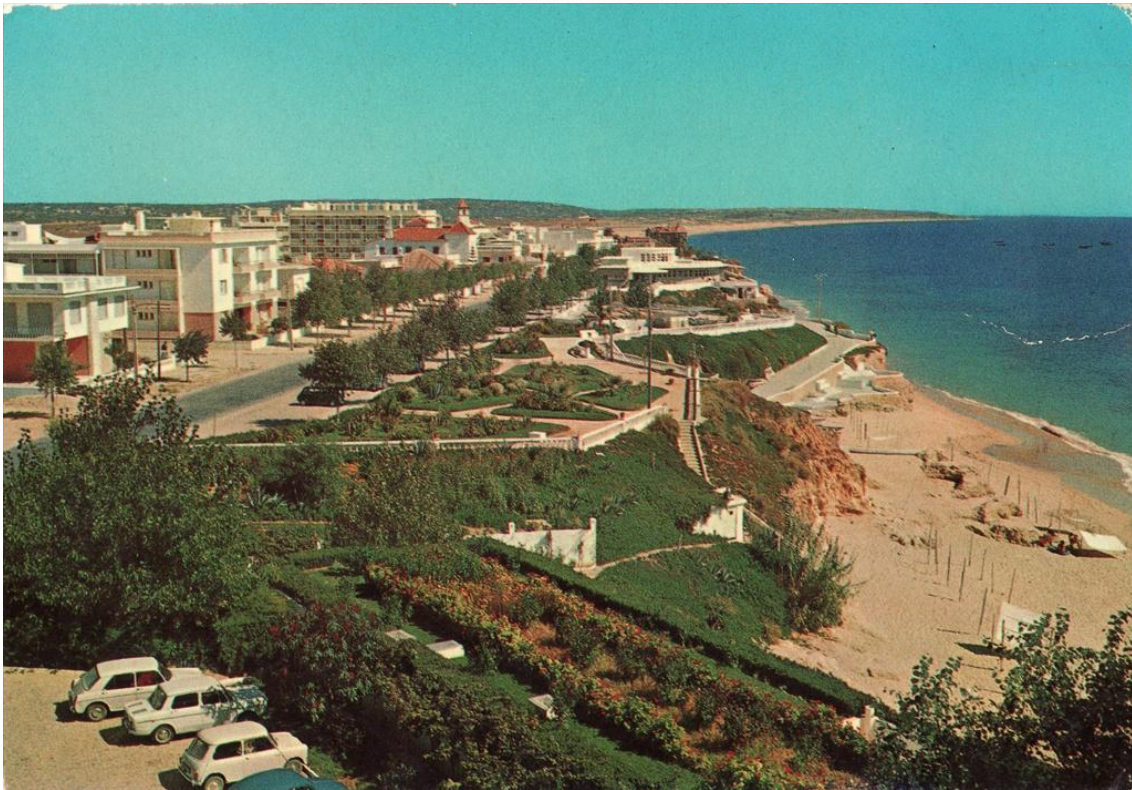


Fig.39 Avenida Marginal, década de 60 Fonte: armaçãodepera.com



Fig. 40 Avenida Marginal, foto actual

O processo de verticalização da 1ª linha de costa é aqui perfeitamente evidente. A pedonalização da marginal assim como a uniformização do desenho urbano e da vegetação recorrendo sempre a modelos exóticos onde pontuam as palmeiras, cria um ambiente artificial e contra-natura.



Fig.41 Aldeamento das Gaivotas , Praia de Senhora da Rocha

Fonte: <http://silves.olx.pt/aluguer-de-t1-1-em-aldeamento-das-gaivotas-junto-a-vila-vita-com-piscina-disponivel-iid-11895849>



Fig. 42 e 43 Exemplos de construção vertical de alta densidade

A arquitectura que se constrói no Algarve e neste caso em Armação de Pêra ou é uma arquitectura mimética onde pontua um receituário para a construção de um pretenso estilo algarvio (Fig.41), onde pontuam as formas arredondadas, os beirados, os arcos e o branco ou uma arquitectura vertical de subúrbio de cidade onde impera a densificação e as cérceas elevadas do edificado. Este segundo caso transformou a fisionomia de Armação e têm um fim mais rápido e acelerado fazendo que muito edificado passe a obsoleto. (Fig. 42 e 43)

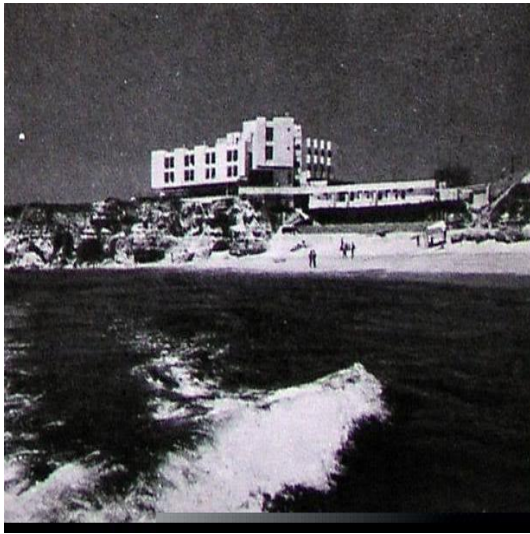


Fig.44 e 45 Hotel do Garbe, década de 50/60 e década de 1990

Fonte: skyscrapercity.com



Fig.46 e 47 O alojamento de self-catering oferecido em Armação de Pêra, Torres de apartamentos e aldeamentos turísticos; Torres do Alto da Torre e Baiona Club

Fonte: <http://www.straus.nl/mail/reis/149042>

Nas figuras 44 e 45 encontramos o Hotel do Garbe, construído na década de 60, altura em que a hotelaria tradicional e de qualidade era a aposta de um Algarve de luxo e com capacidades de carga adequadas. O hotel do Garbe, apesar de ter crescido desde os anos 80, é um bom exemplo de arquitectura moderna com inspirações na arquitectura tradicional algarvia sem mimetismos uniformizadores. Os tipos de alojamento que se desenvolvem em Armação, a partir da década de 70/80 são os apartamentos turísticos e o aldeamento, sobre a forma de self-catering.



Fig.48 Vista Nascente de Armação, década de 70/80, o início do boom turístico no Algarve

Fonte: skyscrapercity.com

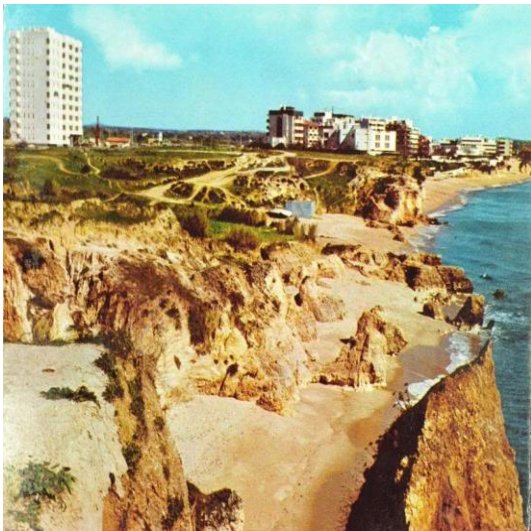


Fig.49 e 50 Vista a partir das arribas a Poente de Armação, década de 70 e foto actual

Fonte: skyscrapercity.com

A figura 48 mostra o início da densificação em altura na zona Poente de Armação de Pêra, a partir da década de 70 o Algarve sente um forte crescimento devido à construção do aeroporto de Faro e do início da exploração dos pacotes turísticos por operadores estrangeiros. Armação verifica nas décadas de 70 e 80 o maior impulso de crescimento urbano. A especulação imobiliária aliada a uma autarquia permissiva faz com que a destruição da 1ª linha de costa e a sua traseira imediata sejam os locais de actuação destes actores ávidos de lucro.



Fig.51 e 52 Vista aérea Poente-Nascente, década de 60 e década de 80/90

Fonte: skyscrapercity.com / armaçãodepera.com



Fig.53 e 54 Vista aérea de Armação de Pêra a partir de Norte, foto actual

Fonte:skyscrapercity.com / <http://armazaodepera.olx.pt/algarve-armacao-de-pera-iid-101001985>

Estas quatro figuras mostram a evidente verticalização da costa em Armação assim como a débil penetração interior ainda iminentemente rural.(fig 51 a 54) No turismo fordista a atracção é feita sempre em torno de um espaço reduzido, neste caso a costa. A nova malha urbana criada onde aparecem as novas torres de habitação é muito débil e não faz ligação com a malha pré-existente. A imagem geral é caótica e desordenada (fig 54) no fim dos anos 80 princípio dos anos 90. Os programas pólis aparecem na década de 2000 para tentar embelezar o mal já feito

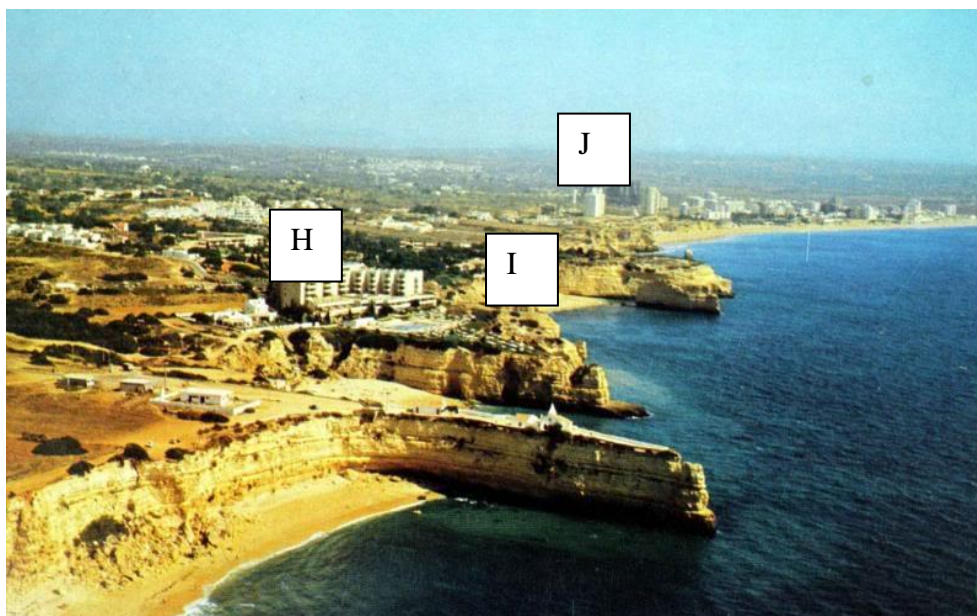


Fig.55 Vista aérea a partir da praia de Senhora da Rocha, década de 70 Fonte:skyscrapercity.com



Fig.56 Vista aérea a partir da praia de Senhora da Rocha, década de 90 Fonte:skyscrapercity.com

Na figura 55 e 56, uma vista a partir da praia de Senhora da Rocha até Armação de Pêra. Na década de 70 nota-se que pontuavam a arribas a hotelaria tradicional de luxo construída nos anos 60 (Hotel Viking) (H) e na zona de Alporchinhos o aldeamento de vilalara (I) construído nos anos 60. Em Armação de Pêra (J) já é visível a construção das primeiras torres sobre a 1ª linha de costa (Torres do Alto da Torre). Na década de 90 verifica-se a explosão da construção nas falésias a Poente de Armação de Pêra, na zona de Alporchinhos, o alastramento é feito sobre a forma de mancha de óleo e sobre a forma de aldeamentos extensivos. Em Armação de Pêra o crescimento é vertical.



Fig.57 Fonte:skyscrapercity.com



Fig.57 e 58 Vista aérea Nascente-Poente, década de 70 (em cima) e foto actual Fonte: armacaodepera.com

Nestas duas figuras é perfeitamente evidente a transformação e o crescimento que teve lugar em Armação de Pêra, a densificação da malha pré-existente e a verticalização da costa assim como da sua traseira imediata. Neste momento a implosão não é solução mas a capacidade de carga foi atingida e é preciso diversificar a oferta existente assim como melhorar o que já existe. Tendo em conta esta situação Armação de Pêra têm de ser vista como um espaço turístico de alta densidade.



Fig.59 Vista a partir do mar, década de 70 Fonte: skyscrapercity.com

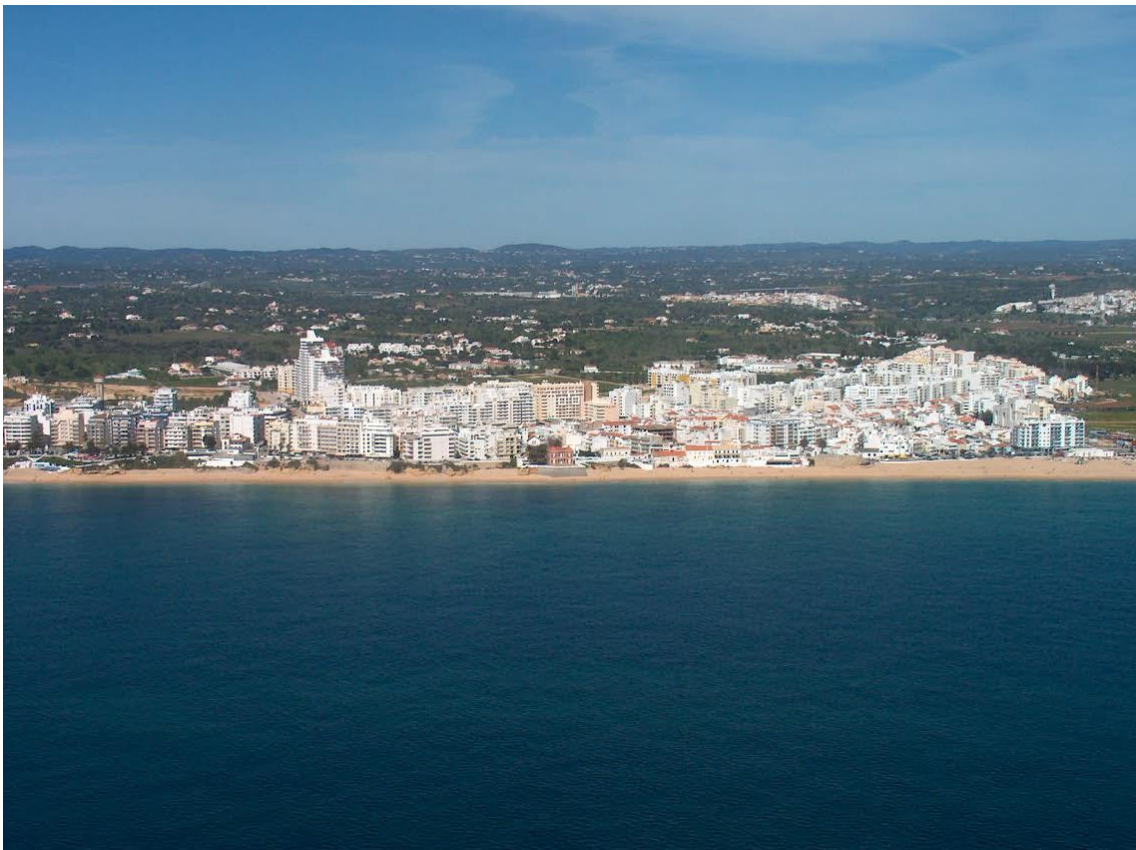


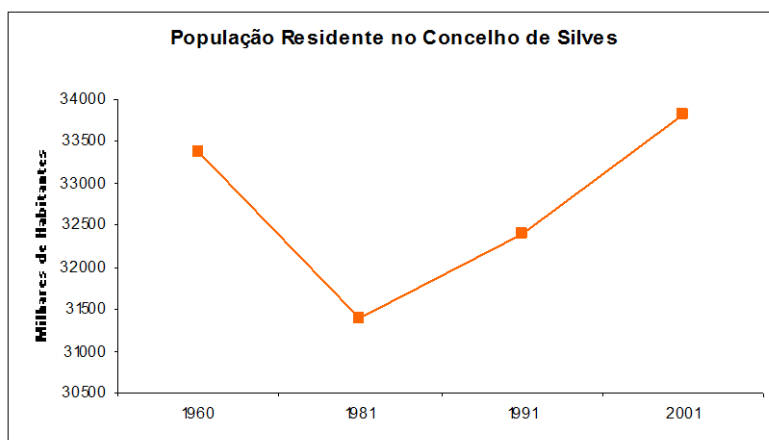
Fig.60 Armação de Pêra vista a partir do mar, foto actual

Fonte: <http://portugalfotografiaaerea.blogspot.com/2009/04/fotografia-aerea-armacao-de-pera.html>

3.4 Proposta de Reabilitação

A faixa litoral Algarvia tenderá para um contínuo urbano, com polarizações, de onde se destacarão Faro e Olhão, que se aproximará do número simbólico dos 100 000 habitantes. No Barlavento configura-se a ligação Portimão, Alvor, Lagos. Nas duas extremidades tenderão a valorizar-se os núcleos turísticos e piscatórios, Sagres e Vila Real de Santo António. Na faixa litoral central, embora melhorado e ordenado, não deverá ser possível recuar no que se configurou na maior concentração de actividade turística do país, Armação de Pêra, Albufeira, Vilamoura, Quarteira, têm de assumir esta realidade e tratá-la de acordo com as suas características de estância turística de alta densidade. Isto poderá ser preferível à dispersão das pressões ao longo de toda a costa, ou à densificação e destruição de vilas e pedaços de costa que ainda subsistem. (Gaspar, 1987: 161)

O Algarve ocupa actualmente uma posição relativamente importante no quadro do turismo balnear mediterrânico Norte, tendo potencialidades para incrementar o seu desempenho, nomeadamente na redução da sazonalidade, aspecto que constitui um grande handicap da região. É necessário a criação de uma estratégia global para o turismo no Algarve para o sucesso da actividade turística e a articulação em torno de uma visão comum, dos agentes privados e entidades públicas com responsabilidades no turismo da Região. É preciso redefinir o conceito turístico-territorial do Algarve, revendo e articulando planos existentes à luz da estratégia definida e consolidar o sector como pólo dinamizador da economia regional superando as fraquezas de carácter infra-estrutural que condicionam o desenvolvimento turístico da Região. (Cavaco, 2005: 57)



Fonte: INE- Censos de 1960, 1981, 1991, 2001

O Algarve encontrando-se próximo de grandes destinos concorrentes do mercado internacional deve optar por um modelo de desenvolvimento turístico que valorize adequadamente os três vectores fundamentais: a qualidade, os traços de identidade/diferenciação e os preços relativos tanto no mercado interno como internacional. Algumas estratégias passam, pelo enriquecimento do produto ultrapassando a situação actual da actividade turística, excessivamente concentrada no turismo balnear e num número limitado de actividades paralelas. Deve-se aproveitar novas correntes ligadas a novos mercados emergentes do turismo como o turismo urbano-cultural, os congressos, o ecológico e o desportivo. No que respeita à requalificação urbana, deve-se continuar a intervir a vários níveis nomeadamente a limpeza, ordenamento do trânsito e arruamentos, urbanismo, espaços verdes, transportes, saúde, segurança.

A autarquia de Silves, têm previsto no actual PDM, em revisão, um conjunto de projectos para Armação de Pêra. A construção de alta densidade assim como de baixa densidade é prevista em novos quarteirões em terrenos vazios a norte de Armação, estes tentam colmatar a malha existente. Um novo parque urbano está previsto em continuação da nova marginal (já construída). Este parque vai ser construído junto ao Hotel do Garbe e contempla ainda um novo hotel nas arribas de Armação. Como é que a autarquia de Silves ainda permite a construção de alta densidade assim como um novo hotel nas arribas? Este não é de certeza a solução para um destino que está no limiar da sua capacidade de carga e no limiar do declínio.

Com base na análise anterior nos três primeiros pontos deste capítulo e na análise dos instrumentos de gestão territorial elaborei um diagnóstico SWOT sintético da situação actual com base para uma reabilitação. Como principais pontos fortes de Armação de Pêra apontam-se os seguintes:

- costa e praia de qualidade
- localização central no barlavento algarvio
- equipamentos estruturantes de apoio
- edificado dos anos 70/80 do século XX vintage/retro com boa capacidade de reabilitação

Como principais pontos fracos:

- ambiente geral caótico e desorganizado

- edificado obsoleto
- sazonalidade
- débil penetração interior
- nova marginal já construída (uniformizante/artificializante)

Constituem oportunidades:

- construção de baixa densidade para colmatar quarteirões
- parque urbano

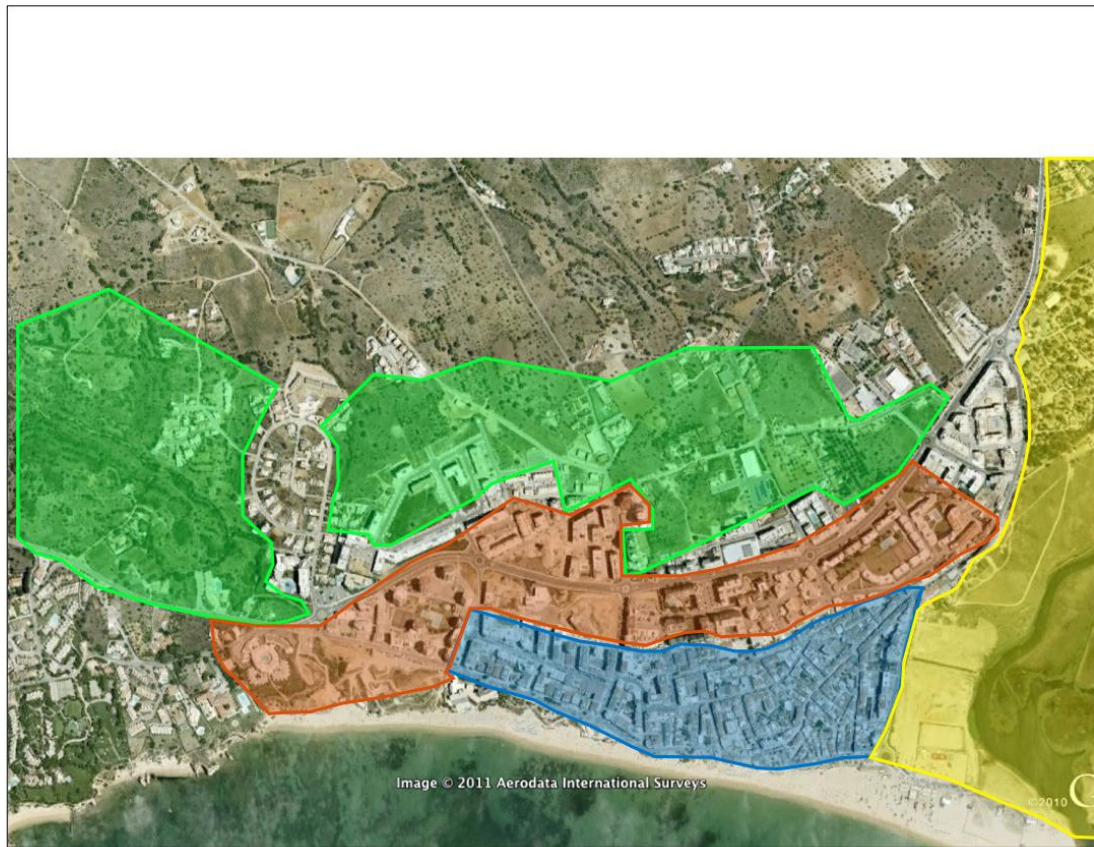
Constituem ameaças:

- construção de alta densidade proposta em PDM
- novo hotel nas arribas (junto ao hotel do Garbe)

Deve-se impedir a expansão da construção para além de um certo patamar e a multiplicação de núcleos urbanos “fantasmas”. A manutenção dos espaços públicos, dos edifícios de habitação e dos equipamentos colectivos apenas é possível com a permanência de pessoas, nos lugares da respectiva utilização, da vivência ou da apropriação colectiva. Armação de Pêra tem de ser vista como uma unidade turística de alta densidade. Armação de Pêra, sob tutela da autarquia de Silves deve impor limites na construção. Os vazios ainda existentes da malha urbana, assim como terrenos rurais na sua traseira imediata, devem ser aproveitados para criação de áreas de descompressão, onde se deve contemplar áreas verdes e equipamentos estruturantes para o núcleo balnear. A ligação com o interior rural deve ser feita de uma maneira gradual, com conjuntos urbanísticos de baixa densidade e com uma rede viária de menor escala.

A frente marítima deve ser liberta de construções sazonais (bares e restaurantes), permitindo apenas construções precárias que possam ser retiradas fora do uso balnear. A zona antiga deve ser valorizada e reabilitada. Os conjuntos turísticos obsoletos e decadentes da década de 80 do século XX devem aproveitar a moda *vintage* actual e apostar numa atitude pós-moderna de atracção de novos nichos de mercado emergentes, onde a moda da década 70/80 do século XX se encontra na vanguarda. Aqui deve ser criado um novo nicho de mercado habitacional e comercial. Nos terrenos a Nascente de Armação deve ser construído um grande parque natural com características de sensibilização ambiental. Toda a vegetação local deve ser

preservada assim como o rio que atravessa os terrenos. Equipamentos estruturantes de apoio devem completar a construção deste parque temático.



Fonte: Instituto Geográfico do Exército

ARMAÇÃO DE PÊRA, ACTUALIDADE

0 5000m

Proposta de Reabilitação

LEGENDA:

- | | |
|--|--|
| terrenos para futuro parque ambiental/sensibilização ambiental com equipamentos colectivos de apoio | reabilitação do centro consolidado existente |
| reabilitação de edificado década de 1970/80, novo nicho de mercado vintage | zonas de descompressão, áreas verdes e construção de baixa densidade |





Fig.61 Sesimbra, década de 30/40 Fonte: skyscrapercity.com



Fig.62 Sesimbra, foto actual Fonte: skyscrapercity.com

Capítulo 4 – Sesimbra

4.1 Génese do local

Sesimbra sede do município de Sesimbra é uma vila portuguesa do Distrito de Setúbal integrado na Área Metropolitana de Lisboa, com cerca de 5 800 habitantes (2001). O município de Sesimbra conta com 195,01 km² de área e 52 371 habitantes (2008), estando subdividido em 3 freguesias: Castelo, Santiago e Quinta do Conde. O município de Sesimbra forma aproximadamente um quadrado delimitado por os municípios de Almada, Seixal e Barreiro a norte, Palmela e Setúbal a leste e pelo Oceano Atlântico a sul e a oeste. De entre as actividades económicas mais importantes do município destaca-se a pesca e as suas associadas, a construção naval, a indústria conserveira e a extracção e transformação dos vários tipos de pedra da região.

As origens de Sesimbra não são ainda bem conhecidas falando-se numa Zambra romana, de uma Sesimbrig celta e outros autores ainda de uma Zimbra celtibera. Sesimbra foi tornada portuguesa e cristã no ano de 1165 quando D. Afonso Henriques a conquistou aos árabes. O castelo de Sesimbra foi doado em 19 de Fevereiro de 1236 aos cavaleiros da Ordem de Santiago. (in <http://sesimbra.no.sapo.pt/historia.htm>)

O primeiro foral de Sesimbra foi dado por D. Sancho I em Coimbra, em Agosto de 1201. No período das Descobertas os homens do mar de Sesimbra marcaram largamente a sua presença. D. Manuel concedeu a Sesimbra uma nova carta de foral em 28 de Julho de 1514. O concelho tinha uma área muito maior do que a actual, porque abrangia terras de Almada e de Azeitão que lhe foram retiradas. Em 27 de Maio de 1388 foram criadas as freguesias de Santa Maria ou do Castelo. Em 8 de Abril de 1536 foi criada a freguesia de Santiago. Em 1985 foi criada a freguesia de Quinta do Conde. No início do século XIX, Sesimbra sofre um período de carências motivado pelas invasões napoleónicas (1801-1807) e pelas guerras liberais (1834-1836), conduzindo a uma ruína económica, social e populacional, agravada por posteriores epidemias (1857). Será necessário aguardar pela segunda metade desse século para a recuperação económica, de Sesimbra, centrada nas actividades de pesca e da indústria conserveira o que influenciará novos contextos socio-espaciais

mesmo nas comunidades rurais. No século XX assiste-se ao apogeu e declínio da pesca, emergindo a partir de meados desse século, uma nova indústria, o turismo, acompanhado de um renovado crescimento populacional do concelho.

4.2 Transformação da morfologia urbana de Sesimbra

“A realidade mostra que a urbanização dispersa ou difusa que povoa as conurbações é muito variável, desde grandes “monoculturas” residenciais (permanentes ou sazonais) às múltiplas situações em que a especificidade da base económica distribui, mistura e localiza funções residenciais e não residenciais ao longo de um território diverso e desigualmente dotado de infra-estrutura.” (Portas, Domingues, Cabral, 2004:44)

A urbanização e a concentração populacional na Grande Lisboa em que se enquadra a expansão de Sesimbra nos anos 70/80 do século XX, contribuíram para o alargamento das práticas turísticas nesta vila. As novas acessibilidades e meios de transporte favoreceram uma melhoria generalizada das condições de vida e o desenvolvimento económico possibilitou o acesso aos serviços e bens turísticos. A difusão da indústria, desenvolvimento do transporte individual assim como a aglomeração dos serviços em torno da grande área metropolitana de Lisboa vai reforçar a pendularidade existente em torno da estrutura urbana de Sesimbra produzindo assim um modelo residência/trabalho.

A expansão da residência secundária em Sesimbra começa por ser um fenómeno associado ao veraneio mas com o aumento da mobilidade aquelas convertem-se em residências permanentes ou residências temporárias para grandes estadias devido à forte proximidade dos grandes centros urbanos, normalmente com distâncias até aos 40km. (Barbosa, 2007: 3). Neste sentido, a procura de espaço para novas residências foi-se intensificando. Em toda Área Metropolitana de Lisboa, os limites das cidades foram-se estendendo os espaços periurbanos e rurbanos alargando e a urbanização difusa moldando a paisagem. Sesimbra transformou-se num subúrbio do Distrito de Lisboa.

Sesimbra constitui-se como a única freguesia da AML, com uma dinâmica negativa face ao crescimento de alojamentos de uso sazonal em prol do aumento da procura de alojamentos para residência habitual, num concelho com forte tradição na procura turística e da segunda residência. Sesimbra é um dos concelhos da AML, com

forte crescimento populacional nas últimas décadas. Em 1970, o concelho tinha 16 650 habitantes e em 2001 registava 37 567 habitantes, o que indica um crescimento de 125% em três décadas. Este crescimento dirigiu-se para duas áreas, Quinta do Conde e a área de Sesimbra e Lagoa de Albufeira, englobando grande parte dos lugares do concelho e com grande diversidade de ocupação: construção ora concentrada, ora dispersa envolvida por grandes áreas agrícolas, florestais, pedreiras e vegetação natural, sobretudo junto às áreas do Litoral e do Parque Natural da Arrábida.

A expansão da mancha urbana no concelho de Sesimbra permite identificar que no início dos anos 60 do século XX, estava muito concentrada na vila de Sesimbra e nas aglomerações que se iam desenvolvendo ao longo das principais estradas de ligação à sede de concelho, das quais se destacavam Santana, Sampaio, Aldeia do Meco, Alfirim-Caixas e dos pequenos aglomerados desenvolvidos com o início da exploração de calcário na Arrábida. (Barbosa, 2007: 169)

A aquisição de uma segunda residência não surge como uma necessidade imediata, mas como um investimento familiar, e como um símbolo de prestígio social através da propriedade. Quando se trata de residências próximas da praia estas são consideradas, sobretudo fontes de rendimento e oportunidade de investimento das respectivas poupanças familiares, recorrendo ao aluguer por curtos períodos de tempo nas épocas balneares. Para além disso a aquisição de pequenas parcelas de terreno, normalmente associadas a loteamentos clandestinos, através de poupanças familiares já foi realizada com a expectativa de construir segunda residência ou da sua valorização no mercado imobiliário.

Em 1970, o número de famílias excedia o número de alojamentos existentes, (Barbosa: 2007: 169) tendência que se foi invertendo rapidamente nas décadas seguintes, com um ritmo de crescimento dos alojamentos bastante superior ao das famílias. Apesar dos alojamentos de uso sazonal registarem uma estrutura, por época de construção, similar aos de residência permanente, a partir da década de 80 do século XX, a proporção de edifícios construídos para alojamentos de uso sazonal passou a ser superior aos de residência habitual. A expansão do fenómeno está também associada ao ciclo de vida das famílias que, por sua vez dá origem a fenómenos de dupla residência e multipropriedade. (Barbosa, 2007: 171). Podemos identificar situações de alojamentos de uso sazonal que passam a ser utilizados com maior regularidade por profissionais liberais, jovens adultos, reformados que repartem

esta residência, com a sua residência fixa, passando longos períodos do ano em ambas e não chegando a distinguir qual a residência principal.

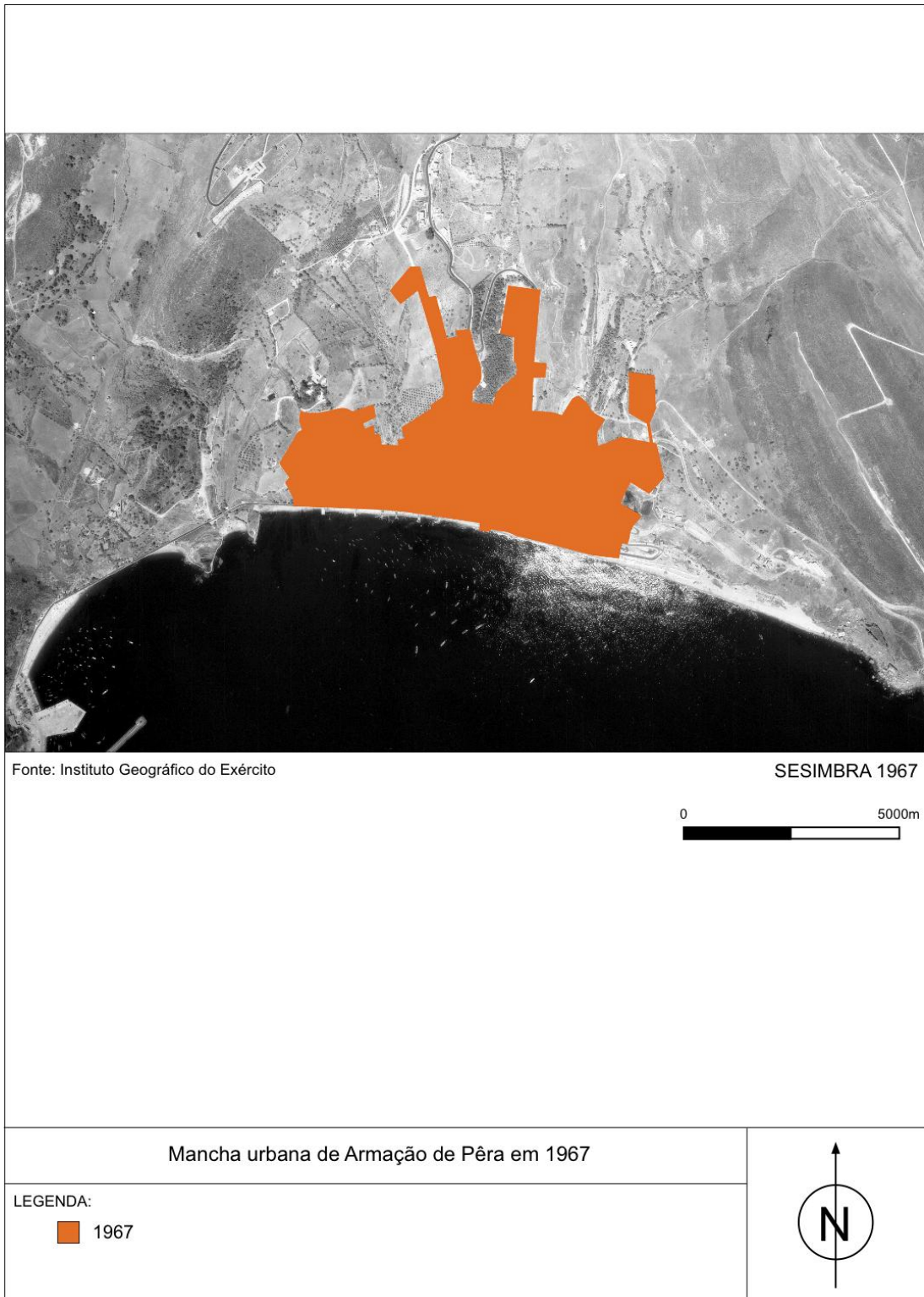
É bem visível nas plantas evolutivas da vila de Sesimbra, que o boom ligado ao fenómeno turístico se deu entre 1977 e 1987. Até 1967 Sesimbra registava apenas um aglomerado piscatório concentrado e um crescimento linear mas de pequena escala no seguimento do actual Hotel Sana Sesimbra. Verifica-se a construção de um aglomerado de moradias no entorno do Hotel do Mar no eixo Poente da vila. Na planta de 1977 já se verifica a construção de edificações na arriba nascente de Sesimbra, arriba esta que virá mais tarde a ser fustigada pela pressão especulativa imobiliária, bem visível no crescimento da mancha em 1987.

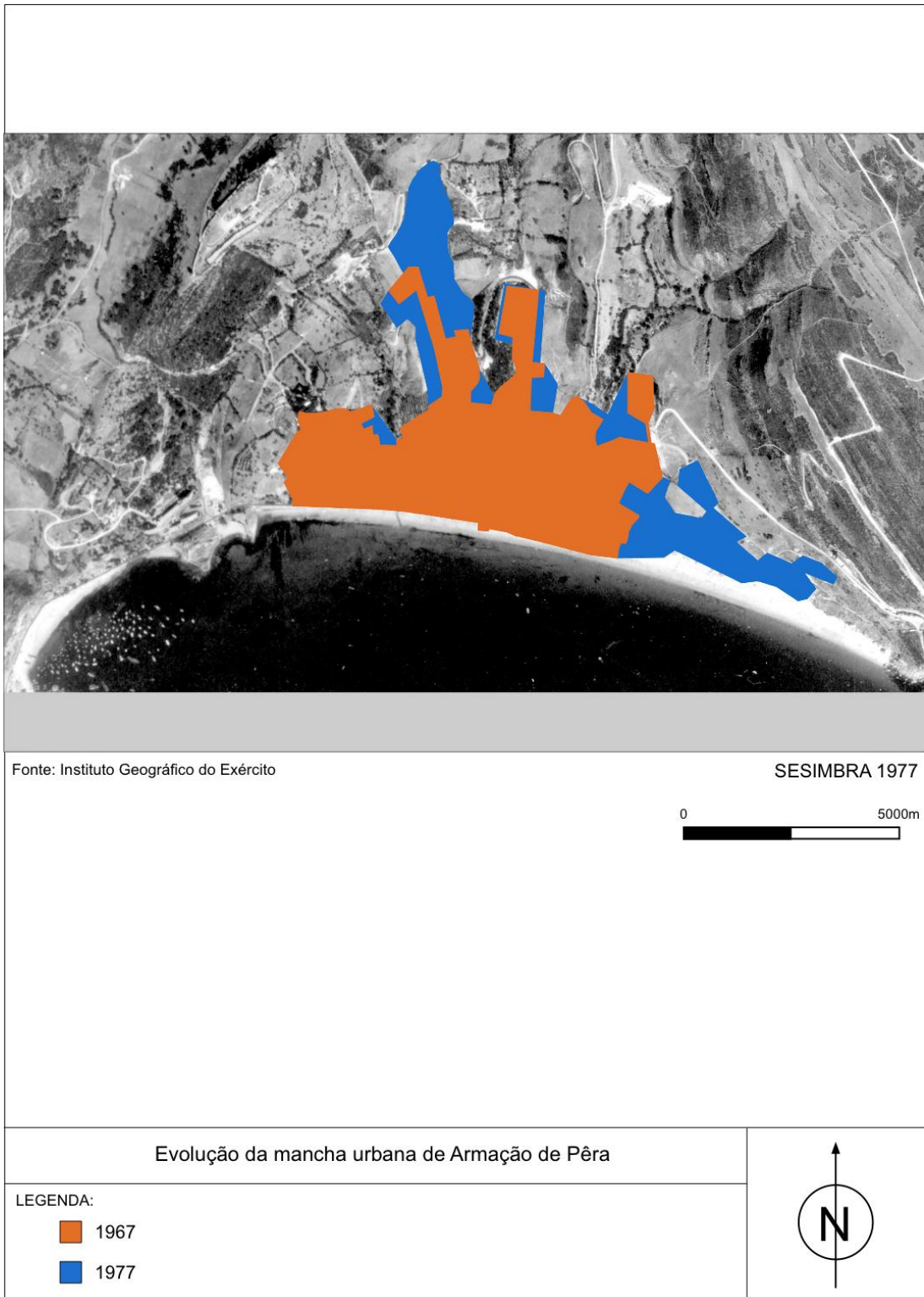
O espaço turístico de Sesimbra a partir da década de 80 resulta da reprodução mimética de um mesmo modelo de crescimento fordista, com ocupação vertical da primeira linha de costa, incluindo a arriba a Nascente e uma extensão horizontal para poente e para norte efectuando um crescimento tipo mancha de óleo. O modelo de turismo fordista (massas) também vai ser um dos principais agentes da mutação da vila de Sesimbra, a partir da década de 80 do século XX, caracterizando-se por uma extrema concentração da oferta turística num espaço muito reduzido, em torno da praia de Sesimbra e do Porto de Mar, uma saturação em torno do espaço de atracção e de débil penetração na envolvente. Só mais tarde, a partir dos anos 90 do século XX é que se começa a verificar uma penetração para interior da mancha construída. Existe uma clara separação litoral/interior, totalmente inexistente a relação com as aldeias próximas. O desequilíbrio territorial do território cria tensões no espaço receptivo, e empobrece a oferta turística resultante.

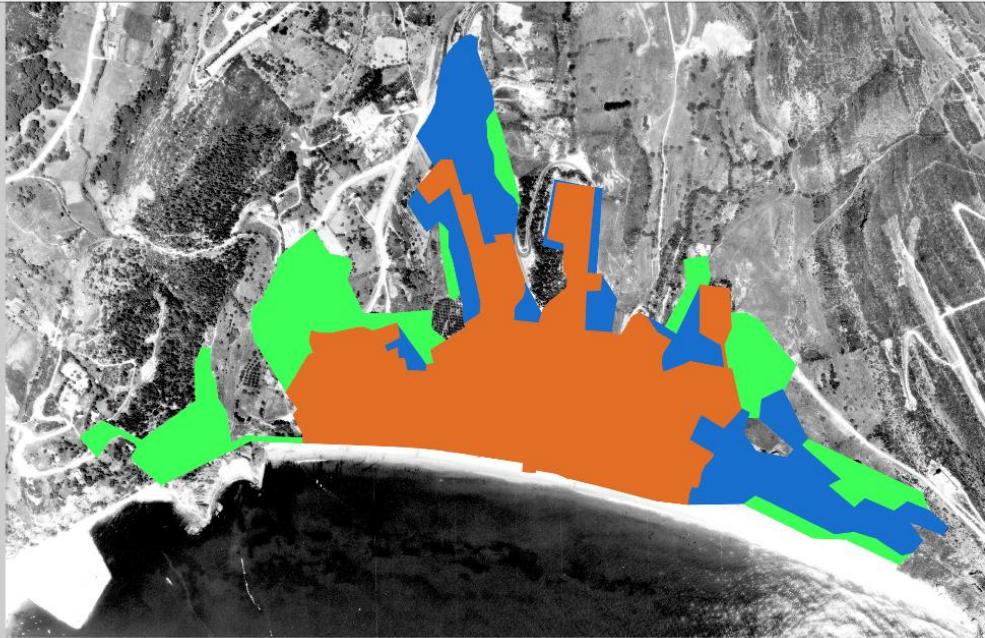
A frente marítima de Sesimbra constitui uma área de forte sensibilidade ambiental de grande conflito de usos, sobretudo quando, como é o caso, a construção se fez sem qualquer regra sobre a arriba a Nascente e prolongando toda a malha pré-existente nessa direcção sob a forma de verticalização da costa e com um suporte infra-estrutural muito precário. O novo hotel *Spa* de Sesimbra e as vilas na sua traseira imediata construídas ainda neste decénio, demonstram bem esta situação, onde a volumetria do edificado é bastante elevada e a regra é densificar ao máximo.

A ocupação destes territórios por construções de carácter sazonal, residências secundárias e por actividade relacionadas com o turismo, foi sendo substituída pela residência fixa, pela construção recente em condomínio ou em loteamento e por uma

pressão contínua sobre a orla marítima. Esta conurbação tem sempre uma forte pressão e dirige-se muitas vezes ao mercado imobiliário de médio e alto rendimento.







Fonte: Instituto Geográfico do Exército

SESIMBRA 1986



Evolução da mancha urbana de Armação de Pêra

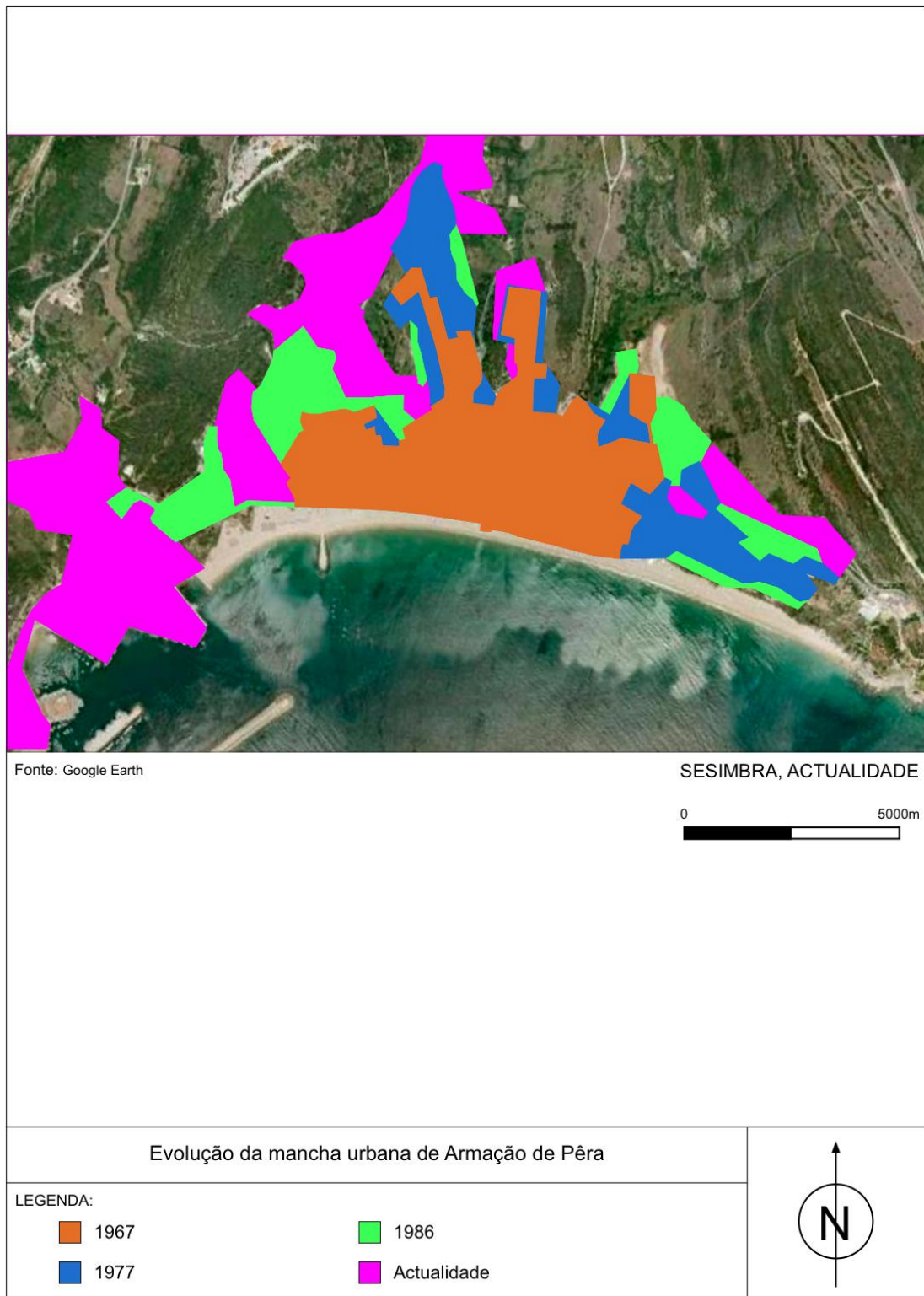
LEGENDA:

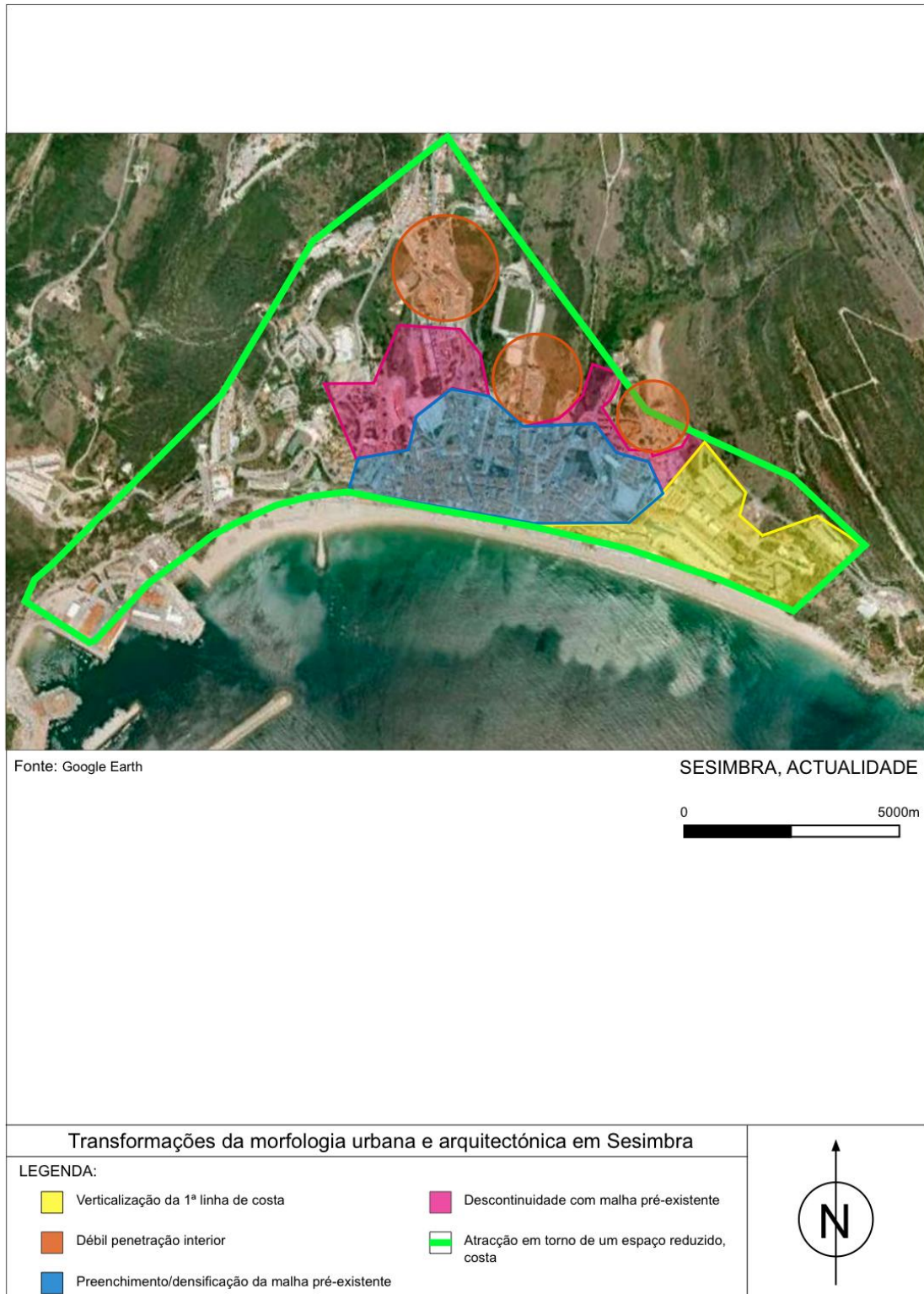
1967

1986

1977







4.3 Metamorfoses urbanas e arquitectónicas



Fig.63 Núcleo antigo de Sesimbra, década de 20/30 Fonte: skyscrapercity.com



Fig.64 Sesimbra antes da construção da marginal, década de 20/30 Fonte: sesimbrablogspot.com



Fig.65 Núcleo antigo de Sesimbra, foto actual

O núcleo antigo de Sesimbra manteve o seu aspecto arquitectónico e urbano coeso. Alguns acrescentos ao edificado são realizados assim como alterações para instalação de restaurantes/café com marquises e chaminés industriais pouco cuidadas mas no geral o edificado antigo foi mantido. Os vazios e interstícios são preenchidos por edifícios com as mesmas cêrceas e com uma arquitectura mimetizante.



Fig.66Fonte:sesimbrablogspot.com



Fig.66 e 67 Largo da Marinha, década de 50/60 e foto actual

Nestas duas fotografias conseguimos identificar o crescimento na encosta Poente de Sesimbra, inicialmente feito na década de 80 num conjunto de apartamentos turísticos (K) de autoria do Arq. Conceição e Silva e nas décadas seguintes sobre a forma de arquitecturas correntes que não param de crescer e densificar a encosta.

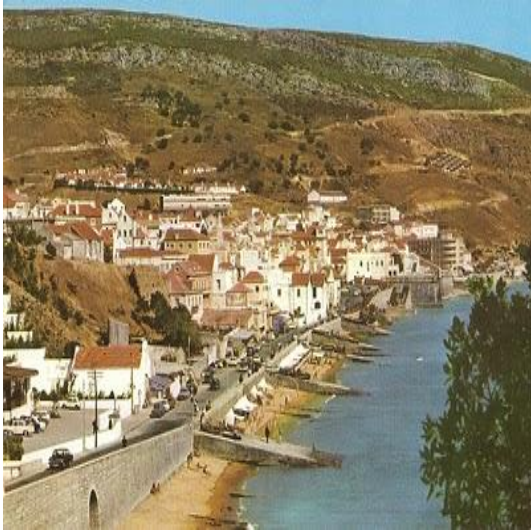


Fig.68 e 69 Vista Poente-Nascente, dedada de 60 e foto actual Fonte: ventinhosblogspot.com



Fig.70 e 71 Dois exemplos de densificações da 1ª linha de costa em Sesimbra Fonte: skyscrapercity.com

A verticalização da 1ª linha de costa, é uma das características mais predominantes no turismo fordista (de massas). Em Sesimbra a verticalização fez-se de por substituição/densificação de antigo edificado na marginal por arquitecturas de cérceas mais elevadas mimetizantes e de arquitectura corrente e de alta densidade nas arribas.



Fig.72 e 73 Av. Marginal, década de 10/20 e 60

Fonte: 5aapnavegadorsoromenho.blogspot.com / kati_krix.blogs.sapo.pt



Fig.74 Av. Marginal, foto actual Fonte: skyscrapercity.com

A densificação urbana da malha pré-existente e a verticalização da arriba a Nascente de Sesimbra são duas das causas principais do crescimento/destruição do equilíbrio urbano de Sesimbra. A arriba a Nascente de Sesimbra sofreu um processo de verticalização desde os anos 70 onde a especulação imobiliária constrói edifícios de densidade elevada para segunda residência. A imagem geral da arriba é desordenada e caótica.



Fig.75 Fonte: skyscrapercity.com



Fig.75 e 76 Av. Marginal, década de 60/70 Fonte: skyscrapercity.com

Nestas duas figuras é perfeitamente possível ver Sesimbra antes do boom urbanístico que fez crescer a vila. A praia da Califórnia ainda não tinha sido artificializada e a marginal pedonal construída sobre um aterro também não existia. As encostas ainda eram libertas de construção de alta densidade.(apenas o conjunto de apartamentos do arq. Conceição e Silva na encosta Poente) (K)



Fig.77



Fig.77,78 e 79 Praia da Califórnia, década de 30 e fotos actuais Fonte:skyscrapercity.com



Fig.80 Sesimbra Hotel & Spa construído na década 90/2000 Fonte: skyscrapercity.com

O que antes um cenário natural e piscatório pontuado por pequenas casas de pescadores transformou-se rapidamente num cenário artificial igual a tantas praias urbanas. As figuras 66 e 68 mostram o que existia da praia a nascente de Sesimbra(praia da Califórnia), que lentamente foi sendo substituída por uma marginal pedonalizada feita sobre um aterro. A verticalização da costa (arriba) é perfeitamente evidente na alta densidade verificada no novo hotel, (Sesimbra Hotel & Spa) (L) construído em 1ª linha de costa sem preocupações de sustentabilidade nem de capacidade de carga)



Fig.81 Av. Marginal, década de 10/20 Fonte: sesimbrablogspot.com



Fig.82 e 83 Intervenção de arquitectura mimetizante e intervenções na marginal de Sesimbra feitas pelo Programa Pólis

A substituição de antigas construções de arquitecturas tradicionais por prédios de arquitectura corrente com uma gramática mimética onde pontuam os típicos telhados em 2 águas na cobertura. A avenida marginal é pedonalizada e uniformizada sobre recorrendo a um desenho urbano banalizante e onde sobressai a vegetação exótica, recorrendo às palmeiras criando um ambiente artificial e contra-natura.



Fig.84 Local da construção do futuro hotel do Mar, década de 40 Fonte:boanoitemestre.blogspot.com



Fig.85 Hotel do Mar, década de 60 Fonte: Hotel do Mar

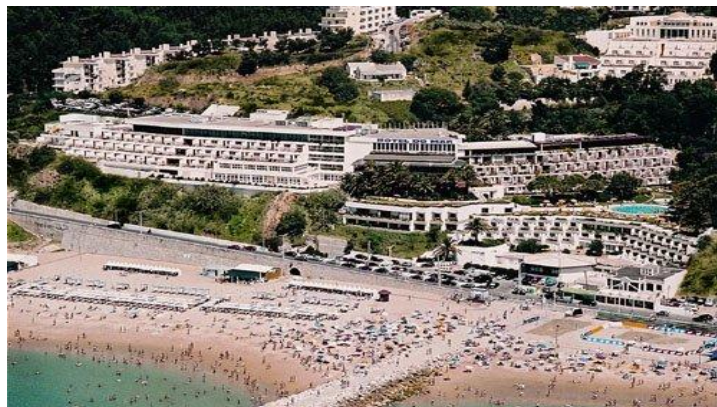


Fig.86 Hotel do Mar, foto actual Fonte: <http://www.worldwidehotelsonline.co.uk>

O Hotel do Mar representa o que melhor se fez nos anos 60 na arquitectura associada à hoteleira tradicional. O Arq. Conceição Silva soube perfeitamente enquadrar o hotel nas arribas da encosta de Sesimbra ao mesmo tempo que reinterpreto a arquitectura mediterrânica e conjugou-a com a arquitectura do movimento moderno. O hotel cresce em capacidade de oferta nos anos 80 mas mantém a base do projecto original. O hotel do Mar devia ser um exemplo para o crescimento e expansão da vila de Sesimbra, de uma forma equilibrada e em integração com a encosta.

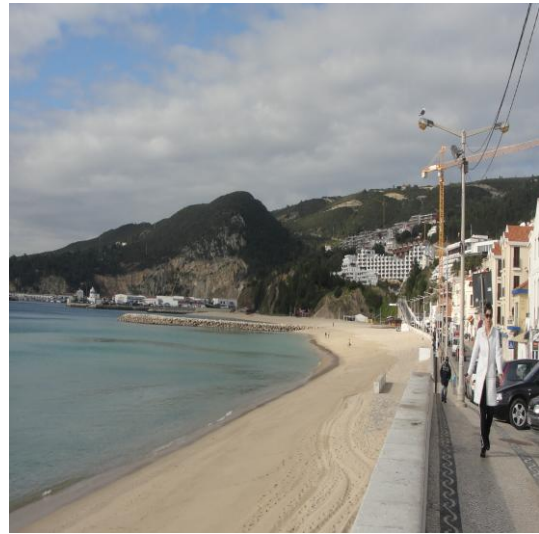


Fig.87 e 88 Arriba Poente de Sesimbra, década de 20/30 e foto actual Fonte: salvaterrazimbra.blogspot.com

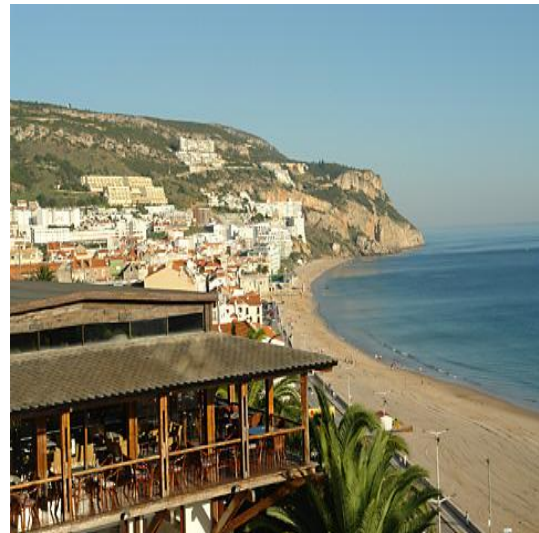


Fig.89 e 90 Vista a partir do Hotel do Mar em direcção a Nascente, década de 60 e década de 90, verticalização da arriba a Nascente Fonte: diasquepassam.blogspot.com / skyscrapercity.com

Nas figuras 87 a 90 é visível o crescimento que foi feito nas arribas a Nascente e Poente de Sesimbra. Inicialmente na década de 80 na encosta Poente de uma forma pontual(apartamentos turísticos de autoria de Arq. Conceição e Silva) e na arriba Nascente recorrendo a modelos de arquitectura de alta densidade.



Fig. 91 e 92 Hotel Sana Sesimbra, antigo Hotel Espadarte, Sesimbra, década de 30/40 e foto actual

Fonte: pescador-mendogas.blogspot.com



A figuras mostram o actual Hotel Sana Sesimbra (antigo hotel espadarte). Este edifício originalmente da década de 30 foi gradualmente sendo substituído por um edifício de maior densidade e de gramática arquitectónica corrente e banalizante



Fig.93 Edifício construído na década de 70 sobre a arriba Nascente de Sesimbra Fonte: custojusto.pt



Fig.94 e 95 Exemplo do ambiente suburbano e desqualificado que é presente na arriba Nascente de Sesimbra

Fonte: skyscrapercity.com

O edifício massivo que é construído nos anos 70 (figura 84) sobre a arriba é o caso de maior agressão à paisagem que encontrei nos casos de estudo. Uma parede maciça em betão é construída sobre a arriba onde assenta o edifício de uma maneira totalmente artificial. O ambiente em volta deste edifício é um ambiente típico de subúrbio de cidade



Fig.96 Exemplo de edifício de habitação da década 80 da arriba Nascente de Sesimbra



Fig.97 Exemplo de crescimento da década de 70/80 Fonte: skyscrapercity.com



Fig.98 Vista a partir da arriba Nascente, foto actual

Edifícios de habitação colectiva de alta densidade destinados a férias, construídos a partir da década de 70 na arriba Nascente de Sesimbra. A verticalização da arriba foi feita de uma maneira agressiva, construindo grandes paredes suporte em betão onde por sua vez assentem edifícios de habitação com cêrceas elevadas e sem qualquer cuidado com a envolvente da serra da Arrábida.



Fig.99 Imagem geral caótica e desordenada dos novos arruamentos



Fig.100 Crescimento urbano da década de 80-2000 na arriba Poente de Sesimbra



Fig.101 Vista a partir da encosta a Norte Fonte: <http://commons.wikimedia.org>

A penetração interior apenas se processou em torno da baía de Sesimbra e nas suas encostas sobre a forma de verticalização de alta densidade. A malha preexistente também foi densificada substituindo antigas construções de pesca por arquitecturas correntes e banalizantes. A ligação entre a malha pré-existente e a nova malha onde se constrói as novas residências de férias é débil e por vezes caótica.



Fig.102



Fig.102 e 103 Vista Poente-Nascente, década de 20/30, foto actual

A construção de um grande porto de pesca que artificializa a baía de Sesimbra. Nas figuras 102 e 103, verifica-se que o crescimento maior de Sesimbra verificou-se na arriba a Nascente da vila piscatória. Esta arriba foi palco de uma densificação/verticalização sem limites.

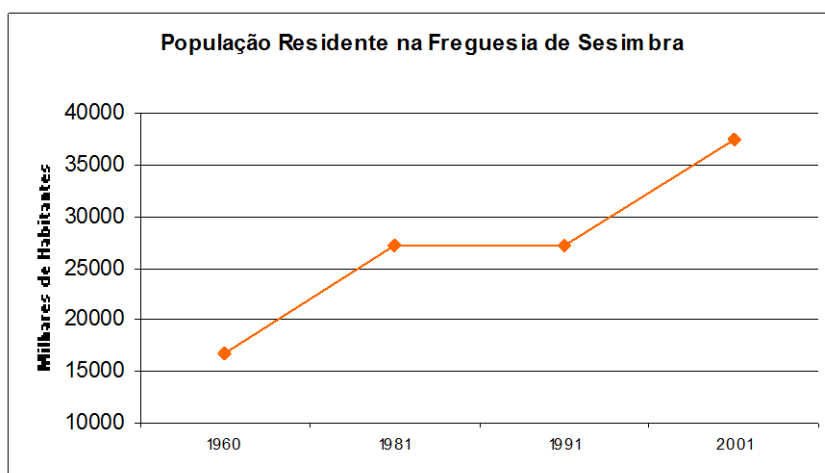


Fig.104 e 105 Vista aérea da marginal e da Praia, década de 60 e foto actual. Fonte: skyscrapercity.com

4.4 Proposta de reabilitação

O número de turistas por ano é um dos critérios para definição do ciclo de vida de um local turístico. Segundo Butler, existem três fases nesse ciclo de vida: a da ascensão, estagnação e a do declínio. Sesimbra é um exemplo da fase de estagnação. Estagnação devido a estar no limiar da capacidade de carga do destino turístico.

Pode evitar-se o declínio de Sesimbra enquanto estância turística evitando ultrapassar os limites da sua capacidade de carga. Tendo já feito a mutação para cidade de média dimensão e estando integrada na rede de pendularidade do Distrito de Lisboa, importa sublinhar que Sesimbra não se encontra, na actualidade, totalmente dependente do turismo. Sesimbra depende também do mercado imobiliário de segunda residência, transformado actualmente num mercado para residência permanente. Em grande parte, fruto da mudança política e económica do país na sequência do 25 de Abril de 1974, Sesimbra sofreu uma mutação urbanística acelerada durante os anos 70/80 do século XX, com a densificação da urbanização que provocou danos irreparáveis na sua paisagem natural, principalmente nas encostas da Serra da Arrábida, muitos dos quais já totalmente irreparáveis.



Fonte: INE- Censos de 1960,1981,1991,2001

A solução para a densificação excessiva resultante da construção nas décadas de 70/80 do século XX não tem de passar pela implosão. A resolução dos actuais problemas requer em primeiro lugar que a autarquia seja capaz de impor limites ao crescimento urbanístico. O factor chave é a não cedência ao mercado imobiliário especulativo. Paralelamente, a valorização de Sesimbra requer que se aposte na reabilitação do núcleo piscatório original bem como na reabilitação dos valores naturais e paisagísticos e na qualificação dos espaços de recreio, lazer e segunda residência.

O actual PDM foca os seguintes pontos para a vila de Sesimbra:

- **Habitação**

Neste grupo inclui-se a verba destinada à construção da primeira fase do Bairro Infante D. Henrique, ao abrigo da mesma candidatura, está prevista a requalificação do Bairro Social do Zambujal e de seis fogos na vila de Sesimbra.

- **Urbanização**

A continuação das obras de requalificação do Núcleo Urbano da vila, inserida na revitalização da frente marítima de Sesimbra e o arranjo da zona envolvente à Praia do Meco.

- **Saneamento**

A continuação das obras da rede de saneamento da freguesia do Castelo, a melhoria da recolha de resíduos sólidos urbanos, com o reforço da frota de viaturas,

intensificação de acções de limpeza e remoção de lixos e entulhos em locais de deposição ilegal, a construção do Canil/Gatil Municipal.

- Ambiente

A criação de novas áreas verdes e de lazer nas freguesias da Quinta do Conde e do Castelo, as intervenções na Mata da Vila Amália e na Almoinha através de parcerias privadas, a celebração de protocolos com associações para arranjo de espaços verdes, a substituição de contentores de superfície por contentores semienterrados, o reforço do número de ecopontos, a limpeza das praias do concelho.

- Turismo

O arranque da elaboração do Plano Estratégico para o Desenvolvimento Turístico é encarado como uma das grandes metas para o próximo ano. Para além de traçar as acções e investimentos prioritários para a área, o documento permitirá que a autarquia e os agentes económicos locais combinem esforços para dar continuidade a uma política sustentada de desenvolvimento, onde o turismo terá um papel decisivo, e à aposta na dinamização de grandes eventos. As intervenções previstas para o Cabo Espichel, Moinho de Baixo e Frente Ribeirinha da Vila de Sesimbra são outros dos investimentos que tornarão o concelho mais atractivo turisticamente.” (<http://www.cm-sesimbra.pt>)

De 2008 até hoje a câmara promoveu a requalificação do Largo de Bombaldes e zona envolvente da Fortaleza assim como a avenida marginal e a praia da Califórnia. Existem projectos pontuais para requalificação de ruas e praças no núcleo piscatório original (Largo José António Pereira e Rua Aníbal Esmeriz, Rua Dr. Peixoto Correia, Largo Infante D. Henrique, Rua D. Dinis, Rua dos Operários Marítimos e Rua Peixoto Correia). Está já em construção um silo-auto com estacionamento para 300 viaturas na avenida marginal, integrado no novo complexo turístico “Sesimbra Shell”.

A construção de um novo passadiço na praia da Califórnia iniciou oficialmente a valorização da frente marítima de Sesimbra, que prevê um conjunto vasto de operações que se vão estender no terreno até 2012. A criação de um cais de embarque no esporão existente na praia do Ouro, junto ao Hotel do Mar, deverá ter 20 metros de comprimentos e 4 de largura, vai acolher, cruzeiros. Além deste projecto, o programa de valorização da frente marítima de Sesimbra prevê ainda a requalificação da Casa do Bispo e do edifício n.º 1 da rua Dr. Aníbal Esmeriz, vulgarmente conhecido

como edifício das Finanças. Para este último local, está projectada a futura sede do Museu Municipal de Sesimbra, o futuro museu deverá concentrar as reservas de arqueologia, etnografia, arqueologia industrial e de artes plásticas e decorativas, aliando ainda laboratórios de conservação e restauro a um centro de documentação e a uma sala polivalente, que deverá receber exposições temporárias. A autarquia pretende recuperar integralmente o imóvel da fortaleza aproveitando-o o para a realização de eventos culturais e de lazer. O espaço deverá acolher futuramente o Museu do Mar, um centro de interpretação, bem como um equipamento para alojamento de jovens ou mesmo um albergue juvenil.

Estão ainda previstas intervenções na marginal poente, a requalificação do espaço público e da praia, através da construção de um passadiço de madeira sobrelevado, da criação de um percurso pedonal pelo areal e sobre o pontão e da reformulação dos apoios sanitários. Novos apoios de praia, campos de jogos com bancadas, nova iluminação pública são ainda algumas pequenas operações que estão previstas no projecto de requalificação da marginal poente de Sesimbra.

Com base na análise anterior nos três primeiros pontos deste capítulo e na análise dos instrumentos de gestão territorial elaborei um diagnóstico SWOT sintético da situação actual com base para uma reabilitação. Como principais pontos fortes de Sesimbra apontam-se os seguintes:

- pendularidade Distrito de Lisboa
- localização na Serra da Arrábida
- núcleo piscatório conservado
- porto de Mar

Como principais pontos fracos:

- ambiente geral caótico e desorganizado
- edificado obsoleto da década de 80 do século XX nas encostas de Sesimbra
- arriba nascente destruída por edificado de alta densidade
- artificialização da marginal

Constituem oportunidades:

- cais de Embarque de cruzeiros
- passadiços de madeira e requalificação da praia

-museu municipal de Sesimbra e museu do mar

Constituem ameaças:

-construção na arriba Poente

Nas encostas de Sesimbra, a construção deverá obedecer a índices baixos de ocupação, valorizando a vegetação existente e promovendo os parques naturais ou complexos turísticos de baixa densidade (com preocupações de sustentabilidade), articulando o equilíbrio dos ecossistemas e as expectativas de qualidade de vida e de bem-estar dos residentes e turistas. Os serviços municipais de água e saneamento básico devem ser repensados de modo a dar uma resposta às necessidades da população local e flutuante.

Consideram-se acções prioritárias ao nível arquitectónico e urbanístico para uma valorização de Sesimbra e a promoção de maior qualidade de vida a contenção da urbanização difusa; a qualificação do edificado novo; a reabilitação arquitectónica e urbanística do edificado obsoleto da década de 70/80 do século XX, preponderante na arriba nascente de Sesimbra, a consolidação do aglomerado pré-existente e a promoção da requalificação do edificado devoluto da vila.

A valorização das formas de expressão cultural tradicionais em domínios como o artesanato, os valores etnográficos, o património arqueológico e artístico, assim como ao nível das actividades económicas como a pesca tradicional e a agricultura, contribuem para a integração social e cultural das populações. O reforço da identidade e das especificidades locais, condição para uma valorização de Sesimbra e para evitar a tendência para o seu declínio como estância turística, requer uma intervenção que seja integrada e de âmbito.

Assiste-se uma vontade por parte da autarquia na reabilitação do edificado antigo assim como dos imóveis de interesse municipal que poderão funcionar como âncoras turísticas. A melhoria das infra-estruturas de apoio à praia assim como os seus acessos e avenida envolvente também são evidentes, contudo é preciso pensar numa requalificação urgente do edificado obsoleto da década de 70/80 do século XX assim como da ligação deste edificado e dos seus espaços adjacentes com a malha a pré-existente e repensar uma estratégia para as encostas de Sesimbra integradas na serra da Arrábida.





Fig.106 Nazaré década de 40/50 Fonte: skyscrapercity.com



Fig.107 Nazaré foto actual

Capítulo 5 - Nazaré

5.1 Génese do local

A Nazaré é uma vila portuguesa do distrito de Leiria, com cerca de 10 100 habitantes. O actual espaço urbano aglutina três antigos povoados: Pederneira, Sítio da Nazaré e Praia da Nazaré, consequência da sua expansão e da construção de novos bairros. (P.D.M., 1997). A vila é sede de um pequeno município com o mesmo nome com 80,49 km² de área e 15 060 habitantes (2001), subdividido em 3 freguesias, Famalicão, Nazaré e Valado dos Frades. O município é rodeado a Norte, Este e Sul pelo município de Alcobaça e a Oeste confina com o litoral do Oceano Atlântico. O município da Nazaré e a freguesia do mesmo nome designaram-se por *Pederneira* até 1912. O concelho da Pederneira teve foral, em 1514, dado por D. Manuel I. ([http://pt.wikipedia.org/wiki/Nazar%C3%A9_\(Portugal\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Nazar%C3%A9_(Portugal))).

A vila da Nazaré é de fundação recente, data de 1889, mas desde 1780 que os pescadores utilizam a praia para a pesca, tendo iniciando nesse local a construção de cinquenta cabanas de madeira para guarda dos aprestos. Em 1874, dá-se início à construção de casas no local que é hoje a vila da Nazaré. Em 1912, havia já dois hotéis de turismo. Nesta fase inicial do turismo, a Nazaré era visitada essencialmente por uma certa elite nacional, mas rapidamente a fama alastra ao exterior, principalmente para França, e a Nazaré torna-se, assim, um local de veraneio para franceses ricos. Até aos anos 50 do século XX as infra-estruturas turísticas evoluíram lentamente. Por essa altura, começou a segunda fase do turismo: a do turismo de massas. Com o fim da guerra, um número crescente de turistas passou a procurar locais de férias como a Nazaré. Esta fase estimulou a construção de mais instalações turísticas, como pensões, cafés e restaurantes. Entre finais dos anos 60 do século XX e a revolução de Abril de 1974, o turismo conhece um crescimento avassalador em Portugal. (Mendonça, 1982: 313) Desde essa data a Nazaré regista um intenso crescimento turístico e por conseguinte uma densificação urbanística.

5.2 Transformação da morfologia urbana da Nazaré

O centro litoral do país caracteriza-se por uma urbanização generalizada e por uma industrialização difusa. Com a modernização da agricultura associado a este processo global de urbanização, também os povoamentos rurais se urbanizam, modificando a sua aparência física. Em Nazaré observa-se um crescimento acentuado a partir da década de 80 do século XX, fruto da melhoria das ligações por transportes e telecomunicações entre Lisboa e Porto, do fenómeno da rurbanização associado à disseminação da indústria pela bacia de emprego que começava a crescer na região de Leiria e ao crescimento do turismo associado à construção de residências secundárias.

A vila, essencialmente ligada à pesca desde o início do século até à década de 60/70 do século XX, vê aumentar o seu fulgor económico com o turismo, que se torna na actividade económica dominante. O crescimento da actividade turística traduz-se na justaposição, ao espaço da vila, das novas áreas de expansão na encosta nascente e a sul da marginal.

O turismo na Nazaré é um turismo de massas, interno que se pratica desde os anos 60/70 do século XX até hoje. O perfil do turista constitui-se fundamentalmente por famílias da classe média/baixa e por trabalhadores, que vêm em busca do sol, do mar e da praia. Os principais meios de alojamento são os hotéis de pequena dimensão, as pensões, as casas e partes de casas arrendadas e os parques de campismo. Em consequência do turismo de massas, as características da vila, modificam-se drasticamente entre o Inverno e o Verão. Desde a década de 60/70 do século XX, que os habitantes da Nazaré arrendam aos turistas as suas casas ou partes de casa ou quartos independentes. Esta forma de ganhar dinheiro tornou-se recorrente fazendo com que as famílias piscatórias beneficiassem de uma rápida mobilidade ascendente com as divisas do turismo. (Mendonsa, 1982: 315)

Tal como em Sesimbra, a Nazaré densifica-se nas décadas de 70 e 80 do século XX, em resultado da mudança política e económica do país na sequência do 25 de Abril de 1974. A mancha inicial da vila concentrada no Sítio da Nazaré e no núcleo antigo e a expande-se para sul, ao longo da faixa litoral e para nascente, crescendo subindo a encosta.

A urbanização difusa surge como um fenómeno evidente na Nazaré na década de 1980, favorecida pela proximidade de vias de comunicação importantes. Este

modelo de crescimento urbano fez-se por densificação do núcleo antigo e preenchimento dos espaços vazios entre os povoamentos vizinhos de características eminentemente rurais, em processo rápido de passagem do rural ao urbano. Esta forma híbrida de urbanização alastra como uma mancha de óleo a partir do núcleo piscatório original.

Na década de 80/90 do século XX a Nazaré sofre uma explosão de construção de habitações secundárias. As cidades de Leiria e da Marinha Grande elegem a Nazaré, como lugar para veraneio e fim-de-semana. A vila modifica gradual e lentamente a sua arquitectura que sofre o efeito de aculturação dos novos modelos urbanos generalizando-se uma mimetização dos modelos tradicionais da arquitectura local. Durante esta década, assiste-se a um processo de crescimento em altura nas novas construções erigidas ao longo da marginal e da encosta a nascente, segundo modelos de arquitectura corrente e seguindo as normas da cidade. Os terrenos circundantes à vila, a encosta e a nascente, são vazios urbanos onde começam a aparecer, em massa, as residências secundárias, em loteamentos de moradias em banda ou individuais e de prédios (alguns de alta densidade).



Fonte: Instituto Geográfico do Exército

NAZARÉ, 1965

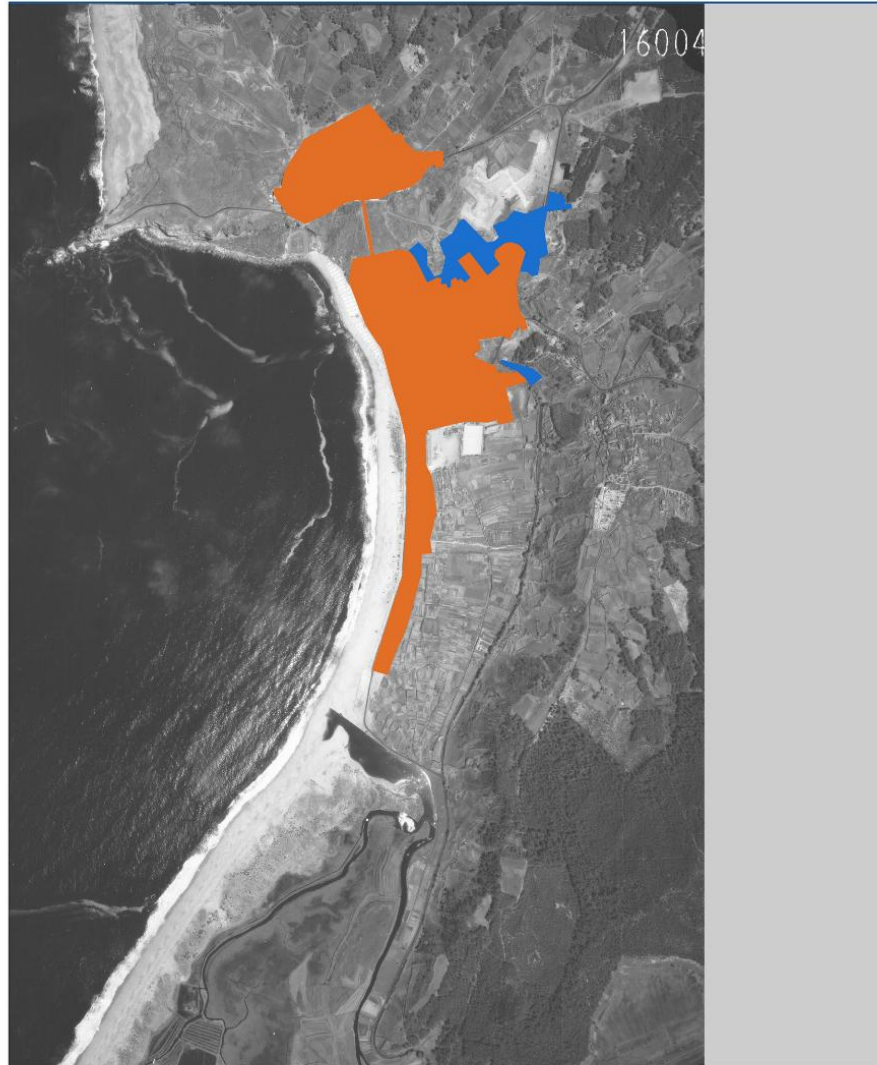


Mancha urbana da Nazaré em 1965

LEGENDA:

1965





Fonte: Instituto Geográfico do Exército

NAZARÉ, 1972

0 1000m

Evolução da mancha urbana da Nazaré

LEGENDA:

- 1965
- 1972





Fonte: Instituto Geográfico do Exército

NAZARÉ, 1989



Evolução da mancha urbana da Nazaré

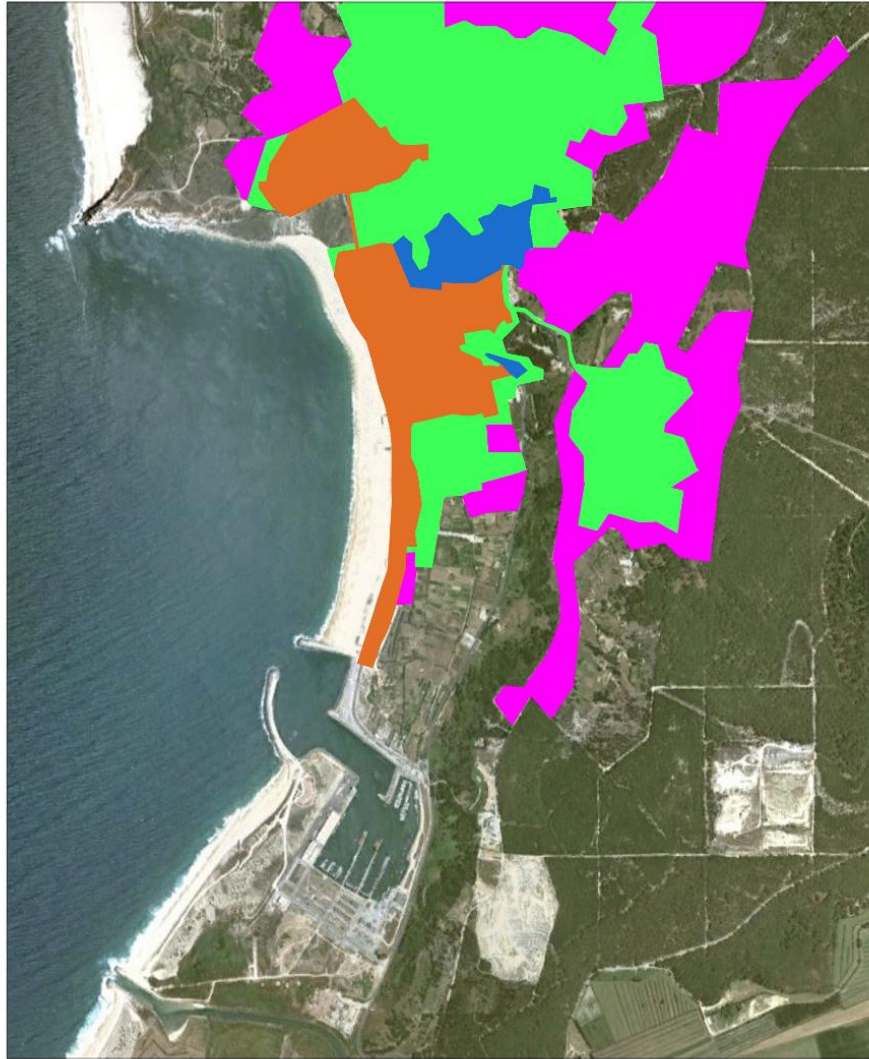
LEGENDA:

1965

1972

1989





Fonte: Google Earth

NAZARÉ, ACTUALIDADE

0 1000m

Evolução da mancha urbana da Nazaré

LEGENDA:

1965

1989

1972

Actualidade





Fonte: Instituto Geográfico do Exército

NAZARÉ, ACTUALIDADE

0 1000m

Transformações da morfologia urbana e arquitectónica na Nazaré

LEGENDA:

- | | |
|---|--|
|  Verticalização da 1ª linha de costa |  Descontinuidade com malha pré-existente |
|  Débil penetração interior |  Atracção em torno de um espaço reduzido, costa |
|  Preenchimento/densificação da malha pré-existente | |



5.3 Metamorfoses urbanas e arquitectónicas



Fig.108 e 109 Praça Sousa Oliveira , década de 50 e 60 Fonte:life.com /oslugaresdoescritor.blogs.sapo.pt



Fig.110 Praça Sousa Oliveira , foto actual Fonte: <http://nazare.olx.pt/apartamentos-para-venda-na-nazare-iid-80804910>

A praça Sousa Oliveira na Nazaré registou pequenas transformações, os edifícios foram mantidos e reabilitados crescendo alguns na sua cêrcea mas mantendo a gramática arquitectónica original. A praça sofreu um arranjo urbanístico mas não sofrendo um processo uniformizante como aconteceu em outros casos de estudo

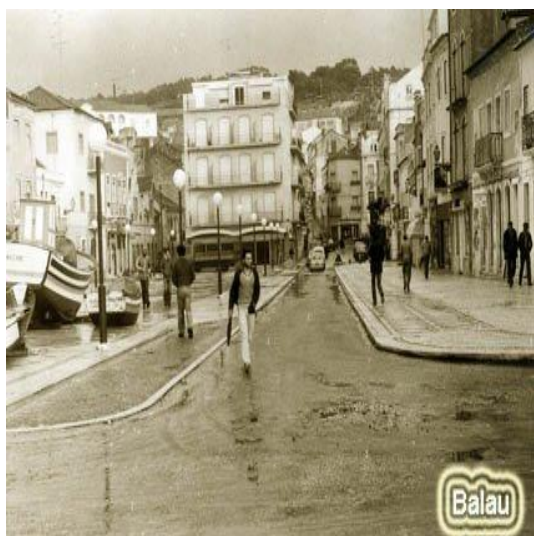


Fig.111 e 112 Praça Sousa Oliveira , década de 60 e foto actual Fonte: foto.balau.blogspot.com

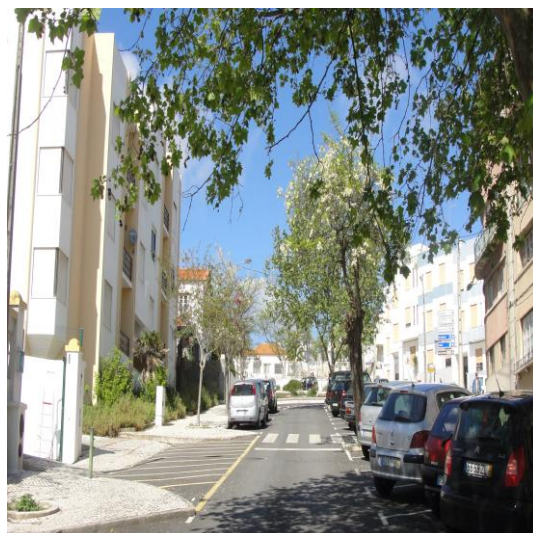


Fig.113 e 114 Rua Mouzinho de Albuquerque, década de 80 e foto actual Fonte: foto-balau.blogspot.com



Fig.115 e 116 Vista da praia e arriba a Norte da Nazaré, década de 80 e foto de construção actual na zona norte
Fonte: diasquevoam.blogspot.com



Fig.117 Vista da praia e arriba a Norte da Nazaré, foto actual

A Avenida marginal sofreu algumas mutações, casas de pescadores são substituídas por prédios de arquitectura corrente e banalizante com uma expressão de maior densidade (fig.116). A verticalização da 1ª linha de mar na Nazaré deu-se com maior expressão na zona sul da marginal. Na zona norte encontramos antigas construções reabilitadas e novas arquitecturas com gramáticas arquitectónicas miméticas e correntes. (fig 117)



Fig.118,119 e 120 Edifícios de habitação construídos na marginal zona sul.



Fig.121 e 122 Conjunto de moradias de veraneio da década de 60 e construções piscatórias reconvertidas e prédio de habitação recente, marginal zona sul.

Nestes exemplos, vemos vários tipos de arquitecturas na marginal, uma reinterpretação da arquitectura tradicional sem mimetismos (figura 121), num conjunto de moradias de veraneio da década de 60 e construções de apoio piscatório (figura 122) convertidas em habitações de veraneio ainda existentes (algumas já devolutas e à espera de demolição) no extremo sul da avenida marginal. Nas figuras 118 a 120 vemos três exemplos do crescimento urbano/verticalização da 1ª linha de mar da década de 80/90 na zona sul da marginal da Nazaré.



Fig.123 e 124 Novas zonas de expansão e crescimento a Norte e edifício torre construído na década de 80



Fig.125 Novas zonas de expansão e crescimento a Norte

As novas zonas de expansão/crescimento a Norte onde imperam arquitecturas correntes de prédios habitacionais e moradias em banda e em lotes individuais extensivos (iniciada na década de 80 por um edifício torre de alta densidade), coexistem com um interior iminentemente rural e florestal, criando um território fragmentado e descontinuo.



Fig. 126, 127 e 128 Três exemplos do crescimento e densificação da malha pré-existente.

A densificação da malha pré-existente é feita por substituição de antigas construções ou por crescimento das cérceas do antigo edificado.



Fig.129, 130 e 131 Novas zonas de expansão e crescimento a Sul

Regista-se um crescimento desordenado a partir da década de 80/90 tanto na zona Sul como na zona Norte. Novas zonas de expansão encontram-se desarticuladas com a antiga malha urbana e desenvolvem-se sobre uma estrutura viária precária e inacabada coexistindo com terrenos florestais e agrícolas. Aqui as construções são blocos de habitação corrente e moradias em banda e lotes individuais.



Fig.132 e 133 Vista aérea Norte-Sul, década de 40 e foto actual Fonte: prof2000.pt



Fig.134 e 135 Vista aérea de Norte para Sul, década de 60 e foto actual Fonte: skyscrapercity.com

Duas perspectivas aéreas da vila da Nazaré, verifica-se que houve um crescimento feito através de um preenchimento/densificação de vazios na malha pré-existente, mas mantendo a fisionomia urbana e características arquitectónicas do conjunto. O crescimento maior / verticalização da costa verificou-se a Sul da marginal, assim como agora na sua traseira imediata e na encosta a Norte da Nazaré.

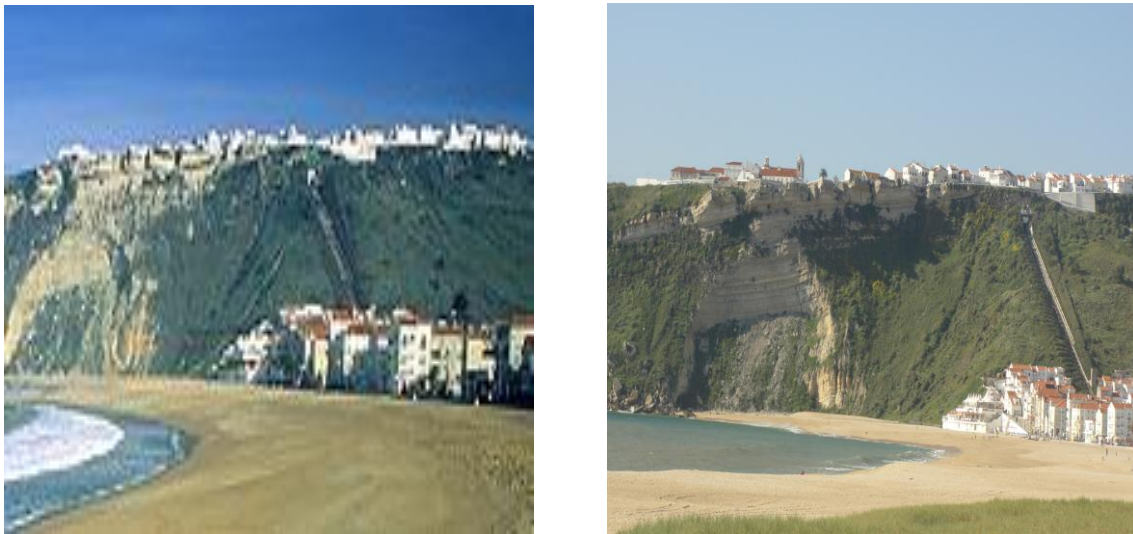


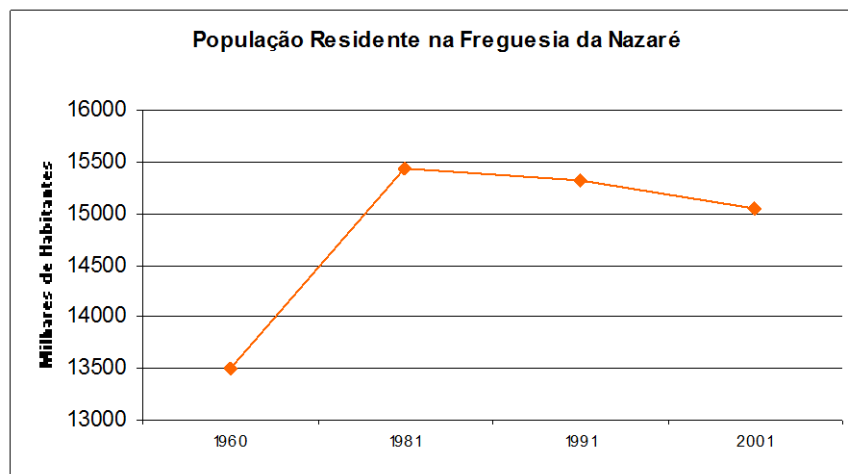
Fig.136 e 137 Vista a partir da praia Sul-Norte, década de 80 e foto actual Fonte: skyscrapercity.com

5.4 Proposta de Reabilitação

Apesar da vila da Nazaré ter registado um crescimento acentuado a partir da década de 80 do século XX, é dos 4 casos de estudo, o que apresenta uma urbanização menos desordenada. A mancha urbana tem crescido de uma maneira controlada, tendo conseguido manter até hoje os principais traços identitários, tanto arquitectónicos como urbanísticos. O núcleo original ainda é mantido na sua íntegra, não mostrando rupturas relevantes com o edificado original. O crescimento actual processa-se para nascente, por vezes de forma desordenada e sem articulação com o núcleo original. Ainda persistem traços dos costumes locais tradicionais, a pesca tradicional, a arte da seca do peixe e os trajes tradicionais das mulheres da Nazaré. Embora em parte encenados contribuem para a preservação e valorização da identidade local.

Embora se possa prever o aumento da procura da Nazaré por parte de turistas e portugueses de outras regiões do país e do estrangeiro - o que está dependente da qualidade e quantidade da oferta. Esta procura interna a afirmar-se, tenderá a originar a densificação da ocupação territorial, não só para usos ligados à oferta turística - como hotéis e restaurantes - mas também para usos mais extensivos, muitas vezes não planeados, como é o caso das habitações secundárias. Esta pressão tende a manifestar-se sobretudo na faixa litoral e no interior ainda predominantemente rural e

florestal, o que poderá gerar conflitos com o património cultural a proteger, e com actividades agro-florestais.



Fonte: INE- Censos de 1960,1981,1991,2001

Para compatibilizar os diferentes usos e proteger a natureza e os valores do património cultural edificado o planeamento do turismo deverá ser articulado com as potencialidades do Interior ou, pelo menos, do *hinterland* imediato. A Nazaré corresponde hoje a uma cidade balnear de média dimensão, tendo sido dos casos de estudo abordados, o que menos sentiu o efeito do turismo de massas associado ao fenómeno da rurbanização.

O documento estratégico Nazaré 2015 foca vários pontos para revitalização do fulgor económico e turístico da Nazaré. São vectores estratégicos, o ordenamento paisagístico e urbanístico, o saneamento básico dos meios urbano e rural, a hotelaria, restauração e comércio, a oferta museológica e cultural, os recursos humanos e a promoção de produtos locais. A revitalização passa por um marketing territorial onde a memória e as tradições são as âncoras para a revitalização, com isto a ideia é a candidatura da Nazaré a Património Mundial da Unesco. A pesca artesanal assim como a agricultura tradicional, associada a práticas de turismo em espaço rural são uma das apostas. O objectivo é assumir a Nazaré como destino turístico balnear de excelência do Oeste. Uma nova marina é proposta como equipamento estruturante deste conceito. A nível urbanístico é necessário coser diferentes realidades, florestal, agrícola e urbana.

Uma série de projectos estão actualmente em curso na Nazaré. A iniciativa do Município está integrada no projecto de revitalização do Centro Urbano, investimento

que será realizado no âmbito de uma PPP, que tem em vista o reforço da centralidade urbana desta zona da vila e da dinâmica do aglomerado urbano antigo da Nazaré. Neste espaço irá nascer o novo edifício dos Paços do concelho com praça urbana e administrativa; o novo edifício do Mercado Municipal, localizado futuramente na parte superior do actual parque subterrâneo (Largo Cândido dos Reis), e, ainda, um conjunto comercial, este de iniciativa privada, a construir entre o Mercado Municipal e a nova Biblioteca Municipal. Este processo de revitalização, prevê ainda a requalificação da Avenida Marginal, que inclui a construção de um Parque Subterrâneo.

Com base na análise anterior nos três primeiros pontos deste capítulo e na análise dos instrumentos de gestão territorial elaborei um diagnóstico SWOT sintético da situação actual com base para uma reabilitação. Como principais pontos fortes de Sesimbra apontam-se os seguintes:

- tradições e história do local
- localização na zona Oeste do país
- núcleo piscatório original conservado
- porto de Mar

Como principais pontos fracos:

- débil penetração interior
- edificado de alta densidade na marginal zona sul
- terrenos florestais e agrícolas em contacto com novos aglomerados urbanos
- inexistência de ligação entre malha pré-existente e nova malha urbana

Constituem oportunidades:

- marina
- requalificação da marginal
- praça urbana administrativa
- Candidatura de Nazaré a Património mundial

Constituem ameaças:

- Construção em terrenos florestais e agrícolas a norte da Nazaré

Caracterizando-se actualmente por um modelo de turismo de massas dito de pé-descalço, a valorização da vila da Nazaré requer que sejam promovidas pela autarquia várias acções como: um plano de contenção do crescimento urbano, o controle da nova edificação e a promoção da reconversão, a reabilitação do edificado do núcleo antigo, a promoção de projectos de qualidade que valorizem a paisagem e o ambiente natural, ainda preservado; a valorização do património cultural e etnográfico e das tradições locais que possui.

Por exemplo na zona sul, nos terrenos vagos que fazem confronto com as construções da década de 80/90 do século XX, poderia ser implementado um parque da cidade que fizesse a ligação entre a malha pré-existente e a nova expansão da cidade. Neste parque seriam incluídos os equipamentos já existentes (biblioteca e edifícios da câmara municipal) e seria promovida a construção de novos equipamentos estruturantes para a cidade (incluindo a nova praça urbana e novo edifício dos paços do concelho projectados para o local).

Na encosta Nascente, ainda com características rurais e florestais e onde a construção poderiam ser estimulados projectos de baixa densidade habitacional para colmatar a malha urbana.

O porto de mar na zona sul ganharia em ser reabilitado com a construção de uma nova marina (já está mencionada como objectivo no documento estratégico Nazaré 2015) pensada como uma nova âncora para o turismo de gama alta na Nazaré de forma a diversificar a oferta turística a qual seria pontuada com equipamentos turísticos de luxo, restaurantes, hotéis e edifícios de habitação.



Fonte: Instituto Geográfico do Exército

NAZARÉ, ACTUALIDADE

0 1000m

Proposta de Reabilitação

LEGENDA:

- | | |
|---|--|
| Parque urbano/equipamentos estruturantes da cidade | reabilitação arquitectónica e urbanística da malha existente consolidada |
| Nova marina e projectos turísticos de luxo (hotel, habitação, comércio, serviços) | construção de baixa densidade e zonas verdes de descompressão |





Fig.138 Vila Praia de Âncora, década de 30/40 Fonte: vilapraideancora.blogs.sapo.pt



Fig.139 Vila Praia de Âncora, foto actual

Capítulo 6 - Vila Praia de Âncora

6.1 Génese do local

Vila Praia de Âncora é uma freguesia do concelho de Caminha, incluída no Vale de Âncora, contando com 8,15 km² de área, 4 688 habitantes (2001) e 575,2 hab/km de densidade populacional, sendo a vila e freguesia mais populosa do município. A 5 de Julho de 1924 foi elevada à categoria de vila e alterada a sua designação de Santa Marinha de Gontinhães para Vila Praia de Âncora. A freguesia de Vila Praia de Âncora já aparece mencionada na documentação do século X, então com a denominação de Santa Maria de Gontinhães a qual atravessou mais de 1000 anos de história local. Está limitada a norte pela Freguesia de Moledo, a nascente, a Freguesia de Vile, a sul pelo rio Âncora e a poente pelo Oceano Atlântico. (http://pt.wikipedia.org/wiki/Vila_Praia_de_Âncora)

Observa-se uma tendência para um crescimento rápido do terciário, assente fundamentalmente no turismo e no aproveitamento do mar. Em Âncora já poucos habitantes subsistem do trabalho rural, sendo em 2001, 4% dos activos que usam esta actividade como complemento da sua actividade principal. (INE, 2001).

Nas décadas de 30/40 do século XX a vila é procurada como estância balnear familiar do Norte de Portugal. Mais tarde, nas décadas de 50/60 do século XX muitas dessas famílias adquiriram casa própria, enquanto outras rumaram para paragens mais tranquilas. Nos anos 70/80 do século XX, assiste-se a uma explosão turística de massas que descaracterizou a vila piscatória. (<http://www.jf-vpancora.com/?m=historia&id=1116>).

6.2 Transformação da morfologia urbana de Vila Praia de Âncora

Em Vila Praia de Âncora, o processo de mutação de vila piscatória a núcleo balnear explica-se por três motivos: a rurbanização associada ao processo de industrialização difusa, por sua vez associada à bacia de emprego de Viana do

Castelo; o fenómeno do crescimento do turismo associado à residência secundária; e o retorno dos emigrantes.

Vila Praia de Âncora é destino de veraneio de famílias do Norte e gradualmente sofre um processo de mutação para um turismo de massas. São primeiro famílias locais, ligadas às actividades piscatórias e agrária, que começam por alugar partes de casas e casas aos turistas, sendo posteriormente substituídas nessa tarefa, a partir da década de 80 do século XX, pelos promotores e construtores imobiliários. Estes fazem dos terrenos vazios normalmente agrícolas, o seu palco de actuação, transformando a paisagem rural num cenário suburbano pontuado por habitações de segunda residência, com extensa ocupação do solo. Isto virá a reflectir-se na pressão fundiária e no alargamento e descontinuidade do perímetro urbano.

Em regra, a autarquia tem feito pressão para que os terrenos rurais sejam vendidos a baixos preços pelos proprietários, com intuito de os converter em espaços turísticos, possibilitando assim, a sua urbanização por parte dos promotores imobiliários e turísticos. A sociedade rural adapta-se à situação e ao fenómeno turístico, como uma justaposição estrutural ao seu próprio sistema social, o que traduz na desarticulação do espaço da vila onde se implanta. (Rambaud, 1969: 208-209).

A procura de espaço foi-se intensificando, os espaços periurbanos e rurais estendendo e a urbanização difusa moldando a paisagem. O conflito de usos acentua-se entre a pressão exercida por estas áreas urbanas e as áreas verdes, florestais e agrícolas cujo valor paisagístico é afinal uma das principais razões do crescimento da especulação imobiliária. Os terrenos que circundam a Vila Praia de Âncora, anteriormente terrenos rurais, transformam-se rapidamente num amontoado de massas uniformes de blocos de residências secundárias, de densidade elevada e de padrão similar à habitação standard construída nos subúrbios das grandes cidades, debruçando-se sobre a primeira linha de mar e virando as traseiras à rua. O limite passa a ser a nova via que faz liga Viana a Caminha. As habitações de férias construídas na década de 80 do século XX deixam de ter cariz veraneante familiar, passando a ser um produto comercial, fabricado em série tanto a nível arquitectónico como urbanístico. São exemplo deste tipo suburbano os blocos construídos na zona norte de Vila Praia de Âncora, falta de desenho, pela mediocridade da construção, pela falta de espaços públicos verdes, cujo valor vem da proximidade ao mar e dos acabamentos de “pseudo-luxo”.

A emigração sobretudo para França foi um fenómeno preponderante na faixa litoral Norte do país. Durante as férias ou após o regresso, os emigrantes instalam-se em terrenos familiares ou adquiridos nas áreas urbanas e suburbanas. As novas casas construídas pelos emigrantes têm um peso decisivo na aculturação dos habitantes locais de Vila Praia de Âncora, nas suas próprias habitações, uma profusão de elementos decorativos com recorrência às escadas exteriores, aos azulejos de interior a revestir fachadas, às varandas e alpendres, às caixilharias em alumínio e aos telhados com águas desencontradas e com declives acentuados, tornam-se o novo vocabulário arquitectónico que “embeleza” as “casas de sonho” locais. (Villanova, Leite e Raposo, 1994)

Na observação da evolução da mancha urbana de Âncora, é visível o crescimento maior se faz entre os anos 70 e os anos 80 do século XX, ou seja, depois da revolução de Abril, no clima de mudança política e económica que se viveu no país marcado pelo regresso dos emigrantes. A urbanização difusa que caracteriza este tipo de ocupação urbana fez-se a partir da densificação do núcleo piscatório inicial, com o crescimento e uniformização de volumetrias e preenchimento de vazios urbanos, e da sua transformação em cidade média. A vila cresce e expande-se em mancha de óleo ao longo da Estrada Nacional 13 para norte e sul, sendo mais acentuado para norte, na década de 1980, em direcção a Moledo do Minho, de uma forma linear ao longo da EN13. Este crescimento é feito pela substituição de antigas casas rurais por prédios habitacionais com 3 e 4 pisos, debruçados sobre a linha de costa. A encosta a nascente regista um crescimento acentuado na década de 80/90 do século XX, resultante da construção de moradias em banda e moradias em lote individual em loteamentos extensivos, criando um território fragmentado e descontínuo, apoiado numa malha rural pré-existente precária.

O crescimento da mancha urbana é limitado a sul pelo rio Âncora e pelo pinhal da Gelfa o que determina uma evolução gradual e lenta para nascente, de uma forma pontilhada sobre um território disperso e descontínuo polvilhado de casario rural, onde terrenos agrícolas estão na expectativa de novos destinos imobiliários. A marginal a poente densifica-se e cresce em altura com a transformação de cabanas de pescadores em blocos de três pisos, numa linha uniforme de volumetrias equilibradas. Perde-se em parte o ambiente de praia piscatória com o novo ambiente urbano da avenida e da praia. Os embelezamentos urbanísticos criados ao abrigo do programa Pólis na década de 90 do século XX e novo milénio conseguiram trazer unidade à

ligação da Vila Praia de Âncora e à nova expansão a norte, onde foram criadas novas ciclovias, espaços de estacionamento hierarquizado e aprestos para os pescadores.



Fonte: Instituto Geográfico do Exército

VILA PRAIA DE ÂNCORA, 1965

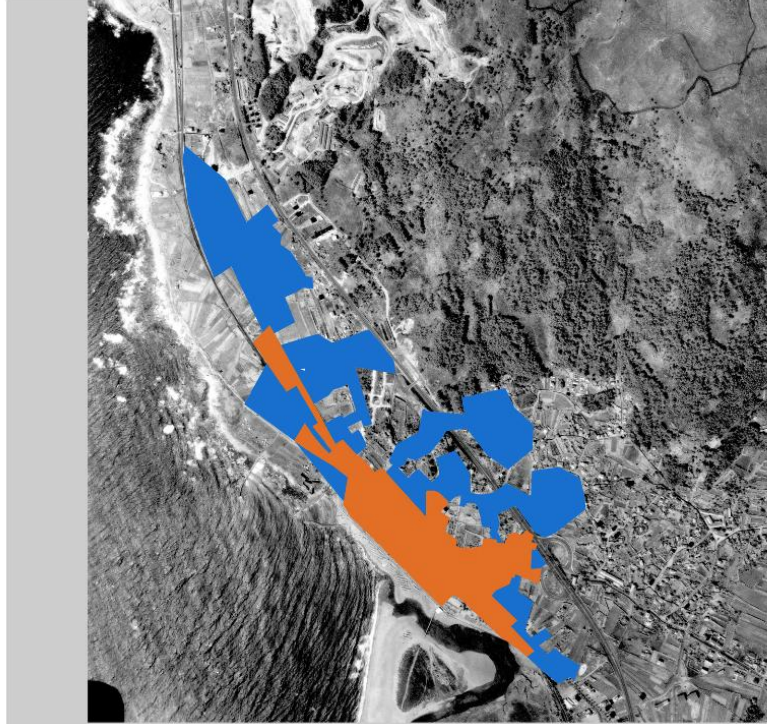
0 10000m

Mancha urbana de Vila Praia de Âncora em 1965

LEGENDA:

1965





Fonte: Instituto Geográfico do Exército

VILA PRAIA DE ÂNCORA, 1983

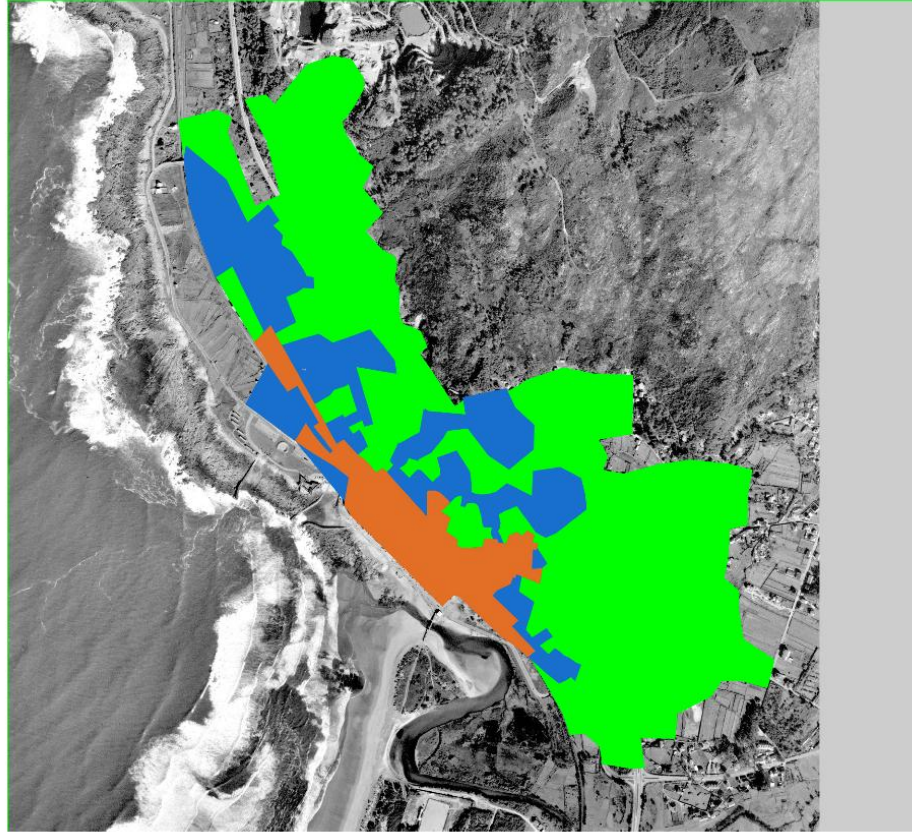


Evolução da mancha urbana de Vila Praia de Âncora

LEGENDA:

- 1965
- 1983





Fonte: Instituto Geográfico do Exército

VILA PRAIA DE ÂNCORA, 1995

0 10000m

Evolução da mancha urbana de Vila Praia de Âncora

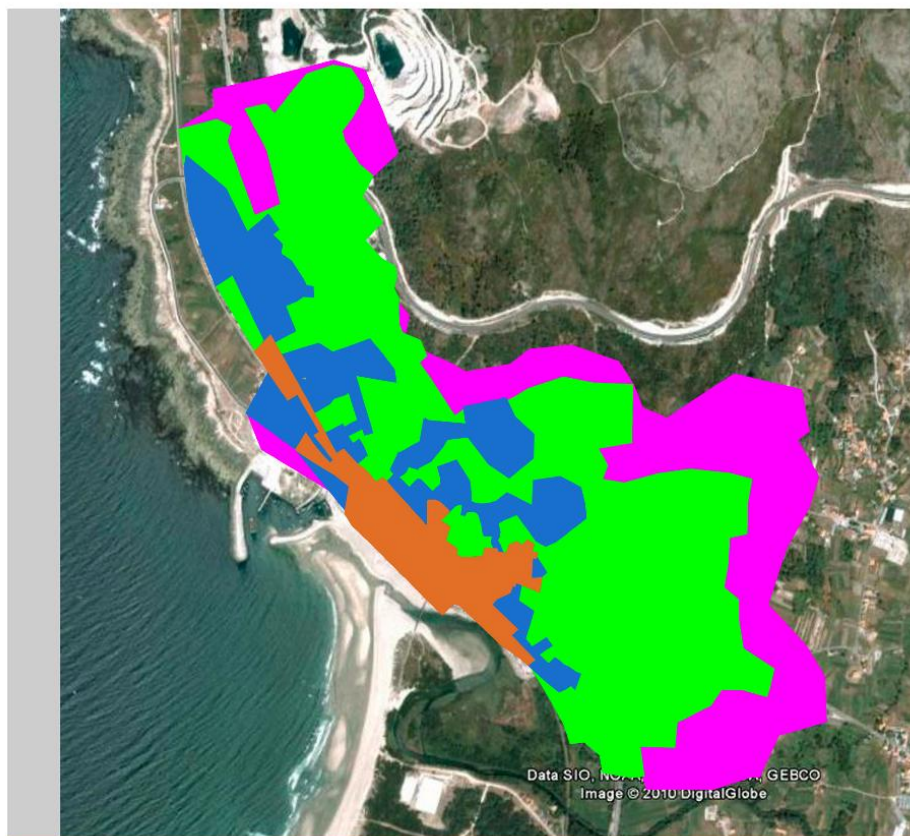
LEGENDA:

1965

1995

1983





Fonte: Google Earth

SESIMBRA, ACTUALIDADE



Evolução da mancha urbana de Vila Praia de Âncora

LEGENDA:

- | | |
|--|--|
| ■ 1965 | ■ 1995 |
| ■ 1983 | ■ Actualidade |





Fonte: Google Earth

VILA PRAIA DE ÂNCORA, ACTUALIDADE

0 10000m

Transformações da morfologia urbana e arquitectónica em V. P. de Âncora

LEGENDA:

- | | |
|--|--|
| Verticalização da 1ª linha de costa | Descontinuidade com malha pré-existente |
| Débil penetração interior | Atracção em torno de um espaço reduzido, costa |
| Preenchimento/densificação da malha pré-existente | |



6.3 Metamorfoses urbanas e arquitectónicas



Fig.140 e 141 Est. Nac. 13 Norte-Sul, década de 40 e foto actual Fonte: vilapraiadeancora.blogs.sapo.pt



Fig. 142 Praça da República, década de 30/40 Fonte: vilapraiadeancora.blogs.sapo.pt

Na figura 140 e 141 é perfeitamente visível a substituição/densificação da malha pré-existente e das construções originais por edifícios de habitação corrente com gramáticas banalizantes. Na Praça da Republica na figura 142 a 146 é visível que o crescimento não foi muito intenso e a fisionomia urbana e arquitectónica mantém-se, assim como a reabilitação urbana manteve os materiais locais como o granito.



Fig. 143 e 144 Praça da República, década de 30/40 e foto actual Fonte: vilapraiaedancora.blogs.sapo.pt



Fig.145 e 146 Praça da República, fotos actuais Fonte: skyscrapercity.com



Fig.147 e 148 Est. Nac. 13, Norte-Sul, década de 30/40 e foto actual Fonte: vilapraiadeancora.blogs.sapo.pt



Fig.149 e 150 Pensão Hotel Meira, década de 40/50 e foto actual Fonte: vilapraiadeancora.blogs.sapo.pt

Na figura 148, observamos um palacete que se manteve no meio da densificação da malha pré-existente. A pensão hotel Meira na figura 149 e 150 representa já no princípio do século um alojamento do tipo tradicional que foi crescendo na sua densidade mas contudo mantendo a sua aparência. O tipo de alojamento turístico oferecido em âncora era inicialmente de aluguer de casas, quartos e partes de casa à população local essencialmente piscatória o que mais tarde é substituído por apartamentos de segunda residência.



Fig.151 e 152 Estrada Nacional 13, direcção Sul-Norte, década de 50 e foto actual

Fonte: vilapraiadeancora.blogs.sapo.pt



Fig.153 e 154 Est. Nac.13, Norte-Sul, década de 40/50 e foto actual, os chalés de veraneio foram substituídos por prédios

Fonte: vilapraiadeancora.blogs.sapo.pt

Nestas duas figuras localizadas na Estrada nacional 13, via que atravessa âncora, paralela à linha de comboio é visível a substituição de antigos chalés de veraneio de princípio de século por edifícios de arquitectura corrente e banalizante. Em alguns casos o preenchimento dos vazios da malha (antigos terrenos rurais) são substituídos por construções com gramáticas arquitectónicas mimetizantes.



Fig.155 e 156 Est. Nacional 13, Norte-Sul, década de 20/30 e foto actual Fonte: vilapraiaideancora.blogs.sapo.pt



Fig.157 Edifícios de habitação da década de 90/00, zona Norte

A figura 155 a 161, mostram o local onde se deu o maior crescimento urbano em âncora. Nos anos 80 e 90 terrenos que eram de cariz rural foram sendo substituídos por blocos de apartamentos correntes e desenhando uma nova zona de expansão da cidade dedicada à segunda residência de férias. A malha urbana pré-existente e a nova malha assenta sobre a antiga estrada nacional 13 mas encontra-se uma difícil ligação entre artérias iminentemente rurais na sua traseira imediata onde se implantam construções de alta densidade.



Fig.158, 159, 160 e 161 Exemplos do crescimento urbano verificado a Norte de âncora



Fig.162, 163 e 164 Três exemplos de influências da casa tipo “maison” trazida pela via do emigrante em âncora

As habitações locais sofrem um processo de aculturação de linguagens devido às novas linguagens trazidas pelas casas dos emigrantes, caixilharias de alumínio, azulejos interiores a revestir fachadas, escadas exteriores, são algumas das “novas correntes” destas “casas de sonho” .



Fig.165 e 166 Exemplos de crescimento urbano na encosta a Nascente de âncora ainda iminentemente rural



Fig.167 e 168 Exemplos de crescimento urbano na estrada nac.13 em direcção a Moledo do Minho e na encosta a Nascente de âncora, sobre a forma de conjuntos de moradias em banda

Nas figuras 140 a 161 verifica-se o crescimento urbano de toda a vila. Inicialmente na década de 70/80 com uma densificação da malha pré-existente e na estrada nacional 13 em direcção a Norte sob a forma de prédios de arquitectura corrente banalizantes de densidades elevadas que voltam as traseiras à estrada Viana-Caminha, sendo estes debruçados sobre a linha de costa. Contudo a primeira fase de crescimento é limitado a Sul pelo rio âncora e pinhal da Gelfa. Actualmente o crescimento faz-se no hinterland a Nascente da vila ainda iminentemente rural de uma maneira pontilhada onde pontuam edifícios de habitação de construção corrente (fig.165, 166) e loteamentos extensivos de moradias isoladas e em banda (fig.167, 168).

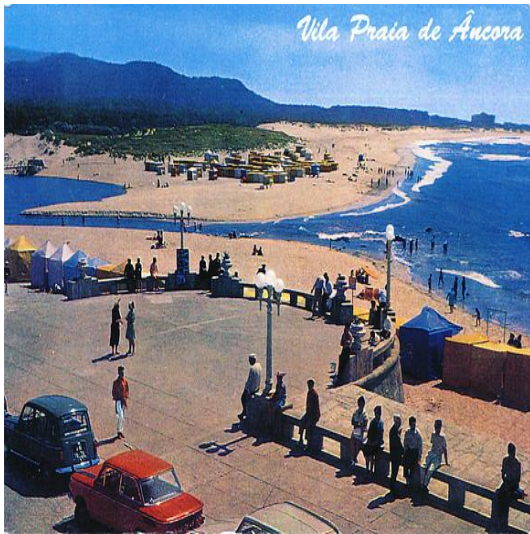


Fig.169 e 170 Vista da Praia para Sul, década de 60/70 e foto actual, o crescimento urbano a Sul foi limitado pelo rio Âncora Fonte: vilapraiaideancora.blogs.sapo.pt / lampiao2000.com



Fig.171 e 172 Vista da Marginal, década de 30 e foto actual, casas piscatórias resistem à verticalização/densificação da 1ª linha mar Fonte: vilapraiaideancora.blogs.sapo.pt

A marginal de Vila Praia de Âncora sofreu um processo de verticalização e densificação da mesma. No entanto as cêrceas do novo edificado não ultrapassam os 3 pisos, tornando-o numa praia urbana. Na figura 131 vemos o rio Âncora a sul da vila que estabelece um limite de crescimento da vila assim como o pinhal da gelfa que é mantido intacto, pontuado pelo edifício hospital psiquiátrico e pelo Forte do Cão.



Fig.173 e 174 Vista da Marginal, década de 30 e foto actual Fonte: vilapraiaideancora.blogs.sapo.pt



Fig.175 e 176 As antigas habitações dos pescadores vão sendo substituídas por uma arquitectura corrente e banalizante



Fig.177 e 178 Marginal de Vila Praia de Âncora



Fig.179 e 180 Praia e Marginal, década de 30 e foto actual, preenchimento da malha pré-existente e densificação da encosta Fonte: vilapraiaideancora.blogs.sapo.pt



Fig.181 Marginal, arranjo urbanístico feito ao abrigo do Programa Pólis na década de 90/00

A substituição de casas de pescadores por edifícios de arquitectura corrente e banalizante acontece na marginal de vila praia de âncora e o crescimento urbano continua na encosta ainda iminentemente rural a Nascente da vila. A imagem geral do conjunto é caótica e desordenada.

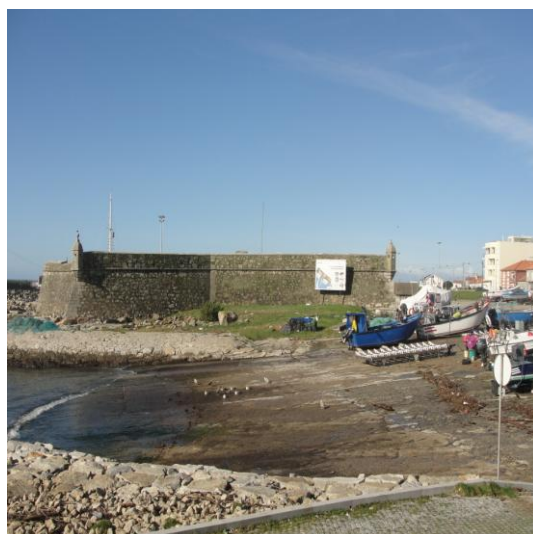


Fig.182 e 183 Forte, década de 20/30 e foto actual Fonte: vilapraiadeancora.blogs.sapo.pt

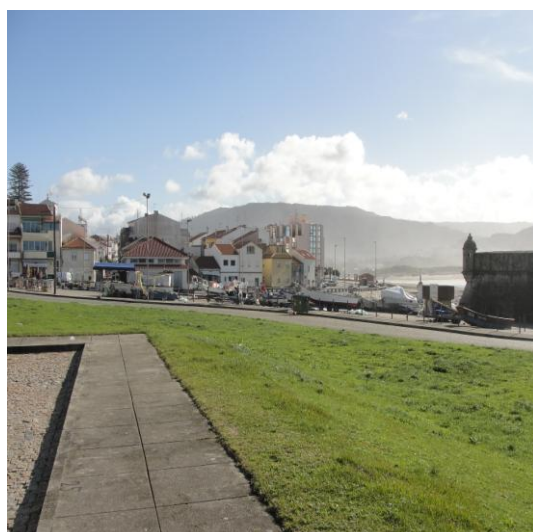


Fig.184 e 185 Zona envolvente ao Porto de Mar, década 20/30 e foto actual Fonte:vilapraiadeancora.blogs.sapo.pt



Fig.186 e 187 Vista aérea da encosta a Nascente direcção Sul, década de 30 e foto actual Fonte: idem



Fig.188 e 189 Vista aérea da encosta a Nascente em direcção a Norte, década de 30 e foto actual Fonte: idem

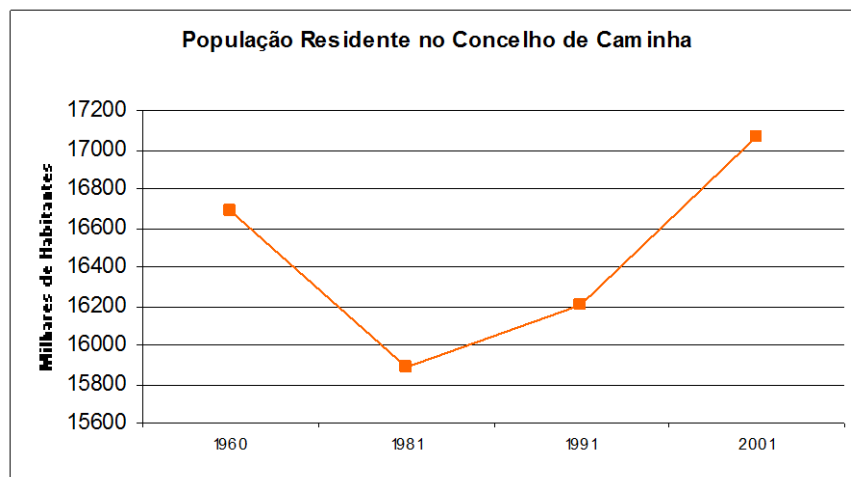


Fig.190 e 191 Vista aérea da encosta Nascente em direcção a Sul, década de 20/30 e foto actual Fonte: idem

6.4 Proposta de reabilitação

Segundo Portas, Domingues e Cabral “nas formas extensivas de urbanização, os espaços não construídos não são apenas espaços verdes, livres ou residuais. A oposição urbano/rural, substitui-se por um modelo híbrido para o qual é necessário encontrar uma identificação positiva que é diferente da paisagem urbana convencional” (Portas, Domingues e Cabral, 2004: 50).

Vila Praia de Âncora tem de deixar de ser o parente pobre do concelho de Caminha, onde pontuam estâncias como Moledo do Minho, local de eleição para veraneio de uma burguesia esclarecida do Norte do país, onde o modelo de crescimento é controlado e com projectos de autor. Para reverter o caos urbano de Vila Praia de Âncora será necessário mais apoio público e nomeadamente mudança de atitude do Município de Caminha, passando a reconhecer esta vila como um fenómeno descontrolado do turismo da década de 70/80 do século XX, identificando os seus problemas e promovendo a reabilitação e sua requalificação.



Fonte: INE- Censos de 1960,1981,1991,2001

A construção e densificação que ainda se mantêm na encosta a nascente da vila piscatória não são a solução para uma requalificação da imagem urbana da vila. O que já foi destruído com a verticalização da costa litoral a norte da vila, não pode ser exemplo para verticalização no hinterland a nascente, eminentemente rural.

A autarquia já tem em prática alguns projectos e ideias de onde se destaca:

- O portinho de Vila Praia de Âncora foi intervencionado, dispondo agora, além da vertente piscatória, da vertente turística
- Está em fase de elaboração, finalmente, o PP das Camboas que, a ser devidamente aproveitado nas vertentes turísticas vocacionadas para o turismo de todo o ano, se pode tornar numa das maiores apostas de futuro para esta Vila

A Autarquia entende que a linha da CP, pelo movimento viário e pedonal aí existente, tem que ter uma reestruturação urbana devidamente bem elaborada. Vila Praia de Âncora tem que se libertar ou amenizar os efeitos dum “muro invisível” que é a linha da CP. O “efeito de barreira”, para ser superado, terá que passar pelo rebaixamento da linha do caminho-de-ferro, tornando essa faixa numa extensa via estruturante, onde os atravessamentos pedonais e viários possam ser objecto de estudos devidamente desenvolvidos, sem a perturbação desse “muro”.

Existe a ideia de readaptar todo o tecido urbano da zona Sul da EN-13 em Vila Praia de Âncora. No PDM em vigência estão previstos diversos estudos: a reformulação do PDM, Plano de Urbanização, Planos de Pormenor, que podem e

devem ser orientados nessa perspectiva. Uma vez libertado da linha-férrea é criada uma ampla área pedonal virada ao Oceano Atlântico, podendo tornar-se um pólo de atracção turístico de cariz anual.

Com base na análise anterior nos três primeiros pontos deste capítulo e na análise dos instrumentos de gestão territorial elaborei um diagnóstico SWOT sintético da situação actual com base para uma reabilitação. Como principais pontos fortes de Sesimbra apontam-se os seguintes:

- estruturas habitacionais e urbanas rurais
- proximidade a Viana do Castelo
- rio âncora
- pinhal da gelfa e forte do cão

Como principais pontos fracos:

- débil penetração interior
- interior eminentemente rural
- edificado obsoleto da década de 80 do século XX na zona norte
- construção de loteamentos extensivos nas encostas de Vila Praia de Âncora

Constituem oportunidades:

- portinho
- parque das camboas
- enterramento da via-férrea

Constituem ameaças:

- construção na encosta nascente

Apontam-se as seguintes acções para um programa de intervenções prioritárias:

1. Todo o edificado existente e obsoleto localizado no centro consolidado da Vila Praia de Âncora, deverá ser reabilitado, promovendo-se projectos de comércio e habitação.
2. Devem ser valorizadas e estimuladas as apostas num turismo rural apoiado nas estruturas físicas agrárias ainda existentes.
3. No pinhal da Gelfa, ainda preservado, deve ser proibida qualquer construção.
4. O Forte do Cão e o Hospital Psiquiátrico da Gelfa devem ser reabilitados e transformados em estruturas hoteleiras de charme.
5. Os terrenos rurais da zona Norte que fazem a separação entre a marginal, a linha de comboio e os blocos de habitação da década de 80 do século XX, ganhariam com a construção de um parque de características rurais (com hortas comunitárias), em estreita ligação com o ambiente mineral da praia.



Fonte: Google Earth

VILA PRAIA DE ÂNCORA, ACTUALIDADE

0 10000m

Proposta de Reabilitação

LEGENDA:

- | | |
|--|--|
| ■ Parque urbano/rural (hortas comunitárias) | ■ Reabilitação urbana e arquitectónica da malha urbana existente e consolidada |
| ■ Reabilitação urbana e arquitectónica de edificado da década de 1970/80 | ■ Promoção de construção de baixa densidade e turismo rural |
| ■ Preservação do pinhal da Gelfa, reabilitação do Hospotas Psiquiátrico e Forte do Cão para unidades de hotelaria de luxo | |



Conclusão

Os lugares turísticos são, “lugares originais de variedade, de diversidade, de concentração, de densidade, sem se negar dificuldades reais postas pela gestão dos grandes números e a mutação irreversível e brutal de certos espaços e de certas sociedades” (Equipe MIT, 2002: 285)

O turismo constitui um dos principais determinantes da forma urbana contemporânea dos lugares turísticos. A criação e a extensão de espaços para a actividade turística, assim como o modo como estes espaços se articulam com o tecido urbano antigo, depende do território e do contexto histórico e social.

As estâncias balneares oferecem como recursos primários as praias e as paisagens naturais, mas a necessidade de outras diversões e actividades complementares, sobretudo na época baixa, levou à reconversão dos seus centros históricos e núcleos originais visando torná-los oportunidades de visita para quem vem usufruir do turismo balnear. Tudo se comercializa nas estâncias turísticas, desde o produto “sol, mar e praia”, ao património, à agricultura, às procissões, às romarias.

A partir dos anos 60 do século XX, Portugal foi alvo de um acelerado crescimento da actividade turística ligada ao produto “sol, mar e praia”, plasmado numa enorme expansão dos aglomerados litorais. Um desenvolvimento das acessibilidades e transportes, potenciador de múltiplas interacções espaciais ao longo do corredor litoral, contribui para a rápida transformação de vilas piscatórias em cidades balneares de média dimensão como se observa nos casos de estudo apresentados, Armação de Pêra, Sesimbra, Nazaré e Vila Praia de Âncora.

Armação de Pêra teve a sua explosão de massas nos anos 70/80 do século XX, traduzindo-se num crescimento urbano em torno de um pequeno território circunscrito em volta da costa e com transformações a nível da verticalização de alta densidade na sua primeira linha de costa e na densificação da sua malha pré-existente.

Sesimbra, é um aglomerado urbano de média dimensão que cresceu associando o turismo a uma forte pendularidade existente no Distrito de Lisboa. As encostas foram os locais que mais foram fustigados por uma verticalização de alta densidade debruçada sobre o mar.

A Nazaré é o caso de estudo que menos sofreu com o surto de crescimento acelerado da década de 70/80 do século XX. O seu destino encontra-se estagnado

num turismo massificado e vulgar caracterizado pela debilidade da oferta. A mancha urbana tem crescido de uma maneira controlada, conseguindo manter os traços identificadores tanto arquitectónicos como urbanísticos do local. O núcleo original, ainda quase intacto, não demonstra grandes rupturas com o edificado original. O crescimento actual, descontínuo e fragmentado, verifica-se para nascente, nas encostas de carácter florestal e agrícola, por vezes com uma ligação débil com a malha pré-existente.

Vila Praia de Âncora sofreu uma densificação urbana nos terrenos a norte da vila piscatória. Os terrenos rurais viram-se rapidamente transformados em massas de blocos de densidade elevada, com um aspecto de subúrbio de grande cidade.

Diversos fenómenos contribuem para a passagem de vila piscatória a cidade balnear:

- a melhoria dos transportes e vias de comunicação
- a rurbanização
- a industrialização difusa
- a construção de residências secundárias
- a especulação imobiliária

E ainda, ao nível da mobilidade populacional:

- a pendularidade
- as migrações internas
- a emigração
- a afluência de retornados das ex-colónias
- e o aumento do turismo interno e externo com a democratização das férias pagas

Observa-se a maioria destes fenómenos nos quatro casos de estudo, sobretudo na vila de Sesimbra, onde o fenómeno da emigração é menos visível. Em Nazaré e Vila Praia de Âncora é menos perceptível o fenómeno de migrações internas e da pendularidade e, ainda nesta ultima vila, o dos retornados das ex-colónias. Em Armação de Pêra, no Algarve, onde o boom turístico é mais relevante a passagem de vila piscatória a cidade balnear não anda associada a fenómenos

de rurbanização, de industrialização difusa nem de emigração, que tiverem maior peso no Norte do país

A rápida transformação de vila piscatória em cidade balnear de média dimensão sem uma gestão sustentável do território gerou novos padrões de urbanização, igualmente observáveis nos quatro casos de estudo, de que se sublinha:

- o processo de crescimento em altura e de verticalização da primeira linha de costa
- a débil penetração urbana no *hinterland*
- o preenchimento e densificação da malha pré-existente
- o alastramento em mancha de óleo
- a uniformização e artificialização das novas paisagens urbanizadas

Todos estes novos padrões de urbanização se observam em Sesimbra e Armação de Pêra. Em Vila Praia de Âncora e na Nazaré, eles são menos visíveis observando-se uma maior penetração no *hinterland* e uma maior continuidade dos tecidos urbanos com a malha pré-existente que nos restantes casos. A uniformização e a artificialização da paisagem é também menos visível na Nazaré, vila menos marcada pelos novos padrões de urbanização que se destaca pela positiva entre os quatro casos de estudo. O resultado é quase sempre, à excepção da Nazaré nos aglomerados analisados, uma imagem caótica e desordenada, sendo geral a banalização da gramática arquitectónica

Há que sublinhar também a massificação do alojamento turístico, distinguindo-se hoje vários tipos de alojamento desde os mais clássicos aos mais massificados:

- o aluguer de casas, de partes de casas ou quartos
- os parques de campismo
- a hotelaria tradicional e as pensões
- o “self-catering”, incluindo aparthotéis, apartamentos turísticos, apartamentos em time-sharing e aldeamentos turísticos
- e a expansão da residência secundária, quer na tipologia mais concentrada – blocos de apartamentos – que na mais extensiva, de loteamentos urbanos de moradias em banda ou lotes individuais.

Em Armação de Pêra, como em geral no Algarve litoral observa-se um forte processo de massificação do turismo litoral, coexistindo os diversos tipos de alojamento desde o aluguer de casa, ao parque de campismo ao alojamento hoteleiro tradicional ao self-catering e à residência secundária em loteamentos extensivos e em blocos de apartamentos, bem como de densificações das malhas urbanas pré-existentes. Não se registam aldeamentos turísticos nem em Vila Praia de Âncora nem na Nazaré.

Importa deixar de ver a cidade balnear média criada pelo turismo de massas com um sentido negativo: ela deve ser encarada de frente com vista a uma possível regeneração. Nos destinos com imagem negativa devem ser identificados os seus pontos fracos e fortes, as suas ameaças e as suas oportunidades com vista a uma identificação de uma estratégia de intervenção que tenha em conta os seus recursos disponíveis e as acções em curso. Uma gestão sustentável destes destinos deve assentar num “desenvolvimento integrado”, que assente ao mesmo tempo no conhecimento do território, na sua dimensão social e da paisagem natural e construída, e na inovação.

Actualmente, o sector turístico depara-se com uma estruturação deficiente da oferta, sendo a sua requalificação imperiosa face às carências em equipamentos e em actividades de animação em torno do principal produto: sol, mar e praia. A oferta é sobretudo orientada para procuras massificadas, competindo nalguns casos com base no preço, sendo por isso determinante o investimento público neste domínio. Existiu, um esforço continuado de requalificação do sistema urbano regional, sobretudo após a adesão de Portugal à Comunidade Europeia, onde os fundos comunitários constituem o suporte de muitas destas reabilitações.

O país possui boas condições para as actividades turísticas e de lazer, concentrando num território limitado mas com uma excelente posição geográfica, uma grande diversidade paisagística, um conjunto de recursos turísticos susceptíveis de permitir a estruturação de uma oferta diversificada e de qualidade, e que responde aos interesses e às tendências actuais da procura pós-fordista. Neste novo paradigma o desenvolvimento do turismo tende a ser feito numa óptica de articulação com o aumento do bem-estar das populações, com o reforço das identidades locais e com a diminuição das assimetrias regionais. Os quatro casos de estudo abordados revelam ser possível a requalificação, visto ainda não terem atingido a capacidade de carga total.

Armação de Pêra encontra-se actualmente estagnada como produto turístico e à beira do declínio. A sua regeneração requer o aproveitamento de novas correntes, ligadas a novos mercados emergentes do turismo, tais como o turismo urbano-cultural, os congressos e incentivos, o turismo ecológico e o turismo desportivo. No que respeita à requalificação urbana, deve continuar-se a intervir a vários níveis, sendo estes fundamentalmente a limpeza, o trânsito e os arruamentos, o urbanismo, os espaços verdes, os transportes, a saúde, a segurança e o colmatar de malhas existentes. A nível do ordenamento do território, deve impedir-se a expansão da construção de alta densidade assim como construções nas arribas e a multiplicação de núcleos urbanos “fantasmas”.

Sesimbra encontra-se actualmente não apenas dependente do turismo para a sua sobrevivência, mas também do mercado imobiliário da segunda residência que rapidamente se transformou num mercado para residência permanente. O mercado imobiliário especulativo, que insiste em crescer nas encostas de Sesimbra tem que ser travado. A valorização do antigo núcleo piscatório, assim como a sua localização na Serra da Arrábida são as âncoras fundamentais de Sesimbra para a sua reabilitação. É necessária uma intervenção pública para que este destino turístico actualmente estagnado não entre em declínio.

A Nazaré é alvo de um modelo de turismo de massas “dito de pé-descalço”. A sua valorização enquanto destino turístico requer a promoção pública de projectos de qualidade que valorizem a paisagem e o ambiente natural, bem como o património cultural e etnográfico e de tradições locais que possui.

Vila Praia de Âncora tem sido o parente pobre do concelho de Caminha. O caos urbano de Âncora resultante do fenómeno descontrolado do turismo das décadas de 70/80 do século XX, pode ser revertido se forem identificados os seus problemas e as suas potencialidades e se aposte na requalificação urbana do conjunto. A densificação urbana que persiste na encosta a nascente da vila piscatória, não constitui solução para uma requalificação da imagem urbana da vila. A destruição resultante da verticalização da costa a norte da vila, deveria servir de exemplo para se evitar a verticalização no *hinterland* a nascente, iminentemente rural. Este *hinterland* rural deve ser uma das apostas na valorização de um turismo baseado em estruturas agrícolas ainda existentes.

De acordo com as novas abordagens, a reabilitação urbana dos lugares turísticos passa pelo apoio às regiões de maior intensidade turística, pela

requalificação e valorização da oferta e da infra-estruturação envolvente e pela valorização das singularidades que cada zona encerra. O turismo deverá manter e requalificar produtos consagrados como o sol, o mar e a praia, e, ao mesmo tempo, abrir-se a perspectivas de desenvolvimento para produtos emergentes que revelem o que nos distingue em termos culturais e naturais e que constitui uma significativa mais valia numa óptica competitiva, como a gastronomia, o turismo cultural, o enoturismo, o turismo urbano, ou os desportos náuticos.

Para a requalificação urbanística dos lugares turísticos requer-se um programa de acções alargado:

- Repensar a hierarquização das vias distribuidoras e secundárias e prever uma melhor articulação entre estas e com os usos e funções que estas distribuem.
- Requalificar e conjugar melhor a aglomeração e a dispersão, as áreas mono-funcionais e os tecidos mistos.
- Estruturar a nova expansão em articulação com a cidade consolidada.
- Enquadrar equipamentos de referência que funcionem como “ícones” e “âncoras” para o território.
- Potenciar as áreas verdes e os terrenos vazios, criando espaços de descompressão urbana e reorganizando-os no sistema urbano da conurbação.

Uma estratégia geral nestes lugares requer uma protecção do meio natural com um controlo rigoroso dos usos e cargas humanas, garantindo o aproveitamento de potencialidades ainda não utilizadas para o turismo ligado à natureza e privilegiando o ordenamento dos usos turísticos balneares compatibilizados com a sensibilidade da costa.

Bibliografia

Bibliografia citada

AGUIAR, José (1997) “Conservação do Património Urbano em Portugal. Contributos para um debate sobre património local”, in *Cadernos Municipais*, Ano 13, nº 60/61/62, Lisboa.

AGUILLÓ, E. (1996) “Evolucion y expectativas de la actividade turística”, in *Pedreno, A. y Monfort, V.M.*, op. Cit 45-67

BAPTISTA, Mário (1997) *O Turismo, Competitividade Sustentável*, Lisboa, São Paulo, Verbo.

BARBOSA, Cristina (2007) *Segunda Residência: diversidade, funcionalidade e o ordenamento do território. Caso de estudo Freguesia do Castelo Sesimbra*, Tese de mestrado Geografia, Lisboa, Faculdade de Letras Departamento de Geografia, (policopiado).

BARRETO, António (org.) (1997) *A situação social em Portugal, 1960-1995*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.

BAUER, G; ROUX, J-M (1976) *La Reurbanisation, ou la ville éparpillée*, Paris, Seuil.

BOYER, Marc (1995) *L'Invention du tourisme*, Paris, Gallimard.

BOYER, Marc, (2003) *História do Turismo de Massa*, São Paulo, Edusc.

BUTLER, R, W (1980) “The concept of a tourist area cycle of evolution. Implications for management of resources”, in *The Canadian Resourcer*, vol. XXIV nº1, Montreal.

CALDEIRA, Maria João (1995) “Residência Secundária na área metropolitana de Lisboa: outros espaços, outras vivências” in dissertação de *mestrado em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local* da Faculdade de Letras de Lisboa, Lisboa, (policopiado).

CAVACO, Carmina (2005) “O turismo e as novas dinâmicas territoriais”, in MEDEIROS, C.A (dir) – *Geografia de Portugal*, vol.3 (Actividades económicas e espaço geográfico), Circulo de Leitores, Parte IX, pp.368-427, Lisboa

CAZES, G. (1992) *Fundaments pour une geographie du tourisme et des loisirs*, Paris, Bréal.

- COOPER, Chris (2001, 2ªed) *Turismo, princípios e prática*, Porto Alegre, Bookman.
- CRIBIER, Françoise, (1969) *La grande migration d'été des citoyens de France*, Paris, CNRS- relatório de tese, *l'information Geographique*, Maio-Junho, nº3.
- DEPREST, Florence, (1997) *Enquête sur le tourisme de masse, L'ecologie face au territoire*, Berlin, Paris.
- DOLLFUS, Olivier, (1998) *A mundialização*, Mem-Martins, Europa América.
- DONAIRE, José Antonio (1996) "El turismo a los ojos del postmodernismo. Una lectura desde la dialéctica socio espacial", in *Tesis Doctoral UAB*, Barcelona.
- DONAIRE, José António; "La geografia del turismo después del fordismo: turistas en las fábricas, turistas en los centros comerciales", *Sociedade y Território* nº 28, p.p. 55-68, 1998
- DUARTE, Carlos (2000) "O Algarve soma e segue", in *Jornal de Arquitectos*, nº 197, Lisboa.
- DUMAZEDIER, Joffre (1962) *Vers une civilization du loisir*, Paris, Editions du Seuil.
- EQUIPE MIT, (2002) *Tourismes 1, Lieux Communs*, Paris, Berlin.
- FORTUNA, C; MENDES, A.G; FERREIRA, C; ESTANQUE, E; (1995) *Turismo e Cultura em Portugal: quatro estudos sobre mentalidades, práticas e impactes sociais*. Coimbra, Centro de Estudos Sociais
- GAMA, António (1993) " Espaço e sociedade numa situação de crescimento urbano difuso: O caso português ", in Sousa Santos (org.), *Portugal: um retrato singular*, Porto, Afrontamento. pp. 441-473
- GASPAR, Jorge (1987) *Portugal: os próximos 20 anos. Ocupação e Organização do Espaço – Retrospectivas e Tendências*. Lisboa, F.C. Gulbenkian.
- GONÇALVES, Alexandra Rodrigues (2003) *A componente cultural do turismo urbano como oferta complementar ao produto "sol e praia" O caso de Faro e Silves*, Lisboa, GEP, IFT
- HORA, A; CAVALCANTI, K, B., (2003) "Turismo pedagógico: conversão e reconversão do olhar", in *Turismo Contemporâneo. Desenvolvimento, estratégia e gestão*, São Paulo, Atlas. pp. 208-228

- KRIPPENDORF, Jost (1987) *Les vacances et après? Pour une nouvelle compréhension des loisirs et des voyages, Logique sociales*, Paris, L'Harmattan.
- LOPES, Diogo Seixas (2000) "Parques de Campismo: Arquitectura móvel", in *Jornal de Arquitectos*, nº196, Lisboa. pp 13-14
- MATOS, Madalena Cunha (2000) "Turismo e Território: Notas sobre uma relação", in *Jornal de Arquitectos*, nº197, Lisboa. pp 23-30
- MENDONSA, Eugene L. (1982) *Análise Social*, vol XVIII 2º, 1982 (nº71) pp. 311-370
- MIOSSEC, Jean-Marie (1976) *Eléments pour une théorie de l'espace touristique*, Aix-en-Provence, CHET.
- OPPERMANN, M; WEAVER, D.B (2000) *Tourism management*, Australia, John Wiley and Sons.
- PECQUERD, B; SILVA, M (1989) "Industrialisation diffuse et development" in *Estudos de Economia*, vol. ix, nº4, Jul-Set pp 427-448
- PORTAS, N; CABRAL, J; DOMINGUES, A. (2004) *Políticas Urbanas – Tendências, estratégias e oportunidades*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- RAMBAUD, Placide (1969) *Société rurrale e t urbanisation*, Paris, Seuil.
- RUSCHMANN, Doris, (1997) *Turismo e Planejamento Sustentável, A protecção do meio ambiente*. Campinas, Papirus Editora.
- SOARES, Luis Bruno (2002) "A realidade incontornável da dispersão", in *Sociedade e Território*, 33 Porto. pp. 123-129
- SOARES, Luís Bruno (2003) "Polis Albufeira – oportunidade de requalificação da cidade turística", in *Sociedade e Território*, 36. pp. 16-23
- TOSTÕES, Ana (2000) "Casas de Férias modernas, anos 50 e estilo contemporâneo", in *Jornal de Arquitectos*, Nº 196, Lisboa. pp. 45-53
- VIARD, Jean, (1984) *Penser les Vacances*, Paris, Nyssen, ed. Actes Sud H.
- VILLANOVA, R .LEITE, C. RAPOSO, I (1995) *Casas de sonhos*, Lisboa, Edições Salamandra.

Outra bibliografia consultada

ALMEIDA, C ; BARRETO, A (1974) *Capitalismo e Emigração em Portugal*, Lisboa, Prelo Editora.

BORGES, P .M ; CORREIA, N (2000) “Ici vous êtes dans un hotel Mercure (tous les clés de la ville)”, in *Jornal de Arquitectos*, nº197, Lisboa.

BOUDON, Philippe (1991) “Le type architectural: social ou poétique?”, in *Recherches sur la Typologie et les types architecturaux*, Paris, L`Harmattan.

BOYER, Marc (1982) *Le tourisme*, Nova edição, Paris, Éditions du Seuil.

BURNS, Peter M.(1999) *An Introduction to tourism & Anthropology*, Londres e Nova Iorque, Routledge.

BURRY, Richard.L (1976) *Recreation carrying capacity: hypothesis or reality*, Rio de Janeiro, Parks and Recreation.

CALDAS, João Vieira (2000) “O conceito de aldeamento”, in *Jornal de Arquitectos*, nº197, Lisboa.

CASANOVA, José Luís (Julho1991) “ Turismo e território. Alguns apontamentos “, in *Sociedade e Território*, Porto, Afrontamento.

CASCÃO, Rui de Ascensão Ferreira (2000) “A invenção da Praia: notas para a história do turismo balnear”, in *A Cidade e o Campo. Colectânea de Estudos*, Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura, pp. 321-341.

CAVACO, Carminda (1980) “O turismo em Portugal: aspectos evolutivos e espaciais “, in *Separata de Estudos Italianos em Portugal*, nº40-42 Lisboa.

CAZES, G. (1975) “Les constants spatiales du fait touristique littoral, thématique et systematique”, in *Travaux de l`Institut de Geographie de Reims*, Reims.

CONSELHO EUROPEU DE URBANISTAS (2003) *A nova Carta de Atenas* (ed port. editada por CORREIA, P e LOBO, Isabel C) DGOTDU, Associação de Urbanistas Portugueses.

COSTA, Alexandre Alves (1997) “Portugal: Cities by the Sea”, in *An Anthology of reflections on architecture and tourisme*, Rotterdam, 010 publishers, pp 212-233.

CRIBIER, Françoise (1971) *La grande migration d'été des citoyens de France*, Paris, CNRS.

CROIZÉ, J.-C; FREY, J.P. PINON, P. (1991) *Recherches sur la Typologie et les types architecturaux*, Paris, L'Harmattan.

CUVELIER, P; TORRES, E; GADREY, J (1994) *Patrimoine, modèles de tourisme et développement local*, Paris, L'Harmattan.

DAVEZIES, Laurent (2001), "Revenue et territoires", in *Amenagement do territoire*, Paris, La Documentation Française, pp. 173-192.

DAVEZIES, Laurent, (2002), "Inégalités et solidarités spatiales: le port de fer contre le pot de terre?", in *L'aménagement durable: défis et politiques*, Paris, L'Aube Datar, pp.83-107

DEVILLERS, Christian, (Julho-Agosto, 1974) "Typologie de l'habitat & morphologies urbaine", in *Architecture d'Aujourd d'Hui*, nº174, Paris pp. 18-23.

DOLFUS, O; BRUNET, R (2000) "Mondes Nouveaux", in *Géographie Universelle* (sous la direction de Roger Brunet, Belin-Reclus).

DUMAZEDIER, Joffre (1988) *A revolução cultural do tempo livre*, São Paulo.

ECO, Umberto (1985) *La guerre du faux*, Paris, Grasset.

EQUIPE MIT (2005) *Tourismes 2. Moments de lieux*, Paris, Berlin.

FARIA, Carlos (1981) *Novo Fenómeno Urbano. Aglomeração de Setúbal*. Lisboa, Assírio & Alvim.

FONTANA, J (1995) *L'Europe en Proces*, Paris, Ed le Seuil.

FUSTER, Luís Fernández (1985) *Introducción a la teoría y técnica del turismo*, Madrid, Ed. Alianza.

FUSTER, Luís Fernández (1991) *Historia general del turismo de masas*, Madrid, Ed. Alianza.

FUSTER, Luis Fernández (1992) *Geografía general del turismo de masas*, Madrid, Ed. Alianza.

GALVÍRIA, Mario (1974) *España a go-go. Turismo charter y neocolonialismo del espacio*, Madrid, Turner.

- GASPAR, J; SIMÕES.M; BARROSO, (2006) “Expansão Urbana: dos novos bairros aos novos aglomerados, in *Geografia de Portugal: Planeamento e Ordenamento do Território*, Circulo de Leitores. pp. 471
- GIDDENS, Anthony (1995) *As consequências da modernidade*, Lisboa, Celta Editora.
- GONÇALVES, Albertino (1996) *Imagens e Clivagens – os Residentes face aos Emigrantes*, Porto, Afrontamento.
- GUERREIRO, João (2002) “O ordenamento do Algarve: um cerimonial simultaneamente solene e volúvel!”, in *Sociedade e Território*, 34, Porto. pp. 78-88
- HARVEY, David (1989) *The Urban experience*, Johns Hopkins University Press.
- HARVEY, David (1990) *The Condition of Postmodernity*, Oxford, Blackwell.
- IRIBAS, José Manuel (2000) “Touristic Urbanism”, in MVRDV, *Costa Ibérica*, Barcelona, ed Actar.
- LAWSON, F. BAUD-BOVY, M (1977) *Tourism and recreation devolpment: A handbook of physical planning*, Massuchetes, CBI Publishing Company.
- LEFEBVRE, Henri (1974) *La production de l espace*, Paris, Anthropos.
- LEMONS, Eduardo Cardoso Mascarenhas de (1992-1997) “Modelos Urbanos e a Formação da cidade Balnear. Portugal e Europa”, in *Introdução à tese de doutoramento, Faculdade de Arquitectura e Planeamento da Universidade Técnica de Wroclaw*.
- LOBO, Susana (2007) “A colonização da linha de costa: da marginal ao “resort””, in *Jornal de Arquitectos*, nº227, Lisboa. pp 18-25
- MAC CANNEL, Dean (1976) *the Tourist. A new theory of the leisure class*, Nova Iorque, Schocken Books.
- MANGIN, David (2004) *La ville franchisée. Formes et structures de la ville contemporaine*, Paris, Editions de la Vilette.
- MARTINS, José Rodrigues (1972) *A integração do turismo no planeamento global*, Lisboa, Centro Nacional de Informação Turística.
- MENDONSA, Eugene L. (1982) *Análise Social*, vol XVIII 2º, 1982 (nº71) pp. 311-370
- MILHEIRO, Ana Vaz (2000) “Arquitecturas de praias sem mar 1”, in *Jornal de Arquitectos*, nº196, Lisboa. pp. 4

MINGIONE, E. PUGLESE, E (1987) “A difícil delimitação do “urbano” e do “rural”: alguns exemplos e implicações teóricas”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 22, Lisboa. pp. 83-97

MIOSSEC, Jean-Marie (1977) *Un modèle de l'espace touristique*, Aix-en-Provence, CHET.

NAZARÉ, Câmara Municipal , CEDRU (2007) *Documento Estratégico Nazaré 2015*, Nazaré, C.M.Nazaré.

OLIVEIRA, António Pereira, (2001) *Turismo e Desenvolvimento, Planeamento e Organização*, São Paulo, Atlas.

ORTIGÃO, Ramalho (1966) *As Praias de Portugal*, Lisboa, Livraria Clássica Editora.

PAERAY, Ph. DEPAULLE, J-Ch. DEMORGON, M (1999) *Analyse Urbaine*, Marseille, Ed Parenthèses.

PANERAI, Pierre (1979) “Typologies”, in *Cahiers de la recherche architecturale*, nº 4, Paris. pp 3-15

PANERAI, Ph. CASTEX, J. DEPAULLE, J-Ch (1997) *Formes Urbaines – de l'îlot à la barre*, Marseille, Éditions Parenthèses.

PARDO, C.J.A (1991) “Propuestas de intervención urbanística en la ciudad de Quebec, según el plan director de 1988”, in *Sociedade e Território nº 90*, Lisboa. Pp 329-351

PEARCE, Douglas (1993) *Géographie du tourisme* Paris, Ed. Nathan.

PIGRAM, J.J; WAHAB, S (1997) *Tourism, devolpment and growth: The challenge of sustainability*, Londres, Routledge.

PINSON, Daniel (1991) “Diffusion des modes de vie et brouillage des types architecturaux. Une interrogation actuelle de la typologie “, in *Recherches sur la typologie et les types architecturaux*, Paris, L'Harmattan. pp 239-254

PLOG, S.C (1979) “Why destination areas rise and fall in popularity?” in *Cornell HRA Quarterly vol.14* . pp 13-24

RAPOPORT, Amos (1972) *Pour une Anthropologie de la Maison*, Paris, Dunod.

RAPOPORT, Amos (1978) *Aspectos humanos de la forma urbana. Hacia una confrontación de las Ciências Sociales com el diseño de la forma urbana*, Barcelona, Gustavo Gili.

RAPOSO, Isabel (1999) « Urbaniser villages et maisons. Projets politiques et réalités sociales. Manica (Mozambique) et Alte (Portugal) », in *tese de doutoramento defendida na Universidade de Paris XII Val de Marne*, por Presses Universitaires du Septentrion. pp. 570

RIBEIRO, Orlando (1939) *Aglomeracão e Dispersão do Povoamento Rural em Portugal*, Lisbonne. (Sociedade Geografia).

SANTOS, Boaventura de Sousa (1985) *Estado e Sociedade na Semiperiferia do Sistema Mundial: O caso Português*, in *Análise Social* nº87-88-89, Lisboa. pp. 869-901

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) (1993) *Portugal: um retrato singular*, Porto, Afrontamento.

SMITH, R.A. (1992) “Beach Resort evolution .Implication for planning”, in *Annals of Tourism Research*, vol.19. pp. 16-34

TOSTÕES, Ana (2004) “O estilo internacional, turismo e transformação do território ou as “nuvens negras” profetizadas por Keil do Amaral”, in AA.VV, *Arquitectura Moderna y Turismo: 1925-1965* (Actas do IV Congresso DOCOMO Ibérico), DOCOMOMO Ibérico. Pp. 205-210

TURNER, L. ASH, J (1975) *The golden hordes. International tourism and pleasure periphery*. Londres, Constable and co Ltd Editors.

URRY, John (1996) *O Olhar do Turista. Lazer e Viagens nas Sociedades Contemporâneas*, São Paulo, Studio Nobel.

URRY, John (2002) *The tourist Gaze*, Londres, Sage.

URRY, J. SELLER, M (2004) *Tourism mobility's: places to play, places in play*, Nova Iorque, Routledge.

VEAL, Alan Johnson (1994) *Leisure, Policy and Planning*, Harlow Essex, Longman.

VIARD, Jean (1990) “L`orde touristique”, in *Les Vacances un rêve, un produit du miroir*, Paris, Autrement. pp. 111-116

URBANO, Luis (2000) “A vida de Trumann, e a nossa vida e a vida da Cláudia”, in *Jornal de Arquitectos*, nº196, Lisboa. pp. 7-9

WILLIAM, A. SHAWN, G (1994) “Turismo e desenvolvimento”, in *Europa Ocidental Desafios e Mudanças*, Oeiras, Celta Editora. pp. 21-33

WILLIAMS, Stephen (2004) *Tourism, development and sustainability*, Londres, Routledge.

